MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS – PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Versão revisada, ampliada e auditada

Vigilância Socioassistencial — Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Nova Laranjeiras/PR

Agosto de 2026

COMO LER ESTE DOCUMENTO

Este diagnóstico usa três marcações visuais consistentes ao longo de todo o texto, além de tabelas numeradas e boxes analíticos temáticos (🔎 Achado relevante, ⚠ Ponto de atenção, 📍 Questão territorial, 👥 Grupo populacional prioritário, 📊 Tendência identificada, 🏛 Implicação para a gestão do SUAS):

Texto em vermelho, com esta formatação, indica informação que depende de levantamento municipal, não foi inventada nem estimada. Cada bloco traz a fonte sugerida, o período recomendado e, quando pertinente, o responsável provável e a forma de apresentação. Sendo sugerido que a gestão atribua as funções pelo levantamento dos dados faltantes.

Boxes com fundo cinza e barra colorida à esquerda destacam achados, pontos de atenção ou implicações de gestão. Notas em itálico cinza abaixo de cada tabela indicam a fonte e o período de referência dos dados.

O corpo do diagnóstico (itens 1 a 41) apresenta a análise integral do território e da política municipal. Os Apêndices A a E, ao final, reúnem as cinco entregas complementares solicitadas: lacunas identificadas, inconsistências corrigidas, dados adicionais recomendados, recursos gráficos e checklist final de qualidade.

SUMÁRIO

COMO LER ESTE DOCUMENTO 2
SUMÁRIO 3
1. APRESENTAÇÃO 6
2. INTRODUÇÃO 7
3. OBJETIVOS DO DIAGNÓSTICO 7
3.1 Objetivo geral 7
3.2 Objetivos específicos 7
4. METODOLOGIA 8
5. FONTES, PADRÃO DE CITAÇÃO E LIMITAÇÕES DOS DADOS 9
5.1 Padrão de citação adotado 9
5.2 Limitações metodológicas gerais 9
6. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-TERRITORIAL DE NOVA LARANJEIRAS 10
7. ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E RURALIDADE 15
8. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA 16
8.1 Panorama geral 16
8.2 Estrutura etária, sexo e cor/raça: o que a versão anterior confundiu 17
8.2.1 Estrutura etária, sexo e cor/raça — Censo Demográfico 2022 (dado atualizado) 18
8.3 Pessoas com deficiência: uma correção metodológica necessária 21
8.4 Implicações para a Assistência Social 23
9. POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E POPULAÇÃO INDÍGENA — TERRA INDÍGENA RIO DAS COBRAS 23
9.1 Saúde indígena 25
9.2 Educação escolar indígena 25
10. CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS 26
10.1 PIB, renda e desenvolvimento humano 26
10.2 Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM) 28
10.3 Finanças públicas municipais 28
11. TRABALHO, EMPREGO E RENDA 29
11.1 Emprego formal (RAIS) 30
12. CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS 32
12.1 Volume de inscritos e evolução histórica 32
12.2 Perfil de renda das famílias cadastradas 35
12.3 Taxa de atualização cadastral 37
13. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CONDICIONALIDADES 38
13.1 Condicionalidade de educação 38
13.2 Condicionalidade de saúde 39
14. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) 39

15. BENEFÍCIOS EVENTUAIS 41
16. EDUCAÇÃO 42
16.1 Indicadores de cobertura e desempenho 43
16.2 IDEB 43
16.2.1 Alfabetização 44
16.3 Educação e vulnerabilidade social 45
17. SAÚDE 47
17.1 Organização da rede de saúde 47
17.2 Natalidade e mortalidade 47
17.2.1 Estrutura de estabelecimentos, profissionais e causas de óbito 49
18. HABITAÇÃO, SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA 50
18.1 Abastecimento de água 50
18.2 Esgotamento sanitário 51
18.3 Destinação do lixo 51
18.4 Energia elétrica 52
18.5 Meio ambiente 52
19. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 53
20. SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E VIOLAÇÕES DE DIREITOS 55
21. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA 56
22. JUVENTUDE 57
23. PESSOAS IDOSAS 57
24. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 58
25. MULHERES E FAMÍLIAS MONOPARENTAIS 59
26. VULNERABILIDADES DA POPULAÇÃO RURAL 59
27. ESTRUTURA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 60
27.1 Estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social 60
27.2 Proteção Social Básica 64
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) 65
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) 65
Cadastro Único e Benefícios 66
28. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL 66
29. REDE SOCIOASSISTENCIAL 67
30. REDE INTERSETORIAL E FLUXOS DE ARTICULAÇÃO 68
31. RECURSOS HUMANOS DO SUAS 68
32. GESTÃO, FINANCIAMENTO E ORÇAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 69
33. TERRITORIALIZAÇÃO DAS VULNERABILIDADES 71
33.1 O que já se sabe sobre a distribuição territorial 71
33.2 Quadro-síntese de indicadores de vulnerabilidade 72

34. MATRIZ DE VULNERABILIDADES, RISCOS E RESPOSTAS 74
35. TERRITÓRIOS E PÚBLICOS PRIORITÁRIOS 76
35.5 SÍNTESE NUMÉRICA PRINCIPAL 77
36. O QUE OS DADOS REVELAM SOBRE NOVA LARANJEIRAS? 78
37. DESAFIOS ESTRUTURAIS DO SUAS MUNICIPAL 78
37.1 Desafios de curto prazo 78
37.2 Desafios de médio prazo 79
37.3 Desafios estruturais (longo prazo) 79
38. RECOMENDAÇÕES 79
Prioridade imediata 79
Curto prazo — até 1 ano 79
Médio prazo — 2 a 4 anos 80
Ações permanentes 80
39. PAINEL DE INDICADORES PARA MONITORAMENTO PERMANENTE 80
40. CONSIDERAÇÕES FINAIS 82
41. REFERÊNCIAS 82
APÊNDICE A — ENTREGA 2: LACUNAS IDENTIFICADAS 84
População indígena e comunidades tradicionais 84
Condições socioeconômicas 84
Cadastro Único, PBF, BPC e Benefícios Eventuais 84
Educação e saúde 84
Habitação, saneamento e segurança alimentar 84
Violações de direitos e Proteção Social Especial 84
Grupos populacionais, rede e gestão 84
APÊNDICE B — ENTREGA 3: INCONSISTÊNCIAS ENCONTRADAS E CORREÇÕES 86
APÊNDICE C — ENTREGA 4: DADOS ADICIONAIS RECOMENDADOS 88
APÊNDICE D — ENTREGA 5: RECURSOS GRÁFICOS PRODUZIDOS E RECOMENDADOS 90
Tabelas produzidas neste diagnóstico 90
Gráficos recomendados (a produzir pelo Município a partir dos dados levantados) 90
Mapas recomendados (a produzir pelo Município) 90
APÊNDICE E — ENTREGA 6: CHECKLIST FINAL DE QUALIDADE 92

1. APRESENTAÇÃO

O presente Diagnóstico Socioterritorial do Município de Nova Laranjeiras/PR constitui instrumento técnico de planejamento e gestão da Política de Assistência Social, elaborado para subsidiar a organização, o monitoramento e o aprimoramento das ações desenvolvidas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esta versão revê, corrige, amplia e aprofunda analiticamente o documento anteriormente produzido pelo Município, preservando os conteúdos tecnicamente corretos e bem fundamentados e submetendo a totalidade das informações a uma auditoria de consistência, atualidade e rastreabilidade de fontes.

O diagnóstico é um dos principais instrumentos da Vigilância Socioassistencial, função da Política de Assistência Social responsável pela produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas sobre vulnerabilidade, risco social e violação de direitos, bem como sobre o tipo, o volume e a qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial, conforme estabelece a Norma Operacional Básica do SUAS:

> *"Art. 87. A Vigilância Socioassistencial é caracterizada como uma das funções da política de assistência social e deve ser realizada por meio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, tratando: I – das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos, e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios; II – do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial." (BRASIL. Resolução CNAS nº 33/2012 – NOB-SUAS/2012, art. 87).*

A partir deste diagnóstico, o Município passa a (re)conhecer, com base em evidências, as necessidades e demandas da população relacionadas à Política de Assistência Social, identificando as particularidades do território, suas vulnerabilidades e potencialidades, de modo a alinhar a ação pública às condições concretas vividas pela população nova laranjeirense.

A elaboração baseou-se na análise de informações demográficas, socioeconômicas e territoriais, bem como na identificação das principais situações de vulnerabilidade e risco social presentes no Município, com base em dados de fontes oficiais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), CECAD, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e Instituto Socioambiental (ISA) associadas às informações produzidas pelos serviços socioassistenciais e demais secretarias municipais.

Em relação à versão anterior do documento, este diagnóstico introduz três mudanças centrais. Primeira: toda informação estatística passou a ser identificada por fonte e ano de referência, e dados de períodos diferentes deixaram de ser apresentados como se fossem contemporâneos entre si. Segunda: números que se mostraram internamente inconsistentes, desatualizados ou originários de metodologia não mais adotada pelo IBGE foram identificados, expostos e, quando possível, corrigidos com base em fonte oficial mais recente; quando a correção não pôde ser feita a partir de fonte pública, o campo foi sinalizado para verificação municipal. Terceira: cada bloco de dados passou a ser acompanhado de leitura interpretativa: o que o número significa para a organização da rede socioassistencial de Nova Laranjeiras e não apenas de sua descrição.

Os resultados foram organizados de modo a facilitar a leitura por parte da gestão municipal, da equipe técnica do SUAS e do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), servindo de base

para a construção de estratégias mais eficazes de planejamento, gestão e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em Nova Laranjeiras.

> **🏛 IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO DO SUAS**
> Este documento deve ser lido em conjunto com o Apêndice A (Lacunas identificadas), o Apêndice B (Inconsistências encontradas e correções realizadas) e o Apêndice E (Checklist final de qualidade), que consolidam, respectivamente, as informações que ainda dependem de levantamento municipal, o registro técnico das correções efetuadas em relação à versão anterior e a avaliação de completude do diagnóstico.

2. INTRODUÇÃO

A Assistência Social é política pública de Seguridade Social, não contributiva, que garante proteção à vida, redução de danos e prevenção da incidência de riscos, especialmente a: famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação de renda e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social; pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas em situação de dependência; famílias e indivíduos com seus direitos violados. A Constituição Federal de 1988 (art. 203-204) e a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011) organizam essa política por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estruturado em rede descentralizada e participativa, sob comando único em cada esfera de governo.

A gestão da política municipal exige, entre outros instrumentos, o Diagnóstico Socioterritorial: documento que caracteriza o território, identifica as principais expressões da questão social presentes no Município e orienta o planejamento da rede de proteção social básica e especial. Sem um diagnóstico atualizado, tecnicamente consistente e territorializado, a alocação de recursos, a pactuação de metas e a resposta a órgãos de controle ficam fragilizadas por ausência de evidência.

Nova Laranjeiras apresenta características que tornam esse instrumento particularmente relevante: extensa área rural, baixa densidade demográfica, presença de comunidades tradicionais e da Terra Indígena Rio das Cobras: uma das maiores terras indígenas do Sul do Brasil, compartilhada com o Município de Espigão Alto do Iguaçu e elevada dependência de programas federais de transferência de renda. Um diagnóstico genérico, que não traduza essas particularidades em implicações concretas para a organização dos serviços, não cumpre a finalidade a que se destina.

3. OBJETIVOS DO DIAGNÓSTICO

3.1 Objetivo geral

Caracterizar o território, a população e as condições de vida de Nova Laranjeiras/PR, identificando as principais situações de vulnerabilidade e risco social existentes no Município e sua distribuição territorial, de modo a subsidiar o planejamento, a organização e a qualificação da rede socioassistencial no âmbito do SUAS.

3.2 Objetivos específicos

- Sistematizar e analisar indicadores demográficos, socioeconômicos e territoriais de Nova Laranjeiras a partir de fontes oficiais, com indicação de fonte e período de referência para cada dado;
- Identificar o perfil das famílias inscritas no Cadastro Único e beneficiárias de programas de transferência de renda (PBF, BPC) e sua evolução no tempo;
- Caracterizar a oferta atual de serviços, programas e benefícios da Proteção Social Básica e Especial e confrontá-la com a demanda estimada a partir dos indicadores de vulnerabilidade;
- Analisar a situação de grupos populacionais prioritários — crianças e adolescentes, juventude, pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres, população rural e população indígena;
- Territorializar, na medida em que os dados disponíveis permitirem, a distribuição das vulnerabilidades e da oferta de serviços;
- Consolidar uma matriz de vulnerabilidades, riscos e respostas que sintetize os principais achados do diagnóstico;
- Identificar as lacunas de informação que impedem uma leitura ainda mais precisa do território, indicando o que precisa ser produzido pelo Município e por quais setores;
- Propor recomendações objetivas de curto, médio e longo prazo e um painel de indicadores permanentes para a Vigilância Socioassistencial.

4. METODOLOGIA

Trata-se de diagnóstico de natureza descritivo-analítica, de caráter quali-quantitativo, construído a partir de fontes secundárias (estatísticas públicas produzidas por órgãos oficiais) e fontes administrativas (registros produzidos pelos próprios serviços socioassistenciais e por outras secretarias municipais). O tratamento das informações seguiu quatro etapas.

- Levantamento: identificação e coleta de indicadores junto a IBGE (Censo Demográfico 2022 e estimativas populacionais), IPARDES (Cadernos Estatísticos e Cadernos de Indicadores Municipais), PNUD/IPEA/FJP (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil), INEP (Censo Escolar e IDEB), Ministério da Saúde/DATASUS, MDS/CECAD, FUNAI e ISA, além de documentos e registros produzidos pelo próprio Município (leis, relatórios de gestão, planos setoriais e dados extraídos do CECAD pela equipe local);
- Auditoria: verificação da consistência interna dos dados (somas, percentuais, coerência entre trechos do texto e tabelas), da atualidade das informações (identificação de dados desatualizados apresentados como atuais) e da existência de fonte e período para cada indicador relevante;
- Correção e complementação: sempre que uma inconsistência pôde ser esclarecida por fonte oficial disponível, os dados foram corrigidos e a correção foi registrada no Apêndice B. Quando a correção dependia de informação de acesso restrito ao Município (por exemplo, extrações do CECAD, do RMA ou do sistema de folha de pagamento), o campo foi mantido em aberto e sinalizado em vermelho, conforme padrão apresentado no item 5;
- Análise: cada conjunto de indicadores foi interpretado segundo a sequência dado → comparação (temporal e/ou territorial/regional, quando pertinente) → interpretação técnica → hipóteses de causas prováveis → consequências para a população → implicação para a organização do SUAS municipal, evitando-se a mera reprodução de números.

A territorialização das informações; um dos principais diferenciais pretendidos para este diagnóstico, foi aplicada sempre que a fonte disponível permitia o recorte por localidade (sede, comunidades rurais, Terra Indígena Rio das Cobras). Nos indicadores em que as bases públicas

consultadas apresentam apenas o dado agregado do Município, essa limitação é registrada explicitamente, e o levantamento territorializado é indicado como informação a ser produzida pela Vigilância Socioassistencial municipal, que possui acesso a bases com maior nível de desagregação (CECAD completo, Prontuário SUAS, RMA por unidade).

Comparações com o Estado do Paraná e o Brasil foram realizadas sempre que a fonte consultada oferecia dado equivalente e comparável; comparações com municípios de porte semelhante ficam indicadas como análise recomendada (Apêndice D), a ser aprofundada preferencialmente com o apoio do IPARDES e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família do Paraná (SEDEF/PR).

5. FONTES, PADRÃO DE CITAÇÃO E LIMITAÇÕES DOS DADOS

5.1 Padrão de citação adotado

Todo dado estatístico apresentado neste diagnóstico é acompanhado de fonte e período de referência. Dados de anos diferentes não são somados nem comparados sem que a diferença de período seja explicitada. Quando uma informação não pôde ser localizada ou confirmada em fonte oficial, ou depende de sistema de acesso restrito ao Município, o texto mantém a estrutura analítica prevista, e o campo correspondente é sinalizado da seguinte forma:

> **[INFORMAÇÃO A SER INSERIDA PELO MUNICÍPIO: descrição exata do dado necessário. Fonte sugerida: sistema/órgão. Período recomendado: intervalo de referência. Responsável provável: unidade/setor. Forma recomendada de apresentação: tabela, gráfico, texto ou mapa.]**

Essa sinalização não substitui a análise: a estrutura interpretativa correspondente é mantida no texto, permitindo que a equipe da Vigilância Socioassistencial complete o diagnóstico apenas inserindo o dado levantado, sem necessidade de reescrever a análise.

5.2 Limitações metodológicas gerais

Registros administrativos (CadÚnico, RMA, Conselho Tutelar, prontuários) refletem a população que acessou ou foi identificada pelos serviços públicos, e não podem ser interpretados automaticamente como a totalidade da ocorrência do fenômeno no território, a ausência de registro não equivale a ausência do fenômeno. Situações de violência doméstica, trabalho infantil ou negligência, por exemplo, são estruturalmente subnotificadas em qualquer território, e a leitura desses indicadores deve considerar essa subnotificação como hipótese permanente, e não como evidência de baixa incidência.

Em municípios de pequena população, indicadores construídos como taxas por mil ou por cem mil habitantes (mortalidade infantil, por exemplo) sofrem forte oscilação de um ano para o outro, porque pequenas variações no número absoluto de eventos (poucos óbitos, poucos nascimentos) produzem grandes variações percentuais. Por esse motivo, sempre que possível, este diagnóstico prioriza séries de vários anos e médias móveis em vez da leitura isolada de uma única taxa anual, recomendação retomada no item 34.

O Censo Demográfico 2022 alterou a metodologia de coleta de diversos temas em relação ao Censo 2010, com destaque para o levantamento de deficiência, hoje baseado no conjunto de perguntas do Washington Group (grau de dificuldade funcional em enxergar, ouvir, caminhar, memorizar/concentrar-se, cuidar de si e comunicar-se), metodologia internacionalmente comparável e

reconhecidamente mais precisa do que o critério de autodeclaração de "grande dificuldade ou incapacidade" utilizado em 2010, questionado tecnicamente por gerar sobrestimativas expressivas. Dados de 2010 sobre deficiência não devem, portanto, ser comparados diretamente com dados de 2022 como se fossem a mesma série histórica, ponto retomado no item 9.

Por fim, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Nova Laranjeiras (0,642) tem como base o Censo Demográfico 2010; até a conclusão deste diagnóstico, o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD/IPEA/FJP) não havia publicado recálculo do IDHM municipal com base no Censo 2022. O valor de 0,642 deve, portanto, ser lido como retrato de 2010, e não como situação atual, o que não invalida seu uso como referência histórica, mas exige cautela em comparações com indicadores construídos a partir do Censo 2022.

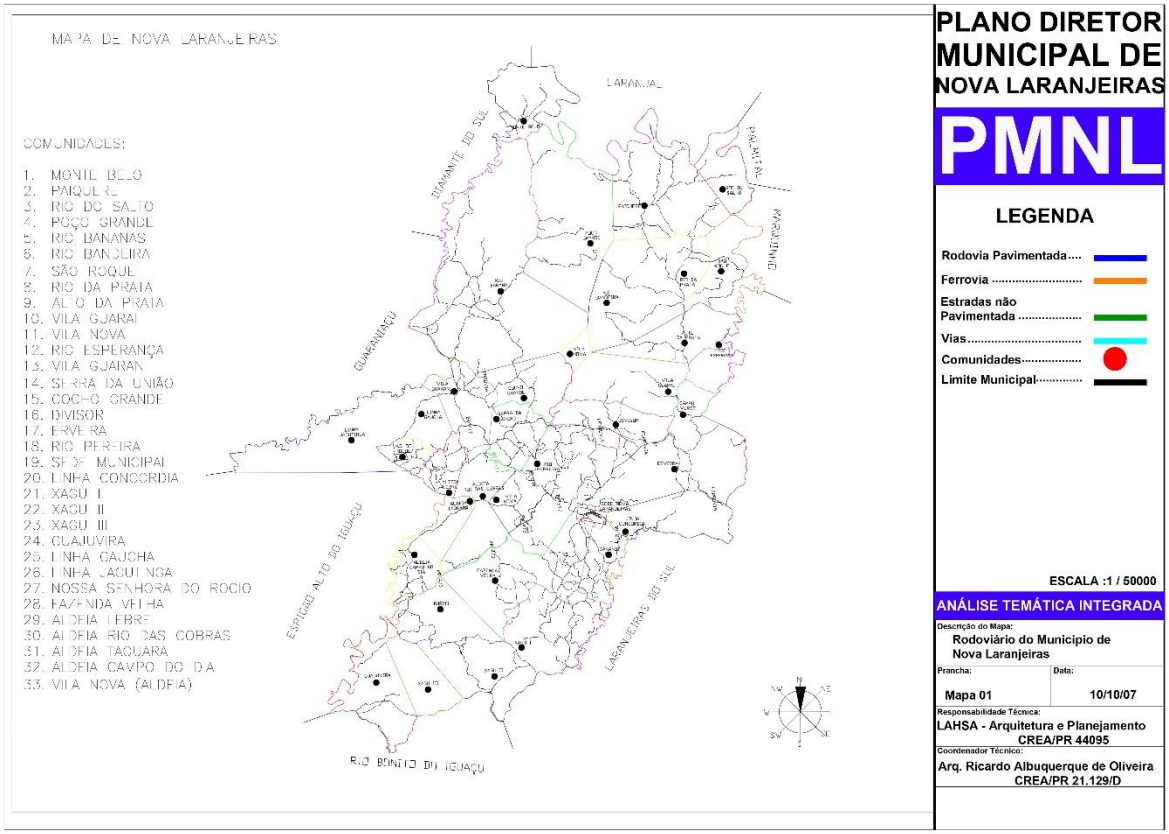
> ⚠ **PONTO DE ATENÇÃO**
>
> A confusão entre dados do Censo 2010 e do Censo 2022 foi um dos principais achados da auditoria realizada sobre a versão anterior deste diagnóstico: trechos do documento original atribuíam ao ano de 2022 números que, na verdade, correspondem ao Censo 2010 (ver item 7.1 e Apêndice B). Este diagnóstico corrige essa confusão e mantém apenas dados 2010 claramente identificados como tal, quando não houver equivalente 2022 disponível.

6. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-TERRITORIAL DE NOVA LARANJEIRAS

O Município de Nova Laranjeiras está localizado na região Centro-Sul do Estado do Paraná, integrando a Associação dos Municípios do Médio Centro-Oeste do Paraná — Cantuquiriguaçu, que reúne 23 municípios (Campina do Simão, Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Mangueirinha, Marquinho, Nova Laranjeiras, Nova Tebas, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond), com sede regional em Laranjeiras do Sul, município de referência para serviços de média e alta complexidade em saúde e para a regionalização de diversos serviços públicos, conforme retomado nos itens 15 e 28.

Possui extensa área territorial predominantemente rural, característica que influencia diretamente a dinâmica social, econômica e o acesso da população às políticas públicas. A economia municipal é baseada principalmente na agricultura, pecuária, agricultura familiar e atividades vinculadas ao setor primário, além do funcionalismo público e do comércio local (detalhamento no item 10). Destaca-se significativa presença de famílias residentes em áreas rurais, assentamentos e na Terra Indígena Rio das Cobras, situação que demanda articulação permanente das políticas públicas para garantia de acesso aos serviços essenciais.

O território apresenta localidades dispersas e distantes da sede municipal, fator que representa desafio permanente para a oferta continuada dos serviços socioassistenciais, especialmente quanto ao deslocamento das equipes técnicas, à busca ativa e ao acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social. Essa característica é desenvolvida com maior detalhe no item 7 (Demografia) e retomada de forma sistemática no item 33 (Territorialização das vulnerabilidades).



Relação consolidada dos bairros e núcleos urbanos/periurbanos:

Nº	Localidade	Classificação	População residente estimada/referência	Famílias estimadas/referência	Fonte / confiabilidade
1	Centro / Sede Municipal	Sede urbana e distrito-sede	Não individualizada oficialmente	Não individualizada	IBGE/Prefeitura, alta para existência territorial
2	Bairro Primavera	Bairro urbano	Não individualizada oficialmente	Não individualizada	Cadastro territorial de ACS/Prefeitura
3	Bairro Pinheirinho	Bairro urbano	Não individualizada oficialmente	Não individualizada	Cadastro territorial de ACS/Prefeitura
4	Loteamento Petró	Loteamento urbano	Não individualizada oficialmente	Não individualizada	Cadastro territorial de ACS/Prefeitura
5	Loteamento Bueno	Loteamento urbano	Não individualizada oficialmente	Não individualizada	Cadastro territorial de ACS/Prefeitura
6	Cohapar	Núcleo habitacional urbano	Não individualizada oficialmente	Não individualizada	Cadastro territorial de ACS/Prefeitura
7	Alto dos Laranjais	Loteamento/núcleo urbano	Não individualizada oficialmente	Não individualizada	Cadastro territorial de ACS/Prefeitura
8	Mirante do Céu Azul	Loteamento urbano/periurbano	Não individualizada oficialmente	Não individualizada	Cadastro territorial de ACS/Prefeitura

9	Beira Rio I	Núcleo urbano/periurbano	Não individualizada oficialmente	Não individualizada	Prefeitura
10	Beira Rio II	Núcleo urbano/periurbano	Não individualizada oficialmente	Não individualizada	Prefeitura

Comunidades, localidades e linhas rurais:

Nº	Comunidade/localidade	Classificação	População residente estimada/referência	Observação territorial
11	Monte Belo	Comunidade rural	Não individualizada oficialmente	PDM, malha viária e CMDR
12	Paiquerê	Comunidade rural	Não individualizada oficialmente	Área rural de referência
13	Alto Paiquerê	Comunidade rural	Não individualizada oficialmente	Área rural de referência
14	Linha dos Italianos	Linha rural	Não individualizada oficialmente	Sublocalidade da região de Paiquerê
15	Rio do Salto	Comunidade rural	Não individualizada oficialmente	PDM e ACS
16	Poço Grande	Comunidade rural	Não individualizada oficialmente	Vinculada também à representação Rio Bananas
17	Rio Bananas	Distrito/comunidade rural	**Distrito: aproximadamente 669 habitantes[1]**	Não equivale somente à sede da comunidade
18	Rio Tavinho	Localidade rural	Não individualizada oficialmente	Reconhecida pelo CMDR em 2026
19	Bica d'Água	Localidade rural	Não individualizada oficialmente	Referenciada em documentos municipais
20	Linha Moinho / Linha Moinho Velho	Linha rural	Não individualizada oficialmente	Região do Distrito de Rio Bananas
21	Rio Bandeira	Comunidade rural	Não individualizada oficialmente	PDM, malha viária e CMDR
22	Rio da Prata	Distrito/comunidade rural	**Distrito: aproximadamente 936 habitantes[1]**	População abrange todo o distrito
23	Alto da Prata	Comunidade rural	Não individualizada oficialmente	Área distribuída entre diferentes representações
24	São Roque / Alto São Roque	Comunidade rural	Não individualizada oficialmente	Atualidade utiliza principalmente Alto São Roque
25	Linha Periquito / Rio Piriquito	Linha/localidade rural	Não individualizada oficialmente	Distrito de Rio da Prata
26	Vira Pedra	Localidade rural	Não individualizada oficialmente	Região do Rio da Prata
27	Linha Dega	Linha rural	Não individualizada oficialmente	Região do Rio da Prata
28	Vila Nova	Comunidade rural	Não individualizada oficialmente	Não confundir com Aldeia Vila Nova
29	Rio Esperança	Comunidade rural	Não individualizada oficialmente	Dividida territorialmente entre áreas de referência
30	Rio Guarani	Distrito/comunidade rural	**Distrito de Guarani: aproximadamente 1.019 habitantes[1]**	Valor referente ao distrito inteiro

31	Guaraí	Distrito/comunidade rural	**Distrito: aproximadamente 875 habitantes[1]**	Valor referente ao distrito inteiro
32	Campo Verde	Comunidade rural	Não individualizada oficialmente	Região de Guaraí
33	Herveira / Erveira	Comunidade rural	Não individualizada oficialmente	As duas grafias aparecem em documentos
34	Alto Alegre	Localidade rural	Não individualizada oficialmente	Região de Guaraí
35	Cabo Roxo	Localidade rural	Não individualizada oficialmente	Região de Guaraí
36	Serra da União	Comunidade rural	Não individualizada oficialmente	Também vinculada territorialmente ao Estrela
37	Cocho Grande	Comunidade rural	Não individualizada oficialmente	Área rural de referência
38	Divisor	Comunidade rural	Não individualizada oficialmente	Área rural de referência
39	Alto Divisor	Localidade rural	Não individualizada oficialmente	Reconhecida pelo CMDR em 2026
40	Rio Quati	Localidade rural	Não individualizada oficialmente	Territorialização de ACS
41	Santo Antônio / Linha Santo Antônio	Comunidade/linha rural	Não individualizada oficialmente	Região do Divisor
42	Rio Pereira	Comunidade rural	Não individualizada oficialmente	Região do Estrela
43	Rio Veloso	Localidade rural	Não individualizada oficialmente	Reconhecida em legislação municipal
44	Linha Giarolo / Giarollo	Linha rural	Não individualizada oficialmente	Grafia varia entre documentos
45	Linha Concórdia	Linha rural	Não individualizada oficialmente	PDM e malha viária
46	Linha Sarandi	Linha rural	Não individualizada oficialmente	Malha viária e CMDR
47	Linha Rosa	Linha rural	Não individualizada oficialmente	CMDR e territorialização
48	Linha Pessegueiro	Linha rural	Não individualizada oficialmente	CMDR e territorialização
49	Linha Veronese	Linha rural	Não individualizada oficialmente	Territorialização de ACS
50	Linha Jacutinga	Linha rural	Não individualizada oficialmente	PDM e malha viária
51	Linha Gaúcha	Localidade/linha rural	Não individualizada oficialmente	Consta no PDM de 2007; confirmação cadastral atual recomendada
52	Colônia Nossa Senhora do Rocio / Rocio	Comunidade rural	Não individualizada oficialmente	Malha viária e territorialização
53	Fazenda Velha	Comunidade rural	Não individualizada oficialmente	PDM, malha viária e CMDR
54	Buriti	Comunidade rural	Não individualizada oficialmente	Malha viária e territorialização
55	Guajuvira / Pré-Assentamento Guajuvira	Comunidade/pré-assentamento	Não individualizada oficialmente	Prefeitura utiliza também “Assentamento Guajuvira”

56	Coopcal / Coopical	Localidade rural/área de assentamento	Não individualizada oficialmente	Associada territorialmente ao Assentamento Estrela
57	Linha Canhadão / Herdeiros da Terra 2	Localidade rural	Não individualizada oficialmente	Referenciada em ato municipal de 2025
58	Linha Reserva / Herdeiros da Terra 2	Localidade rural	Não individualizada oficialmente	Referenciada em ato municipal de 2025

Assentamentos e áreas relacionadas à reforma agrária:

Nº	Assentamento/localidade	Situação	Famílias de referência	População estimada para planejamento	Confiabilidade
59	Assentamento Xagú	Denominação territorial municipal ampla	Não individualizada	Não estimar separadamente	Alta para território; população não disponível
60	Xagú I	Localidade operacional	Não individualizada	Incluída no território do Xagú/TCU	População individual não disponível
61	Xagú II	Localidade operacional	Não individualizada	Incluída no território do Xagú/TCU	População individual não disponível
62	Xagú III	Localidade operacional	Não individualizada	Incluída no território do Xagú/TCU	População individual não disponível
63	PA Terceira Conquista da União I	Projeto de Assentamento	**164 famílias**	**≈ 490 pessoas**	Média
64	PA Terceira Conquista da União II	Projeto de Assentamento	**164 famílias**	**≈ 490 pessoas**	Média
65	PA Recanto Estrela 19 de Outubro / Assentamento Estrela	Projeto de Assentamento	**26 famílias**	**≈ 80 pessoas**	Média
66	PA Terra Livre	Projeto de Assentamento	**30 famílias**	**≈ 90 pessoas**	Média
67	PA Ireno Alves dos Santos / área Ireno Alves	Área mencionada no cadastro fundiário municipal	Não utilizar estimativa	Não estimada	Necessita compatibilização cadastral
68	Pré-Assentamento / Assentamento Guajuvira	Área de ocupação/assentamento	Não individualizada	Não estimada	Sem número oficial de famílias localizado

Terra Indígena Rio das Cobras e aldeias:

Nº	Território/aldeia	Classificação	População residente de referência	Confiabilidade
69	Terra Indígena Rio das Cobras	Território indígena	**2.882 indígenas no município em 2022**	Alta para o total municipal indígena
70	Aldeia Sede / Aldeia Rio das Cobras	Aldeia indígena	Parcela dos 2.882; sem desagregação oficial pública	Alta para existência; população individual ND
71	Aldeia Lebre	Aldeia indígena	Parcela dos 2.882; sem desagregação oficial pública	Idem

72	Aldeia Taquara	Aldeia indígena	Parcela dos 2.882; sem desagregação oficial pública	Idem
73	Aldeia Campo do Dia	Aldeia indígena	Parcela dos 2.882; sem desagregação oficial pública	Idem
74	Aldeia Vila Nova	Aldeia indígena	Parcela dos 2.882; sem desagregação oficial pública	Idem
75	Aldeia Trevo	Aldeia indígena	Parcela dos 2.882; sem desagregação oficial pública	Idem
76	Aldeia Encruzilhada	Aldeia indígena	Parcela dos 2.882; sem desagregação oficial pública	Idem
77	Aldeia Jacutinga	Aldeia indígena	Parcela dos 2.882; sem desagregação oficial pública	Idem
78	Aldeia Vila Batista	Aldeia indígena	Parcela dos 2.882; sem desagregação oficial pública	Idem
79	Aldeia Missão	Aldeia indígena	Parcela dos 2.882; sem desagregação oficial pública	Idem
80	Aldeia Vila Paulista	Aldeia indígena	Parcela dos 2.882; sem desagregação oficial pública	Idem
81	Aldeia Tamanduá	Aldeia indígena	Parcela dos 2.882; sem desagregação oficial pública	Idem
82	Aldeia Monjolinho	Aldeia indígena	Parcela dos 2.882; sem desagregação oficial pública	Idem

7. ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E RURALIDADE

A ruralidade é a variável estruturante da política de Assistência Social em Nova Laranjeiras. Segundo o Censo Demográfico 2010 (IBGE), última base com esse recorte publicada por localidade até o encerramento deste diagnóstico, o Município tinha 2.981 pessoas em área urbana (27,4% da população) e 7.908 pessoas em área rural (72,6%), sobre uma população total de 10.889 habitantes naquele ano. O Censo 2022 elevou a população municipal para 12.074 habitantes (IBGE, Censo Demográfico 2022), com população urbana representando 25,33% e residentes na zona rural 74,67%.

Quanto aos domicílios, o Censo Demográfico 2022 confirma o padrão fortemente rural do Município: dos 4.011 domicílios particulares permanentes ocupados, 2.861 (71,3%) estão em área rural e apenas 1.150 (28,7%) em área urbana. Esse indicador de domicílios é, até o momento, o recorte urbano/rural mais preciso disponível a partir de fonte pública para 2022.

Essa concentração rural é compatível com o perfil observado no Cadastro Único, na organização da rede de saúde (cinco Estratégias Saúde da Família e três Unidades Básicas de Saúde distribuídas fora da sede — item 15) e na distribuição da rede escolar (oito escolas municipais e dois CMEIs, além de escolas estaduais e da rede de educação escolar indígena — item 14). Um Município com esse perfil de ocupação do território enfrenta, estruturalmente, custos de deslocamento mais altos, tempo de resposta mais longo em situações de urgência social e maior dificuldade de sustentar oferta

continuada de SCFV e grupos do PAIF fora da sede, o que já é parcialmente respondido pela oferta itinerante descrita no item 27.

🏛 IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO DO SUAS

Para o planejamento do SUAS, a ruralidade extensa de Nova Laranjeiras implica: (i) necessidade de frota e equipe dimensionadas para atendimento itinerante, e não apenas para atendimento na sede; (ii) prioridade de busca ativa sobre demanda espontânea nas comunidades mais distantes; (iii) parcerias intersetoriais com saúde e educação — que já possuem capilaridade territorial via ESF e escolas rurais — como estratégia de identificação precoce de vulnerabilidades; e (iv) necessidade de indicadores de cobertura calculados por território, e não apenas pelo total municipal, sob risco de mascarar comunidades sem acesso efetivo (retomado no item 35).

⚠ PONTO DE ATENÇÃO

AUDITORIA — ÁREA TERRITORIAL ATUALIZADA: a versão anterior deste diagnóstico e a primeira revisão (auditoria inicial) adotaram a área de 1.209,313 km². O Caderno Estatístico do IPARDES (fonte: IAT — Instituto Água e Terra) traz uma série própria, com pequena redução ao longo do tempo — provavelmente associada a recálculo cartográfico oficial, e não a mudança física do território: 1.208,840 km² (2022), 1.201,520 km² (2023) e 1.201,472 km² (2024, 2025 e 2026, valor estabilizado). Este diagnóstico adota, a partir desta revisão, o valor mais recente e estável da série do IAT (1.201,472 km²), por ser o dado oficialmente vigente; o valor anterior (1.209,313 km²) deve ser tratado como desatualizado, e não como erro do documento original.

A área territorial do Município é de 1.201,472 km² (IAT, 2024-2026), com densidade demográfica em trajetória de leve crescimento: 9,48 hab./km² em 2021, 9,99 em 2022, 10,21 em 2023, 10,23 em 2024 e 10,24 em 2025 (IPARDES, calculada a partir da população estimada do IBGE e da área territorial do IAT). Para referência de comparação, a densidade demográfica média do Estado do Paraná no Censo 2022 foi de 57,42 hab./km², 12ª maior densidade entre os estados brasileiros (Governo do Estado do Paraná, com base em dados do IBGE/Censo Demográfico 2022), o que situa Nova Laranjeiras entre os municípios paranaenses de ocupação territorial mais dispersa, com densidade cerca de cinco a seis vezes menor que a média estadual.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e 2022; Instituto Água e Terra (IAT); IPARDES, Caderno Estatístico — Nova Laranjeiras (2026); Governo do Estado do Paraná, "Censo 2022: Paraná tem 12ª maior densidade do Brasil, com 57,42 habitantes por km quadrado".

8. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

A apresentação dos indicadores demográficos tem como finalidade subsidiar a compreensão das características populacionais e territoriais de Nova Laranjeiras, contribuindo para a análise do perfil da população e para o reconhecimento das potencialidades e dos desafios presentes no território, em articulação direta com o planejamento da rede socioassistencial.

8.1 Panorama geral

TABELA 1 – Indicadores demográficos gerais — Nova Laranjeiras/PR – 2022–2025

Indicador	Valor	Ano
População (Censo Demográfico)	12.074 habitantes	2022
População estimada	12.298 habitantes	2025
Área territorial	1.201,472 km²	2024-2026

Indicador	Valor	Ano
Densidade demográfica	10,24 hab./km²	2025
Gentílico	nova-laranjeirense	—

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022 e Estimativas da População; IPARDES, Caderno Estatístico; IAT (área territorial).

Nova Laranjeiras é Município de pequeno porte (Pequeno Porte I, na tipologia do SUAS — item 27), com crescimento populacional discreto entre o Censo 2022 e a estimativa de 2025 (+224 habitantes, cerca de +1,9% em três anos). A área territorial extensa combinada a essa população relativamente pequena resulta em densidade ainda baixa (10,24 hab./km² em 2025, ver série completa no item 7), evidenciando população dispersa ao longo do território — dado já desenvolvido no item 7 e retomado de forma sistemática no item 33.

🏛 IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO DO SUAS

No âmbito do SUAS, esse cenário reforça a necessidade de planejamento territorializado, considerando as especificidades locais para garantir a universalização do acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como a efetivação da busca ativa das famílias em situação de vulnerabilidade social — sobretudo porque nenhum serviço concentrado exclusivamente na sede é capaz de atingir, sozinho, uma população majoritariamente rural e dispersa.

8.2 Estrutura etária, sexo e cor/raça: o que a versão anterior confundiu

⚠ PONTO DE ATENÇÃO

AUDITORIA — INCONSISTÊNCIA DE PERÍODO: a versão anterior deste diagnóstico apresentava a composição etária, a distribuição por sexo, a proporção urbano/rural, a composição por cor/raça e o total de pessoas com deficiência como se fossem todos dados de 2022. A verificação cruzada mostra o contrário: a soma da população "masculina" (5.427) com a "feminina" (5.462) informada no documento totaliza 10.889 pessoas — exatamente a soma de "população urbana" (2.981) com "população rural" (7.908), que o próprio documento original atribuía ao Censo 2010. Ou seja, os blocos de sexo, faixa etária, cor/raça e deficiência do documento anterior são, na realidade, dados do Censo 2010 (base populacional de 10.889 habitantes), e não do Censo 2022 (base de 12.074 habitantes). Este diagnóstico corrige a rotulação: os dados abaixo são apresentados como Censo 2010, com solicitação explícita da atualização para 2022 nos campos em que a fonte pública consultada não trouxe o recorte municipal por faixa etária/sexo/cor.

Preservados como retrato histórico do Município, os dados do Censo 2010 (IBGE) indicavam a seguinte estrutura etária, sobre uma população de 10.889 habitantes:

TABELA 2 – Composição etária — Nova Laranjeiras/PR – 2010 (sobre população de 10.889 hab.)

Faixa etária	População	% da população (2010)
0 a 14 anos	3.354	30,8%
15 a 19 anos	1.180	10,8%
20 a 59 anos	5.207	47,8%
60 anos ou mais	1.066	9,8%
Total	10.807*	99,2%*

** O somatório das quatro faixas (10.807) e dos percentuais (99,2%) não fecha exatamente com a população total do Censo 2010 (10.889), diferença de 82 pessoas (0,75%) provavelmente associada a arredondamento das faixas etárias na fonte original ou a categoria residual não discriminada. Recomenda-se reconferência da tabela original do Censo 2010 (SIDRA/IBGE) caso o dado histórico venha a ser utilizado em publicação oficial.*

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (dado reproduzido do diagnóstico municipal anterior, rotulado originalmente e de forma incorreta como "2022"; auditoria e nova rotulação neste diagnóstico).

Em 2010, a população adulta (20 a 59 anos) já representava a maior parcela do Município (47,8%), com participação relevante de crianças e adolescentes até 14 anos (30,8%) e população idosa ainda proporcionalmente pequena (9,8%). O Município ganhou cerca de 1.185 habitantes entre 2010 e 2022 (+10,9%), padrão de crescimento populacional discreto porém positivo.

8.2.1 Estrutura etária, sexo e cor/raça — Censo Demográfico 2022 (dado atualizado)

ACHADO RELEVANTE

ATUALIZAÇÃO DE DADO — LACUNA RESOLVIDA NESTA REVISÃO: o Caderno Estatístico do IPARDES (fonte primária: IBGE, Censo Demográfico 2022) permitiu localizar a estrutura etária, a distribuição por sexo e a composição por cor/raça de Nova Laranjeiras já no recorte do Censo 2022, resolvendo uma das lacunas mais relevantes apontadas na primeira revisão deste diagnóstico (item 8.2 original e Apêndice A). Os dados abaixo passam a ser a referência de situação atual; os dados de 2010 acima permanecem preservados apenas como retrato histórico.

TABELA 3 – População residente, segundo faixa etária — Nova Laranjeiras/PR – 2000, 2010 e 2022

Faixa etária	2000	2010	2022
Menores de 1 ano	288	181	220
1 a 4 anos	1.063	802	796
5 a 9 anos	1.473	1.093	958
10 a 14 anos	1.361	1.278	981
15 a 19 anos	1.238	1.180	986
20 a 24 anos	894	815	954
25 a 29 anos	755	758	904
30 a 34 anos	774	684	791
35 a 39 anos	793	697	758
40 a 44 anos	653	754	774
45 a 49 anos	549	669	716
50 a 54 anos	455	588	722
55 a 59 anos	408	539	669
60 a 64 anos	356	392	573
65 a 69 anos	263	303	465
70 a 74 anos	152	225	315
75 a 79 anos	111	140	221
80 anos e mais	113	143	271
Total	11.699	11.241	12.074

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000, 2010 e 2022, apud IPARDES, Caderno Estatístico.

Agrupando as faixas quinquenais em grandes grupos etários, o Censo 2022 mostra Município ainda relativamente jovem, mas em processo visível de envelhecimento em relação a 2010: a população de 0 a 14 anos passou a representar cerca de 24,5% da população de 2022 (2.955 pessoas, contra 30,8% em 2010), enquanto a população de 65 anos ou mais cresceu de cerca de 7,4% (2010) para 10,5% em

2022 (1.272 pessoas). A população de 15 a 64 anos passou a representar cerca de 65,0% do total em 2022.

TABELA 4 – População residente, por sexo e grande grupo etário — Nova Laranjeiras/PR – 2022

Grupo etário	Feminino	Masculino	Total
Até 14 anos	1.446	1.509	2.955
15 a 64 anos	3.841	4.006	7.847
65 anos e mais	644	628	1.272
Total	5.931	6.143	12.074

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022, apud IPARDES, Caderno Estatístico.

A população total de 2022 (12.074 habitantes) é composta por 6.143 homens (50,88%) e 5.931 mulheres (49,12%) — leve predominância masculina, compatível com o padrão observado em municípios rurais de pequeno porte, no qual a migração de mulheres jovens para centros urbanos maiores tende a ser mais acentuada que a de homens.

GRUPO POPULACIONAL PRIORITÁRIO

GRUPO POPULACIONAL PRIORITÁRIO (dado atualizado): a população de 65 anos ou mais cresceu de 7,4% (2010) para 10,5% (2022) da população total, aumento de 3,1 pontos percentuais em 12 anos. Esse crescimento reforça a recomendação de dimensionar a oferta de SCFV-Idoso e o acompanhamento de beneficiários do BPC-Idoso (item 14) considerando uma base populacional de idosos que já ultrapassa 1.270 pessoas, bem acima do universo de 30 beneficiários do BPC-Idoso atualmente identificado (item 14), o que sugere cobertura administrativa ainda parcial em relação ao total de idosos do Município.

A análise da estrutura etária da população permite identificar a relação entre os grupos considerados demograficamente dependentes e a população em idade potencialmente ativa. Em Nova Laranjeiras, conforme o Censo Demográfico de 2022, 2.955 habitantes possuíam até 14 anos de idade, 7.847 encontravam-se na faixa etária de 15 a 64 anos e 1.272 possuíam 65 anos ou mais.

A razão de dependência demográfica é obtida pela relação entre a soma da população de 0 a 14 anos e da população de 65 anos ou mais e a população de 15 a 64 anos, multiplicada por 100. Para Nova Laranjeiras, o cálculo resulta em:

Razão de dependência = [(2.955 + 1.272) ÷ 7.847] × 100 = 53,87

Dessa forma, em 2022, Nova Laranjeiras apresentava razão de dependência demográfica de 53,87, indicando a existência de aproximadamente 54 pessoas em faixas etárias consideradas dependentes para cada 100 pessoas em idade potencialmente ativa.

Quando analisados separadamente os componentes do indicador, verifica-se uma razão de dependência jovem de 37,66, correspondente à população de até 14 anos, e uma razão de dependência idosa de 16,21, referente à população de 65 anos ou mais. Em termos proporcionais, crianças e adolescentes de até 14 anos representavam 24,47% da população municipal, as pessoas entre 15 e 64 anos correspondiam a 64,99% e a população de 65 anos ou mais representava 10,54% do total.

A composição da razão de dependência demonstra que a população infantojuvenil ainda exerce peso expressivo na estrutura demográfica municipal, ao mesmo tempo em que se observa um processo progressivo de envelhecimento populacional. Essa configuração impõe demandas simultâneas às políticas públicas, requerendo atenção tanto às necessidades de crianças, adolescentes e suas famílias quanto à ampliação das estratégias de proteção e acompanhamento da população idosa.

No âmbito da Política de Assistência Social, o indicador reforça a necessidade de planejamento da oferta de serviços considerando os diferentes ciclos de vida, especialmente por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), do acompanhamento familiar pelo PAIF, da busca ativa e da articulação intersetorial com as políticas de Saúde, Educação e demais áreas de proteção social. As características territoriais de Nova Laranjeiras, marcadas pela elevada presença da população rural e pela dispersão das comunidades, acrescentam desafios relacionados ao deslocamento, ao acesso continuado aos serviços e à identificação de situações de vulnerabilidade social.

A população com 65 anos ou mais passou de aproximadamente 7,4% da população municipal em 2010 para 10,54% em 2022, crescimento de cerca de 3,1 pontos percentuais em doze anos. Em 2022, Nova Laranjeiras possuía 1.272 pessoas com 65 anos ou mais, evidenciando a progressiva ampliação da participação da população idosa na composição demográfica municipal.

Outro indicador relevante é o índice de envelhecimento, que em 2022 correspondia a aproximadamente 43,05 pessoas com 65 anos ou mais para cada 100 crianças e adolescentes de até 14 anos. Embora a população jovem ainda apresente participação significativa no Município, o indicador evidencia a importância crescente do envelhecimento populacional para o planejamento das políticas públicas.

Esse cenário reforça a necessidade de considerar a população idosa como grupo estratégico no planejamento da Proteção Social Básica, especialmente no dimensionamento e territorialização do SCFV para pessoas idosas, nas ações desenvolvidas pelo PAIF, na busca ativa e na prevenção de situações de isolamento social, negligência, violência, fragilização de vínculos familiares e comunitários e dificuldades de acesso aos serviços públicos.

Quanto ao Benefício de Prestação Continuada destinado à pessoa idosa, o número de beneficiários deve ser analisado como indicador específico da parcela da população que atende aos critérios legais e socioeconômicos estabelecidos para acesso ao benefício, não correspondendo, portanto, a uma medida de cobertura sobre o conjunto da população idosa. Entretanto, o cruzamento entre os dados demográficos, o Cadastro Único e os registros de benefícios pode subsidiar ações de Vigilância Socioassistencial e busca ativa, contribuindo para a identificação de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e para a ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais.

Quanto à cor/raça, o Censo 2022 mostra composição bastante distinta da registrada em 2010, com destaque para o forte aumento da autodeclaração indígena.

TABELA 5 – População residente, segundo cor ou raça — Nova Laranjeiras/PR – 2000, 2010 e 2022

Cor/raça	2000	2010	2022	% em 2022
Branca	7.715	6.419	6.079	50,35%
Parda	2.728	2.278	2.936	24,32%
Indígena	1.109	2.239	2.867	23,75%
Preta	237	272	191	1,58%
Amarela	23	33	1	0,01%
Total	11.812*	11.241	12.074	100,00%

** O total de 2000 (11.812, soma das categorias) diverge levemente do total populacional do Censo 2000 (11.699) informado na tabela de faixas etárias, possivelmente por diferença de base entre as duas extrações da fonte; não afeta a leitura de 2022, foco desta atualização.*

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000, 2010 e 2022, apud IPARDES, Caderno Estatístico.

ACHADO RELEVANTE

CRESCIMENTO DA AUTODECLARAÇÃO INDÍGENA: a população autodeclarada indígena no Censo geral do Município saltou de 210 pessoas (1,9% da população, 2010, valor citado na versão anterior deste diagnóstico) para 2.867 pessoas (23,75% da população, 2022), crescimento de mais de 13 vezes em 12 anos. Esse salto não representa crescimento populacional real nessa magnitude: o Censo 2022 aprimorou significativamente a metodologia de captação da população indígena, com entrevistas domiciliares dedicadas dentro dos limites de terras indígenas, o que eleva substancialmente a cobertura e a precisão da autodeclaração étnico-racial dentro da Terra Indígena Rio das Cobras. Ainda assim, mesmo o número de 2022 (2.867 pessoas no Município como um todo) segue abaixo da estimativa de população total da Terra Indígena Rio das Cobras feita por outras fontes (mais de 3.000 pessoas, contando as duas etnias e a porção situada também em Espigão Alto do Iguaçu — item 9), o que é esperado, já que parte da Terra Indígena está fora dos limites de Nova Laranjeiras. Os dois números (2.867 no Censo do Município x mais de 3.000 na Terra Indígena como um todo) não devem ser comparados como se medissem a mesma coisa.

8.3 Pessoas com deficiência: uma correção metodológica necessária

⚠ PONTO DE ATENÇÃO

AUDITORIA — INDICADOR METODOLOGICAMENTE SUPERADO: a versão anterior informava que 3.467 pessoas (31,8% da população) teriam algum tipo de deficiência, com base no Censo 2010. Esse número resulta do critério de autodeclaração de "grande dificuldade ou incapacidade" utilizado no questionário do Censo 2010, metodologia amplamente reconhecida como geradora de sobrestimativa e revisada pelo próprio IBGE. O Censo Demográfico 2022 substituiu esse critério pelo conjunto de perguntas do Washington Group (grau de dificuldade funcional para enxergar, ouvir, caminhar, memorizar/concentrar-se, cuidar de si e se comunicar), produzindo números internacionalmente comparáveis e tipicamente muito mais baixos que os de 2010. Apresentar 31,8% da população de Nova Laranjeiras como pessoa com deficiência, sem essa ressalva, é tecnicamente incorreto e pode distorcer o dimensionamento de serviços, equipes e benefícios (BPC, SCFV, acessibilidade). Este diagnóstico remove a apresentação do dado de 2010 como situação atual e o mantém apenas como nota metodológica.

A caracterização das pessoas com deficiência constitui elemento relevante para o planejamento da Política de Assistência Social, especialmente para a organização da busca ativa, do acompanhamento familiar, do acesso aos benefícios socioassistenciais e da articulação intersetorial com as políticas de Saúde, Educação e de garantia de direitos.

No Censo Demográfico de 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adotou metodologia alinhada às recomendações do Grupo de Washington sobre Estatísticas das Pessoas com Deficiência (Washington Group on Disability Statistics). Para fins estatísticos, foram consideradas pessoas com deficiência aquelas com 2 anos ou mais de idade que declararam possuir “muita dificuldade” ou “não conseguir de modo algum” realizar pelo menos uma das atividades funcionais investigadas.

Os quesitos utilizados pelo Censo abrangem dificuldades permanentes para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contato; ouvir, mesmo utilizando aparelho auditivo; andar ou subir degraus, mesmo utilizando prótese ou aparelho auxiliar; pegar pequenos objetos, como botão ou lápis, ou abrir e fechar tampas de garrafas; e comunicar-se, realizar cuidados pessoais, trabalhar ou estudar em razão de limitações nas funções mentais.

Em Nova Laranjeiras, os dados do Censo Demográfico de 2022 apontam **648 pessoas com deficiência**, segundo o critério funcional adotado pelo IBGE. Esse contingente evidencia a necessidade

de inclusão da deficiência como dimensão permanente da Vigilância Socioassistencial e do planejamento da oferta de serviços e benefícios no Município.

Pessoas com deficiência segundo tipo de dificuldade funcional – Nova Laranjeiras/PR – 2022

Tipo de dificuldade funcional	Pessoas
Dificuldade permanente para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contato	342
Dificuldade permanente para andar ou subir degraus	215
Dificuldade permanente para ouvir, mesmo usando aparelho auditivo	108
Limitação relacionada às funções mentais, comunicação, cuidados pessoais, trabalho ou estudo	96
Pessoas com pelo menos uma deficiência	648

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022, resultados preliminares da amostra, SIDRA. Elaboração própria.

A distribuição por idade também demonstra importante concentração das pessoas com deficiência nas faixas etárias adultas e idosas.

Faixa etária	Pessoas	Percentual do total de PcD
2 a 14 anos	42	6,48%
15 a 59 anos	318	49,07%
60 anos ou mais	288	44,44%
Total	648	100,00%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022, resultados preliminares da amostra, SIDRA. Elaboração própria.

A distribuição etária revela que 44,44% das pessoas com deficiência identificadas no Município possuem 60 anos ou mais, enquanto 49,07% encontram-se entre 15 e 59 anos e 6,48% entre 2 e 14 anos. Os dados demonstram a forte associação entre deficiência e envelhecimento populacional e reforçam a necessidade de planejamento articulado entre as políticas destinadas às pessoas com deficiência e à população idosa.

A presença expressiva de pessoas com deficiência entre os grupos etários mais elevados demanda atenção especial da rede socioassistencial, uma vez que a coexistência entre deficiência, envelhecimento, dependência para atividades cotidianas, fragilização de vínculos e dificuldades de deslocamento pode ampliar situações de vulnerabilidade. Essa questão assume particular relevância em Nova Laranjeiras diante da predominância rural e da elevada dispersão territorial da população, fatores que podem dificultar o acesso regular aos equipamentos e serviços públicos.

Pessoas com deficiência e acesso ao BPC

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das principais garantias de proteção de renda para pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Entretanto, a quantidade de beneficiários do BPC-PcD não corresponde ao conjunto da população com deficiência, uma vez que o acesso ao benefício depende do atendimento aos requisitos estabelecidos na legislação e da avaliação específica realizada no processo de concessão.

Considerando o quantitativo de 184 beneficiários do BPC-PcD apresentado no item 13 deste Diagnóstico e o contingente censitário de 648 pessoas com deficiência, observa-se que o número de beneficiários equivale, numericamente, a aproximadamente 28,40% da população com deficiência identificada pelo Censo de 2022.

A relação de 28,40% deve ser interpretada como indicador comparativo e não como taxa de cobertura do BPC, pois os critérios utilizados pelo Censo para identificação estatística das pessoas com deficiência não se confundem com os requisitos legais, socioeconômicos e de avaliação exigidos para a concessão do benefício. Assim, não é possível concluir que os demais 71,60% constituam população desassistida ou demanda reprimida.

O cruzamento dessas informações é, contudo, relevante para a Vigilância Socioassistencial, especialmente quando associado aos registros do Cadastro Único, aos atendimentos do PAIF, aos dados da Saúde e aos cadastros municipais. Essa integração pode contribuir para identificar pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade que ainda não estejam acessando direitos, benefícios ou serviços compatíveis com suas necessidades.

No âmbito da Proteção Social Básica, os dados reforçam a importância da busca ativa, do acompanhamento das famílias com pessoas com deficiência, da orientação para acesso ao BPC quando preenchidos os critérios legais, da inclusão nos serviços de convivência e das ações destinadas aos cuidadores e familiares. Também evidenciam a necessidade de articulação permanente com Saúde, Educação, APAE, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e demais componentes da rede de proteção.

8.4 Implicações para a Assistência Social

Com a estrutura etária, o sexo e a cor/raça já atualizados para o Censo 2022, o conjunto de informações demográficas confirma, com dado atual, as prioridades já indicadas na versão anterior: (i) a população idosa cresceu de 7,4% para 10,5% da população entre 2010 e 2022, com impacto direto sobre a demanda por BPC-Idoso e SCFV para pessoa idosa (item 23), e sugere cobertura administrativa ainda parcial do BPC-Idoso frente ao total de idosos do Município; (ii) a manutenção de perfil predominantemente rural (71,3% dos domicílios, item 7) sustenta a prioridade de estratégias de busca ativa e atendimento itinerante já adotadas pelo Município (item 27); (iii) a população indígena do Município, hoje mensurada com muito mais precisão pelo Censo 2022 (2.867 pessoas, 23,75% da população), exige que qualquer leitura de cobertura de serviços considere separadamente a população indígena aldeada, cuja relação com a rede socioassistencial municipal tem particularidades próprias (item 9).

> **GRUPO POPULACIONAL PRIORITÁRIO**
> GRUPOS POPULACIONAIS PRIORITÁRIOS identificados neste capítulo, com base na estrutura etária e de cor/raça já atualizada para 2022: crianças e adolescentes até 14 anos (24,5% da população), população idosa em crescimento (10,5% da população, ante 7,4% em 2010) e população indígena, que responde por praticamente um quarto da população municipal (23,75%) segundo o próprio Censo do Município. Os itens 21, 23 e 9 aprofundam cada um desses grupos.

9. POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E POPULAÇÃO INDÍGENA — TERRA INDÍGENA RIO DAS COBRAS

A presença da Terra Indígena Rio das Cobras constitui uma das características territoriais mais relevantes de Nova Laranjeiras, exigindo da gestão municipal atenção específica às questões culturais, territoriais e de acesso às políticas públicas, com respeito aos princípios da equidade, da interculturalidade e da proteção social diferenciada.

A Terra Indígena Rio das Cobras está localizada entre os municípios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu e constitui a maior terra indígena do Estado do Paraná, com área aproximada de 19 mil hectares e situação fundiária homologada. É habitada por população estimada em mais de 3.000 pessoas (aproximadamente 3.250, segundo o Instituto Socioambiental) das etnias Kaingang e Guarani (Guarani Mbya), o que a torna também a maior comunidade indígena do Estado.

> **ACHADO RELEVANTE**
>
> ATUALIZAÇÃO DE DADO: o Censo Demográfico 2022 (IBGE), com metodologia de captação de população indígena significativamente aprimorada em relação a 2010, registrou 2.867 pessoas autodeclaradas indígenas em Nova Laranjeiras — 23,75% da população municipal (item 8.2.1) —, ante apenas 210 pessoas (1,9%) no Censo 2010. Esse número do Censo do Município (2.867) é a melhor aproximação atualmente disponível de fonte oficial ampla, mas ainda não equivale à população total da Terra Indígena Rio das Cobras (mais de 3.000 pessoas, segundo ISA), pois parte da Terra Indígena está situada no Município vizinho de Espigão Alto do Iguaçu, cuja população indígena é contabilizada separadamente no Censo daquele Município.

A Terra Indígena Rio das Cobras, também denominada Goj Ki Pyn, constitui o principal território indígena localizado em Nova Laranjeiras e possui população formada predominantemente pelos povos Kaingang e Guarani Mbya. O território possui mais de 18 mil hectares e se estende também sobre parte do município de Espigão Alto do Iguaçu.

Considerando especificamente a porção territorial situada em Nova Laranjeiras, o Censo Demográfico de 2022 identificou 2.882 pessoas indígenas residentes no município. Para fins de planejamento territorial, registros locais de saúde indígena e de acompanhamento socioassistencial permitem estimar a distribuição dessa população entre as principais aldeias e comunidades.

Aldeia / Comunidade	Etnia predominante	Famílias estimadas	População estimada
Sede / Rio das Cobras	Kaingang	~220	~850 a 900
Vila Nova	Kaingang	~110	~420 a 450
Trevo	Kaingang	~95	~360 a 390
Encruzilhada	Kaingang / Guarani	~80	~310 a 330
Taquara	Kaingang	~70	~260 a 280
Água Santa	Kaingang	~55	~200 a 220
Lebre	Kaingang	~45	~160 a 180
Campo do Dia	Guarani Mbya	~35	~110 a 130
Outras áreas e moradores dispersos	Diversas	Não estimado	~50 a 70
Total municipal	—	**~710 famílias ou mais**	**2.882 pessoas**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022; registros territoriais de referência da saúde indígena/SIASI-SESAI e informações locais. Elaboração própria.

Os quantitativos por aldeia devem ser compreendidos como estimativas territoriais, utilizadas para fins de planejamento, enquanto o total de 2.882 pessoas indígenas residentes em Nova Laranjeiras corresponde ao dado censitário municipal de referência.

A diferenciação territorial é importante porque a Terra Indígena Rio das Cobras ultrapassa os limites administrativos de Nova Laranjeiras. Parte de sua população encontra-se em território de Espigão Alto do Iguaçu, incluindo comunidades e extensões familiares que não devem ser contabilizadas na população indígena de Nova Laranjeiras. Estima-se que aproximadamente 800 a 1.000 indígenas residam nessa porção externa ao município.

Para a atualização periódica do Diagnóstico Socioassistencial, recomenda-se a articulação entre o órgão gestor da Assistência Social e o Polo Base de Saúde Indígena, com utilização dos registros do SIASI/SESAI, de modo a manter atualizados os quantitativos por aldeia e evitar sobreposição entre os territórios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu.

9.1 Saúde indígena

A atenção à saúde da população indígena residente na Terra Indígena Rio das Cobras é organizada por meio do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS), integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), executado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), por intermédio do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Litoral Sul. A assistência é realizada por equipes multiprofissionais que atuam diretamente nas aldeias, compostas, entre outros profissionais, por médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, cirurgiões-dentistas, auxiliares de saúde bucal, Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN).

As ações contemplam consultas médicas e de enfermagem, vacinação, acompanhamento de gestantes, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, atendimento odontológico, controle de doenças crônicas, vigilância epidemiológica e ações educativas em saúde, respeitando as especificidades culturais dos povos indígenas. No território funciona Unidade de Atenção à Saúde Indígena, vinculada ao DSEI Litoral Sul, que atua como referência de Atenção Primária à Saúde para a população indígena.

Embora a Atenção Primária à população indígena aldeada seja atribuição da SESAI/DSEI, a assistência é desenvolvida de forma articulada com a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Laranjeiras e com a rede estadual, especialmente para atendimentos especializados, exames complementares, urgência e emergência, internações hospitalares e serviços de média e alta complexidade, conforme os princípios de regionalização e integralidade do SUS.

> 🏛 **IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO DO SUAS**
>
> Para a Assistência Social, essa arquitetura institucional dupla — saúde indígena federal (SESAI) coexistindo, no mesmo território, com a rede socioassistencial municipal (CRAS/PAIF) — exige protocolo formal de articulação entre a equipe do CRAS e a equipe de saúde indígena, especialmente para identificação precoce de situações de vulnerabilidade social, violência e necessidade de Cadastro Único, uma vez que a equipe de saúde tem presença cotidiana nas aldeias e a equipe da Assistência Social, historicamente, menor capilaridade nesse território específico.

9.2 Educação escolar indígena

A educação ofertada na Terra Indígena Rio das Cobras é organizada de forma diferenciada, respeitando os princípios da Educação Escolar Indígena previstos na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, com proposta pedagógica intercultural, bilíngue e comunitária. Segundo dados da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, a Terra Indígena conta com seis escolas indígenas, responsáveis pelo atendimento de aproximadamente 2.000 estudantes das etnias Kaingang e Guarani, distribuídas em duas escolas de anos iniciais do Ensino Fundamental, três escolas com atendimento da Educação Infantil ao Ensino Médio e uma escola (Colégio Estadual Rural Indígena Rio das Cobras) que atende anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), vinculada ao Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul.

A participação de professores, pedagogos e demais profissionais indígenas — sobretudo da etnia Kaingang, fortalece o ensino bilíngue e a preservação cultural. As escolas incorporaram recursos tecnológicos como internet, laboratórios de informática e o componente curricular de Robótica, associando inovação tecnológica à valorização dos conhecimentos tradicionais.

Desde 2021, a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) mantém Unidade Avançada na Terra Indígena Rio das Cobras, ofertando o curso de Licenciatura em Pedagogia em regime de alternância, destinado exclusivamente a indígenas residentes em comunidades do Paraná (60 vagas por processo seletivo). Em 2024, a universidade formou a primeira turma de Pedagogia Indígena diretamente no território, a primeira graduação dessa natureza oferecida por universidade estadual em terra indígena no Paraná e, em 2025, colou grau a terceira turma, totalizando 49 professores indígenas formados nas duas primeiras turmas, com índice de conclusão superior a 77%.

ACHADO RELEVANTE

A presença de uma unidade avançada de ensino superior público dentro da própria Terra Indígena, formando professores indígenas para atuar nas escolas da comunidade, é um ativo territorial pouco comum mesmo em municípios maiores, e fortalece a autonomia da comunidade e a sustentabilidade de longo prazo da educação escolar indígena — fator que também amplia o número de lideranças e profissionais qualificados com quem a rede socioassistencial pode e deve articular ações conjuntas de proteção social.

Fonte: FUNAI; Instituto Socioambiental (ISA) — Terras Indígenas no Brasil (terrasindigenas.org.br), consulta em ago./2026; SESAI/DSEI Litoral Sul; Secretaria de Estado da Educação do Paraná; UNICENTRO — dados reproduzidos e mantidos do diagnóstico municipal anterior, verificados quanto à ordem de grandeza junto a fontes públicas nesta revisão.

10. CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

A economia municipal está fortemente vinculada às atividades agropecuárias, à agricultura familiar, à pecuária e à produção rural, constituindo a principal fonte de renda de parcela expressiva das famílias residentes no território. O funcionalismo público e o pequeno comércio local também exercem papel relevante na movimentação econômica municipal. Observa-se, contudo, limitação na diversificação econômica, fator que contribui para maior dependência de empregos públicos, de programas sociais e de transferências governamentais, padrão comum a municípios de pequeno porte com base econômica pouco diversificada.

10.1 PIB, renda e desenvolvimento humano

ACHADO RELEVANTE

ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DE AUDITORIA — PIB PER CAPITA: a revisão anterior deste diagnóstico havia sinalizado divergência entre o valor de "aproximadamente R$ 31 mil" informado no documento original e o valor de R$ 26.898,21 (2021) então localizado, adotando este último como referência. O Caderno Estatístico do IPARDES, com a série completa de PIB per capita 2019-2023, mostra que ambos os valores estavam corretos, apenas para anos diferentes: R$ 26.896,00 refere-se a 2021, e R$ 31.338,00 é o valor de 2023 (ano mais recente disponível) — muito próximo do "aproximadamente R$ 31 mil" do documento original. Este diagnóstico revê a correção anterior: o valor de R$ 31 mil do documento original não estava errado, apenas desacompanhado do ano de referência. Recomenda-se, doravante, sempre citar o PIB per capita acompanhado do ano.

TABELA 6 – Produto Interno Bruto (PIB) per capita — Nova Laranjeiras/PR – 2019-2023 (R$)

Ano	PIB per capita (R$)
2019	19.111,00
2020	21.984,00
2021	26.896,00
2022	26.285,00
2023	31.338,00

Fonte: IBGE/IPARDES, apud IPARDES, Caderno Estatístico.

O PIB per capita cresceu de forma consistente entre 2019 e 2023 (+64,0% no período), com uma única interrupção em 2022 (leve recuo em relação a 2021), voltando a subir com força em 2023. Em valores absolutos, o PIB municipal a preços correntes passou de R$ 220,8 milhões (2019) para R$ 378,4 milhões (2023).

TABELA 7 – Valor Adicionado Bruto (VAB), segundo ramo de atividade — Nova Laranjeiras/PR – 2019-2021 (R$ 1.000,00)

Ramo de atividade	2019	2020	2021
Agropecuária	84.965,02	115.852,75	147.619,52
Indústria	9.549,62	8.723,43	9.799,17
Comércio e Serviços	58.292,51	58.973,15	73.863,25
Administração Pública	55.236,42	56.201,52	57.856,66
VAB Total	208.043,57	239.750,85	289.138,60

Dados de VAB por ramo disponíveis até 2021 na fonte consultada; os anos 2022-2023 constam apenas o PIB total e per capita.
Fonte: IBGE/IPARDES, apud IPARDES, Caderno Estatístico.

ACHADO RELEVANTE

A Agropecuária responde por 51% do Valor Adicionado Bruto do Município em 2021 (R$ 147,6 milhões de um total de R$ 289,1 milhões), confirmando a centralidade da economia rural já descrita qualitativamente neste diagnóstico. Esse dado deve ser lido em conjunto com o item 11 (Trabalho): a Agropecuária concentra a maior parte do valor econômico gerado, mas proporcionalmente poucos vínculos empregatícios formais, o que sugere estrutura produtiva baseada fortemente em agricultura familiar e trabalho não assalariado, não plenamente capturada pelas estatísticas de emprego formal.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Nova Laranjeiras é 0,642, classificado na faixa de desenvolvimento humano médio (0,600 a 0,699), com base no Censo Demográfico 2010, não havendo, até o encerramento deste diagnóstico, recálculo oficial do IDHM municipal com o Censo 2022 (nota metodológica já registrada no item 5.2). Os subíndices de 2010, agora localizados, mostram que a dimensão Longevidade é de fato a mais elevada (0,833), seguida por Renda (0,614) e por Educação, a mais baixa das três (0,517), confirmando a leitura qualitativa da versão anterior, agora com os valores exatos.

TABELA 8 – Subíndices do IDHM — Nova Laranjeiras/PR – 2000 e 2010

Subíndice	2000	2010
IDHM (geral)	0,528	0,642
IDHM – Longevidade	0,748	0,833
IDHM – Renda	0,587	0,614

Subíndice	2000	2010
IDHM – Educação	0,336	0,517

Esperança de vida ao nascer: 69,86 anos (2000) e 74,96 anos (2010). Renda per capita: R$ 308,58 (2000) e R$ 366,26 (2010). Índice varia de 0 a 1, com faixas: muito baixo (<0,500), baixo (0,500-0,599), médio (0,600-0,699), alto (0,700-0,799), muito alto (0,800-1,000). Sem recálculo publicado para o Censo 2022 até o encerramento deste diagnóstico.
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil — PNUD/IPEA/FJP, apud IPARDES, Caderno Estatístico.

10.2 Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM)

Complementar ao IDHM, o IPDM mede o desempenho municipal em três dimensões (Renda/Emprego/Produção Agropecuária, Educação e Saúde), com atualização anual — ao contrário do IDHM, que depende de Censo Demográfico. O IPDM de Nova Laranjeiras foi de 0,5377 em 2023, classificando o Município na faixa de médio-baixo desempenho (0,400 a < 0,600).

TABELA 9 – Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM), por dimensão — Nova Laranjeiras/PR – 2022-2023

Dimensão	2022	2023
IPDM Geral	0,5346	0,5377
Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,4371	0,4092
Educação	0,6233	0,6943
Saúde	0,5433	0,5096

Índice de 0 a 1; classificação: baixo (< 0,400), médio-baixo (0,400 a < 0,600), médio (0,600 a < 0,800), alto (0,800 a 1,000).
Fonte: IPARDES, Caderno Estatístico.

TENDÊNCIA IDENTIFICADA

Entre 2022 e 2023, a dimensão Educação do IPDM avançou de forma expressiva (de 0,6233 para 0,6943), na direção oposta às dimensões Renda/Emprego/Produção Agropecuária e Saúde, que recuaram no mesmo período. Esse movimento é coerente com a melhora do IDEB observada na mesma janela (item 16.2) e sugere que os ganhos educacionais do Município não vêm, até o momento, acompanhados de ganhos equivalentes nas dimensões de renda e saúde — desbalanceamento territorial relevante para a priorização de políticas intersetoriais.

10.3 Finanças públicas municipais

ACHADO RELEVANTE

ATUALIZAÇÃO DE DADO — SÉRIE CONSOLIDADA STN/SICONFI: esta revisão localizou, no Caderno Estatístico do IPARDES, a série de receitas e despesas municipais de fonte STN/SICONFI (Secretaria do Tesouro Nacional/Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro), que resolve a divergência apontada na versão anterior entre o valor de receitas de 2024 do documento original e o valor então localizado no Portal da Prefeitura. Os valores desta nova série são adotados como referência por se tratarem de fonte fiscal oficial consolidada.

TABELA 10 – Receitas municipais, por categoria — Nova Laranjeiras/PR – 2020-2024 (R$)

Categoria	2020	2021	2022	2023	2024
Receitas Correntes	35.604.558,84	40.868.794,44	49.499.886,88	56.149.228,21	61.920.594,92

Categoria	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Tributária	3.426.911,74	4.405.212,71	3.758.813,81	4.888.937,79	4.650.414,32
Transferências Correntes	31.715.480,94	35.496.749,44	43.617.652,24	48.924.226,23	53.997.848,42
Receitas de Capital	5.287.548,02	3.644.295,22	6.552.267,80	10.088.147,01	9.994.416,29
Receitas Total	40.892.106,86	44.513.089,66	56.052.154,68	66.237.375,22	71.915.011,21

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/SICONFI, apud IPARDES, Caderno Estatístico. Nota: valores líquidos de deduções (FUNDEB, Transferências Constitucionais e Outras Deduções).

TABELA 11 – Despesas municipais, por categoria — Nova Laranjeiras/PR – 2020-2024 (R$)

Categoria	2020	2021	2022	2023	2024
Despesas Correntes	28.154.687,92	32.796.705,31	45.384.148,91	51.395.478,27	54.544.643,59
Pessoal e Encargos Sociais	16.559.234,28	17.072.274,04	20.690.584,71	23.548.745,16	22.980.298,69
Despesas de Capital	9.958.887,82	8.549.622,07	15.231.194,10	8.433.258,19	19.373.466,04
Investimentos	9.667.145,91	7.621.484,14	14.202.077,04	7.025.023,60	18.963.265,56
Despesas Total	38.113.575,74	41.346.327,38	60.615.343,01	59.828.736,46	73.918.109,63

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/SICONFI, apud IPARDES, Caderno Estatístico.

A série 2020-2024 mostra crescimento contínuo tanto de receitas quanto de despesas municipais, com receitas totais praticamente dobrando no período (de R$ 40,9 milhões para R$ 71,9 milhões, +75,8%). A dependência de transferências correntes (predominantemente da União e do Estado) é estrutural: elas respondem por cerca de 75% das receitas correntes em todos os anos da série, confirmando o padrão de forte dependência de recursos externos já registrado na versão anterior deste diagnóstico. O gasto com Pessoal e Encargos Sociais é o principal componente das despesas correntes em todos os anos, mas cresce a um ritmo mais lento que a despesa total, abrindo espaço orçamentário para o forte crescimento dos investimentos observado em 2022 e 2024.

> **🏛 IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO DO SUAS**
>
> A disponibilidade desta série consolidada de receitas e despesas municipais (STN/SICONFI) é um avanço importante, mas ainda não resolve a lacuna central para o planejamento do SUAS: o detalhamento específico do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) — percentual sobre a despesa total, cofinanciamento estadual/federal recebido por bloco de financiamento — permanece dependente de levantamento municipal junto à Lei Orçamentária Anual e aos relatórios de execução do FMAS, conforme detalhado no item 32.

11. TRABALHO, EMPREGO E RENDA

A estrutura econômica de Nova Laranjeiras, descrita no item 10, é predominantemente rural e pouco diversificada, com forte peso da agropecuária, da agricultura familiar e do funcionalismo público. Esse padrão tem implicações diretas sobre a vulnerabilidade socioeconômica: (i) a renda de parte significativa das famílias rurais está sujeita à sazonalidade da produção agrícola e a fatores climáticos, gerando períodos de maior fragilidade financeira que nem sempre coincidem com o calendário de reavaliação cadastral do CadÚnico; (ii) a baixa diversificação econômica limita a oferta local de postos

de trabalho formal, sobretudo para jovens e mulheres, pressionando a emigração para municípios maiores da região (como Laranjeiras do Sul e Guarapuava) ou a permanência em ocupações informais; (iii) a dependência do funcionalismo público e de transferências governamentais, já registrada no item 10.3 em relação às finanças municipais, se repete em nível domiciliar, na forma de dependência de programas de transferência de renda — tema aprofundado no item 12.

11.1 Emprego formal (RAIS)

> **ACHADO RELEVANTE**
>
> ATUALIZAÇÃO DE DADO — LACUNA PARCIALMENTE RESOLVIDA: o Caderno Estatístico do IPARDES traz a série de emprego formal (RAIS/MTE) do Município, resolvendo parte da lacuna indicada na versão anterior. Trata-se, porém, de indicador de vínculos formais (carteira assinada/estatutário), não do total de pessoas ocupadas — a informalidade e a agricultura familiar sem vínculo formal, historicamente relevantes na economia rural do Município, não são capturadas por esta fonte e seguem como lacuna (ver Apêndice A).

Nova Laranjeiras registrou 1.141 vínculos empregatícios formais em 2025, crescimento de 21,5% em relação a 2021 (939 vínculos). O setor de Serviços concentra a maior parte dos empregos formais (613 vínculos em 2025, 53,7% do total), seguido por Comércio (293, 25,7%) e Agropecuária (161, 14,1%).

TABELA 12 – Número de empregos formais (RAIS), segundo setor de atividade — Nova Laranjeiras/PR – 2021-2025

Setor	2021	2022	2023	2024	2025
Agropecuária	157	159	141	150	161
Indústria	33	53	53	40	40
Construção	30	32	23	19	34
Comércio	244	260	259	281	293
Serviços	475	517	528	542	613
Total	939	1.021	1.004	1.032	1.141

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), RAIS, apud IPARDES, Caderno Estatístico.

A remuneração nominal média dos vínculos formais foi de R$ 3.508,73 em 2025, com o setor de Serviços pagando a remuneração média mais alta (R$ 4.318,23) e a Agropecuária a mais baixa (R$ 2.678,98).

> **ACHADO RELEVANTE**
>
> Embora a Agropecuária concentre 51% do Valor Adicionado Bruto do Município (item 10.1), responde por apenas 14,1% dos vínculos empregatícios formais — descompasso compatível com estrutura produtiva rural baseada fortemente em agricultura familiar e trabalho não assalariado/informal, não capturada pela RAIS. Recomenda-se que essa hipótese seja cruzada, quando disponível, com dados de ocupação e rendimento do Censo Demográfico 2022 e do Cadastro Único.

A estrutura produtiva de Nova Laranjeiras é fortemente influenciada pelas atividades rurais e pela agricultura familiar. O Censo Agropecuário de 2017 registrou 2.041 estabelecimentos agropecuários no Município, dos quais 1.603 eram classificados como pertencentes à agricultura familiar, correspondendo a 78,54% dos estabelecimentos. Esses estabelecimentos familiares ocupavam aproximadamente 25.101 hectares, ou 29,55% da área total dos estabelecimentos agropecuários recenseados.

Esse perfil evidencia a importância das formas de trabalho vinculadas à produção familiar, ao trabalho por conta própria e à participação de membros da própria família nas atividades produtivas. Entretanto, a condição de agricultor familiar ou trabalhador por conta própria não deve ser automaticamente classificada como trabalho informal, uma vez que informalidade e posição na ocupação constituem conceitos estatísticos distintos.

O Censo Demográfico de 2022 passou a disponibilizar, em nível municipal, informações específicas sobre posição na ocupação e categoria do emprego, incluindo empregados do setor privado com e sem carteira assinada, trabalhadores domésticos com e sem carteira, trabalhadores do setor público, empregadores, trabalhadores por conta própria com e sem CNPJ e trabalhadores familiares auxiliares, por meio da Tabela SIDRA nº 10261.

Para a realidade socioassistencial do Município, a expressiva participação da agricultura familiar merece atenção especial, sobretudo porque parte considerável das famílias rurais obtém renda de atividades sazonais, produção própria, comercialização agropecuária e outras modalidades que não necessariamente se expressam por vínculo empregatício formal. Esse cenário reforça a importância de considerar, na análise das vulnerabilidades, não apenas a existência de trabalho, mas também sua estabilidade, regularidade de renda e acesso à proteção previdenciária e trabalhista.

Em agosto de 2026, Nova Laranjeiras possuía 3.703 famílias inscritas no Cadastro Único, das quais 3.410 apresentavam cadastro atualizado nos últimos dois anos, correspondendo a uma taxa de atualização cadastral de 92,1%. No mesmo período, estavam cadastradas 8.181 pessoas, quantitativo equivalente a aproximadamente 67,76% da população municipal registrada pelo Censo Demográfico de 2022.

Entre as pessoas cadastradas, 4.322 pertenciam a famílias em situação de pobreza, correspondendo a aproximadamente 52,8% do público do Cadastro Único; outras 1.763 pessoas, ou 21,6%, encontravam-se em famílias classificadas como de baixa renda; e 2.096 pessoas, ou 25,6%, pertenciam a famílias com renda per capita superior a meio salário mínimo.

Pessoas inscritas no Cadastro Único segundo faixa de renda – Nova Laranjeiras/PR – agosto de 2026:

Faixa de renda	Pessoas	Percentual
Famílias em situação de pobreza	4.322	52,83%
Famílias de baixa renda	1.763	21,55%
Acima de ½ salário mínimo per capita	2.096	25,62%
Total	8.181	100,00%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – Cadastro Único/VIS DATA 3, referência agosto de 2026. Elaboração própria.

Em conjunto, **6.085** pessoas, ou 74,38% do público cadastrado, encontravam-se em famílias situadas nas faixas de pobreza ou baixa renda. Considerando a população total do Município no Censo 2022, somente o contingente cadastrado em situação de pobreza corresponde a aproximadamente 35,80% da população municipal, demonstrando a expressiva presença de situações de vulnerabilidade econômica no território.

O VIS DATA 3 apresenta ainda série histórica específica do número de famílias cadastradas em situação de pobreza, das famílias com renda per capita de até meio salário mínimo e daquelas com renda superior a esse limite, permitindo o acompanhamento longitudinal da composição socioeconômica do Cadastro Único a partir de março de 2023.

Em agosto de 2026, 1.901 famílias de Nova Laranjeiras eram beneficiárias do Programa Bolsa Família, abrangendo 4.666 pessoas e movimentando R$ 1.279.276,00 no mês, com benefício médio de R$ 674,37. Os dados do VIS DATA 3 confirmam os mesmos quantitativos para a competência de agosto de 2026.

As famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família correspondiam, portanto, a aproximadamente 51,34% das 3.703 famílias inscritas no Cadastro Único. Entre as pessoas cadastradas, os 4.666 beneficiários do Programa representavam aproximadamente 57,03% do total de pessoas registradas no Cadastro Único.

Esse conjunto de indicadores evidencia a relevância do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família na estrutura de proteção social de Nova Laranjeiras, tanto pela elevada proporção da população cadastrada quanto pela significativa participação das famílias em situação de pobreza e baixa renda.

> 🏛 **IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO DO SUAS**
>
> A caracterização econômica agora disponível (itens 10 e 11) reforça uma prioridade de planejamento: a articulação do PAIF e do CRAS com políticas de inclusão produtiva, qualificação profissional e apoio à agricultura familiar (SEBRAE, EMATER, Secretaria Municipal de Agricultura) tende a ter efeito mais estrutural sobre a vulnerabilidade de renda do que a oferta isolada de benefícios eventuais, especialmente para famílias rurais com renda sazonal e baixa formalização do trabalho.

12. CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é operacionalizado no Município por meio de ponto de atendimento localizado no CRAS, referência para entrevistas, atualização cadastral e orientação às famílias, garantindo o acesso da população aos programas sociais e benefícios vinculados a políticas de transferência de renda. Além do atendimento fixo, são realizadas ações de busca ativa nos territórios de abrangência, com o objetivo de identificar e incluir famílias em situação de vulnerabilidade ainda não inseridas no Cadastro Único ou que necessitam de atualização cadastral, contribuindo para a equidade no atendimento e para a territorialização da política de assistência social.

Os dados a seguir permitem traçar o perfil socioeconômico das famílias inscritas no Cadastro Único, subsidiando a Vigilância Socioassistencial na identificação das demandas da população e no planejamento, monitoramento e qualificação da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito do SUAS.

12.1 Volume de inscritos e evolução histórica

Conforme extração do CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único) referente a abril de 2026, o Município possui 8.084 pessoas inscritas no Cadastro Único e 3.641 famílias inscritas. Desse total, 1.797 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, totalizando 4.510 beneficiários individuais.

> ⚠ **PONTO DE ATENÇÃO**
>
> AUDITORIA — PRECISÃO DE PERCENTUAIS: a versão anterior expressava a cobertura do Cadastro Único como "64%" da população e a cobertura do PBF como "aproximadamente 36%", sem explicitar sobre qual base populacional o cálculo foi feito. Tomando a população do Censo 2022 (12.074

habitantes), 8.084 pessoas inscritas correspondem a 66,95% e não 64%; tomando a estimativa populacional de 2025 (12.298 habitantes), o percentual é 65,73%. Da mesma forma, 4.510 beneficiários do PBF correspondem a 37,36% da população de 2022 (ou 36,67% sobre a estimativa de 2025), e não exatamente "36%". As diferenças são pequenas, mas este diagnóstico recomenda que toda taxa de cobertura futura informe explicitamente a base populacional utilizada (Censo do ano X ou estimativa do ano Y), padronizando o cálculo para toda a Vigilância Socioassistencial.

TABELA 13 – Evolução do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família — Nova Laranjeiras/PR – 2015, 2025 e abril/2026 (número de famílias)

Indicador	2015	2025	Abril/2026
Famílias inscritas no CadÚnico	2.044	3.452	3.641
Famílias beneficiárias do PBF	1.452	1.476	1.797
% PBF sobre CadÚnico	71,0%	42,8%	49,4%

Linha "% PBF sobre CadÚnico" calculada nesta revisão (não constava na versão anterior) para evidenciar que, embora o número absoluto de famílias no CadÚnico quase tenha dobrado entre 2015 e abril de 2026 (+78,1%), a proporção de famílias beneficiárias do PBF em relação ao total cadastrado caiu de 71,0% para 49,4% no mesmo período — ou seja, a expansão do Cadastro Único incorporou proporcionalmente mais famílias fora da faixa de renda de elegibilidade do PBF do que famílias beneficiárias.
Fonte: CECAD/MDS (cecad.cidadania.gov.br), conforme dados extraídos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

O crescimento do número de famílias no CadÚnico entre 2015 e 2026 reflete maior inserção de famílias em sistemas de proteção social ao longo da década, com aceleração mais recente associada, segundo a leitura da própria gestão municipal, a ações de busca ativa. Já a relação entre CadÚnico e PBF exige leitura mais cautelosa: o crescimento do Cadastro Único não é acompanhado, na mesma proporção, pelo crescimento de beneficiários do PBF, o que pode refletir tanto ampliação do cadastro para além do público estritamente elegível ao Bolsa Família (famílias de baixa renda acima da linha de elegibilidade, mas que buscam o CadÚnico para acessar outros programas, como tarifa social de energia ou isenção de taxas), quanto mudanças nos critérios de elegibilidade do PBF ao longo do período. Não é possível, apenas com os dados disponíveis, estabelecer qual desses fatores predomina, hipótese a ser investigada pela Vigilância Socioassistencial.

TENDÊNCIA IDENTIFICADA

GRÁFICO 01 A SER PRODUZIDO – Evolução das famílias inscritas no CadÚnico e beneficiárias do PBF, Nova Laranjeiras/PR, 2015-2026. Fonte: CECAD/MDS. A ausência de pontos intermediários (2016 a 2024, exceto 2025) na série disponível limita a identificação de eventual inflexão associada a eventos específicos (por exemplo, a pandemia de covid-19, 2020-2021, período de expansão nacional do Cadastro Único e do Auxílio Emergencial). Recomenda-se completar a série anual.

A análise da série histórica evidencia alterações importantes no alcance do Cadastro Único e dos programas federais de transferência de renda em Nova Laranjeiras. Entre 2018 e 2022, o número de famílias inscritas no Cadastro Único passou de 1.805 para 2.876, crescimento de aproximadamente 59,3%. No mesmo período, o número de pessoas pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil passou de 3.935 para 5.057 pessoas.
Evolução das famílias inscritas no Cadastro Único e das pessoas beneficiárias de programas de transferência de renda – Nova Laranjeiras/PR – 2018 a 2022:

Ano	Famílias inscritas no CadÚnico	Pessoas beneficiárias PBF/Auxílio Brasil
2018	1.805	3.935
2019	1.869	3.598

2020	1.875	3.707
2021	2.471	4.930
2022	2.876	5.057

Fonte: TCE-PR, PCA 2022, a partir de dados do Programa Auxílio Brasil/Bolsa Família e Cadastro Único.

A relativa estabilidade observada entre 2018 e 2020 é seguida por uma expansão expressiva a partir de 2021. Em apenas dois anos, o número de famílias inscritas no Cadastro Único aumentou de 1.875, em 2020, para 2.876, em 2022, acréscimo de 1.001 famílias, ou 53,4%. No mesmo período, o contingente de pessoas pertencentes a famílias beneficiárias passou de 3.707 para 5.057, crescimento de 36,4%.

A evolução do número de famílias beneficiárias do programa de transferência de renda também evidencia mudanças relevantes ao longo do período:

Ano	Famílias beneficiárias	Observação
2016	956	dezembro
2017	912	dezembro
2018	988	dezembro
2019	943	dezembro
2020	1.056	dezembro
2021	1.166	outubro
2022	—	vigência do Programa Auxílio Brasil
2023	1.825	dezembro
2024	1.903	dezembro

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – VIS DATA 3. Elaboração própria.

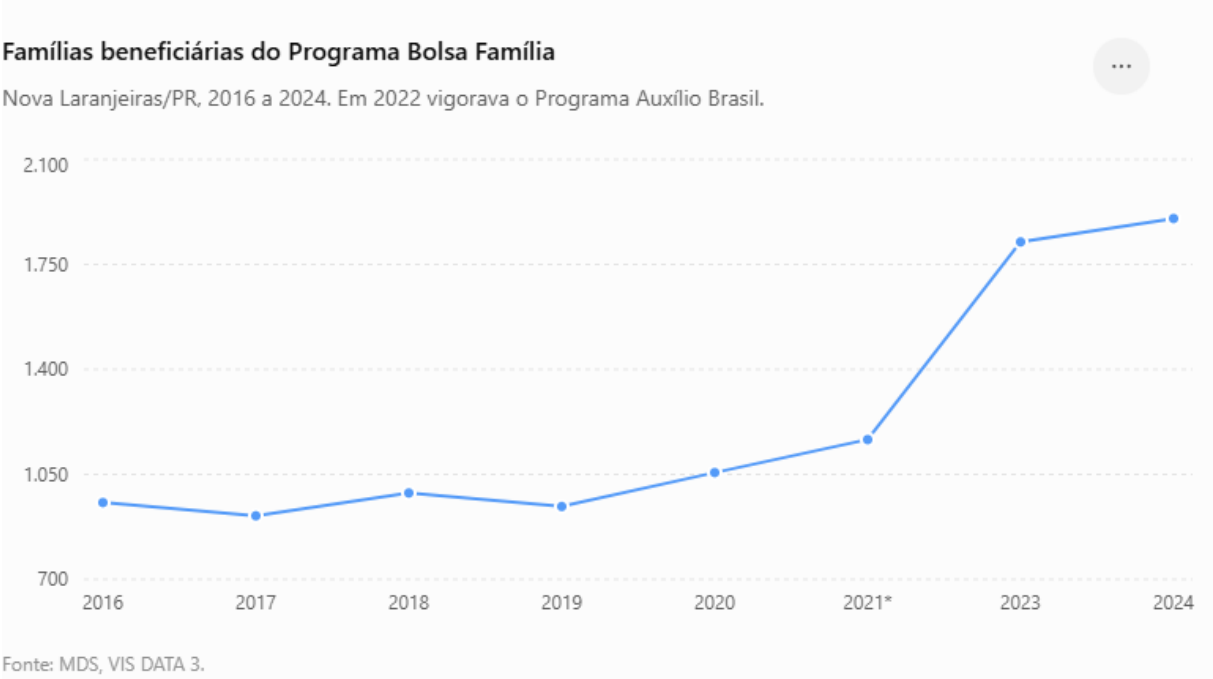
Entre 2016 e 2019, o quantitativo de famílias beneficiárias permaneceu relativamente estável, oscilando entre aproximadamente 900 e 1.000 famílias. Em 2020 e 2021 observa-se elevação do público atendido, alcançando 1.166 famílias em outubro de 2021.

A série deve ser interpretada considerando as mudanças institucionais ocorridas no período. Durante a pandemia de Covid-19, especialmente entre abril e dezembro de 2020, parte das famílias elegíveis ao Bolsa Família passou a receber o Auxílio Emergencial, afetando a comparabilidade direta dos registros. Posteriormente, o Bolsa Família foi substituído pelo Programa Auxílio Brasil, razão pela qual 2022 não apresenta valor diretamente comparável na série do PBF. Com a retomada do Programa Bolsa Família em março de 2023, observa-se novo patamar de atendimento, alcançando 1.825 famílias em dezembro de 2023 e 1.903 em dezembro de 2024.

Essas alterações não devem ser interpretadas exclusivamente como crescimento ou redução da pobreza, pois a quantidade de famílias beneficiárias também é influenciada por mudanças nos critérios de elegibilidade, regras dos programas, processos de atualização e qualificação cadastral, busca ativa e alterações na própria estrutura dos programas de transferência de renda. Ainda assim, a trajetória demonstra ampliação significativa da população alcançada pelo Cadastro Único e pela proteção de renda no Município.

Para 2024, dado municipal baseado no CECAD registra 3.244 famílias inscritas no Cadastro Único em junho, confirmando a continuidade da expansão observada desde 2020.

Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família
Nova Laranjeiras/PR, 2016 a 2024. Em 2022 vigorava o Programa Auxílio Brasil.



12.2 Perfil de renda das famílias cadastradas

[INFORMAÇÃO A SER INSERIDA PELO MUNICÍPIO: número absoluto e percentual de famílias do CadÚnico por faixa de renda per capita — extrema pobreza (até R$ 218,00), pobreza (de R$ 218,01 a R$ 660,00) e baixa renda (acima de R$ 660,00 e até 1/2 salário mínimo per capita), conforme critérios vigentes do Cadastro Único. Fonte sugerida: CECAD/MDS. Período recomendado: mês corrente. Forma recomendada de apresentação: tabela + gráfico de barras.]

A distribuição das famílias inscritas no Cadastro Único segundo a renda familiar per capita permite dimensionar a intensidade da vulnerabilidade econômica presente no Município. Conforme os dados mais recentes disponíveis no VIS DATA/MDS para esse indicador, referentes a **junho de 2026**, Nova Laranjeiras possuía **3.701 famílias classificadas segundo as faixas de renda analisadas**. A série disponibilizada pelo sistema apresenta separadamente as famílias em situação de pobreza, aquelas com renda per capita de até meio salário mínimo e aquelas com renda superior a esse limite.

O texto original menciona a existência de 1.821 famílias em situação de extrema pobreza e 695 famílias em situação de baixa renda no Município (base implícita utilizada no cálculo da desatualização cadastral, item 12.3), o que já indica que mais da metade das 3.641 famílias cadastradas (1.821 é equivalente a 50,0% do total) está classificada, no CadÚnico, na faixa de maior vulnerabilidade de renda — extrema pobreza. Essa proporção, é um dos achados mais relevantes deste diagnóstico e deveria orientar diretamente a priorização do PAIF e dos benefícios eventuais.

Faixa de renda familiar per capita	Famílias	Percentual
Situação de pobreza, até R$ 218,00	1.835	49,58%
Baixa renda, de R$ 218,01 até R$ 810,50	703	18,99%
Acima de ½ salário mínimo per capita	1.163	31,42%
Total	3.701	100,00%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Cadastro Único/VIS DATA 3, referência junho de 2026. Elaboração própria.

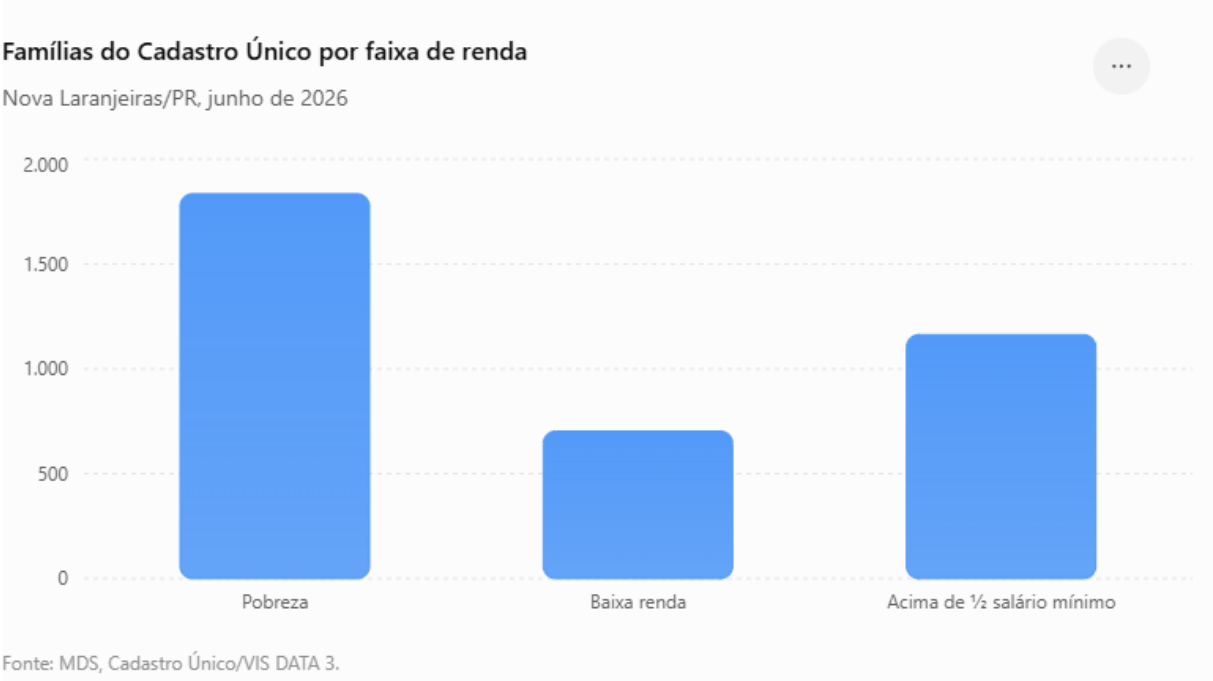
Os dados demonstram que 2.538 famílias, correspondentes a 68,58% do total, apresentavam renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Destas, 1.835 famílias, ou 49,58% do total cadastrado, encontravam-se na faixa de pobreza, com renda mensal de até R$ 218,00 por pessoa. Outras 703 famílias, ou 18,99%, situavam-se na faixa de baixa renda, entre R$ 218,01 e R$ 810,50 per capita.

A elevada concentração de famílias nas menores faixas de renda evidencia a importância do Cadastro Único como instrumento de Vigilância Socioassistencial e reforça a necessidade de manutenção das estratégias de busca ativa, atualização cadastral, acompanhamento pelo PAIF e articulação para acesso a benefícios, programas de transferência de renda e demais políticas de proteção social.

Nota metodológica: a partir de março de 2023, a base pública do Cadastro Único deixou de apresentar a categoria "extrema pobreza" de forma separada para esse indicador, passando a considerar como população em situação de pobreza as famílias com renda per capita de até R$ 218,00. A categoria de baixa renda compreende as famílias com renda superior a R$ 218,00 e de até meio salário mínimo per capita.

Famílias do Cadastro Único por faixa de renda

Nova Laranjeiras/PR, junho de 2026



ACHADO RELEVANTE

Tomando por base os números já mencionados no documento original (1.835 famílias em extrema pobreza, sobre uma base de 3.701 famílias cadastradas), metade das famílias inscritas no Cadastro Único de Nova Laranjeiras estaria em situação de extrema pobreza. Este número precisa ser formalmente confirmado e apresentado como indicador principal do capítulo (item 12.2), e não apenas mencionado de forma indireta no capítulo de atualização cadastral, como ocorria na versão anterior.

12.3 Taxa de atualização cadastral

Conforme dados extraídos do CECAD em abril de 2026, das 3.641 famílias inscritas no Cadastro Único, 463 famílias (12,71%) apresentavam período superior a dois anos sem atualização cadastral — situação que compromete o acesso da família a benefícios e programas vinculados ao CadÚnico, já que o cadastro desatualizado é critério de bloqueio automático em diversos programas federais e estaduais.

> ⚠ **PONTO DE ATENÇÃO**
> AUDITORIA — CORREÇÃO ARITMÉTICA DA TABELA DE DESATUALIZAÇÃO CADASTRAL: a tabela do documento original apresentava, para as famílias com cadastro desatualizado, os valores de 215 famílias (5,90%) em situação de pobreza, 249 famílias (2,47%) em baixa renda, 398 famílias (4,34%) com renda acima de 1/2 salário mínimo per capita e total de 782 famílias (12,71%). Esses números não são internamente consistentes: (i) a soma das três categorias (215+249+398) resulta em 862 famílias, não 782; (ii) aplicando cada percentual informado sobre a base de 3.641 famílias cadastradas, os valores corretos são 215 famílias (5,90%), 90 famílias (2,47%) e 158 famílias (4,34%) — que somam exatamente 463 famílias (12,71%), coincidindo com o total de cadastros desatualizados informado no parágrafo introdutório da seção. O valor de "90 famílias" para baixa renda, aliás, já constava corretamente no texto corrido do documento original ("das 695 famílias em situação de baixa renda, 90 apresentam o mesmo problema"), mas divergia do valor lançado na tabela (249). Este diagnóstico corrige a tabela para manter coerência entre texto, tabela e total geral.

TABELA 14 – Perfil de famílias com Cadastro Único desatualizado (mais de dois anos), por faixa de renda — Nova Laranjeiras/PR — CORRIGIDA – abril de 2026 (número e % sobre o total de famílias do CadÚnico (3.641))

Faixa de renda	Famílias com cadastro desatualizado	% do total do CadÚnico
Situação de pobreza	215	5,90%
Baixa renda	90	2,47%
Acima de 1/2 salário mínimo per capita	158	4,34%
Total	463	12,71%

Tabela corrigida nesta revisão (ver auditoria acima). Os valores de "baixa renda" (90) e "total" (463) foram recalculados a partir dos percentuais informados e conferidos com o total geral de desatualização (463 famílias / 12,71%) citado no texto original; o valor de "acima de 1/2 SM" foi recalculado a partir do percentual (4,34% × 3.641 = 158,0).
Fonte: CECAD/MDS, abril de 2026 (dados originais da Secretaria Municipal de Assistência Social; correção aritmética nesta revisão).

Com a correção, a leitura do dado se mantém válida e é reforçada: 4,34% das famílias com cadastro desatualizado (158 famílias) têm renda per capita superior a meio salário mínimo, o que sugere menor dependência desse grupo em relação aos benefícios vinculados ao Cadastro Único e, portanto, risco social mais baixo associado à desatualização. Por outro lado, as 215 famílias em situação de extrema pobreza com cadastro desatualizado (5,90% do total do CadÚnico, e aproximadamente 11,8% das 1.821 famílias em extrema pobreza mencionadas no item 12.2) representam o grupo prioritário: são famílias já identificadas como as mais vulneráveis do Município e que correm risco iminente de perder acesso a PBF e a outros benefícios vinculados ao cadastro por bloqueio administrativo, não por deixarem de ser elegíveis.

> 🏛 **IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO DO SUAS**

IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO: as 215 famílias em extrema pobreza com cadastro desatualizado deveriam constituir lista nominal prioritária de busca ativa do PAIF, com meta e prazo definidos para atualização — e não apenas indicador estatístico. O mesmo vale para as 90 famílias de baixa renda desatualizadas, que perdem acesso a benefícios complementares (tarifa social de energia elétrica, Programa Leite das Crianças e outros programas estaduais/federais vinculados ao CadÚnico atualizado).

13. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CONDICIONALIDADES

Em abril de 2026, 1.797 famílias eram beneficiárias do Programa Bolsa Família em Nova Laranjeiras, totalizando 4.510 pessoas beneficiadas (item 12.1). O acompanhamento das condicionalidades de educação e saúde, compromissos que as famílias devem cumprir para continuar recebendo o benefício, é um dos poucos indicadores de desempenho da rede intersetorial disponíveis de forma já consolidada neste diagnóstico.

13.1 Condicionalidade de educação

A frequência escolar mínima exigida é de 60% para crianças de 4 e 5 anos e de 75% para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, acompanhada bimestralmente (cinco períodos anuais) e registrada no Sistema Presença do Ministério da Educação.

TABELA 15 – Acompanhamento da condicionalidade de educação do PBF, por faixa etária – 2026 (pessoas)

	4 a 5 anos	6 a 15 anos	16 a 17 anos	Total (4 a 17 anos)
Público para acompanhamento	191	930	139	1.260
Pessoas acompanhadas	172	912	124	1.208
Taxa de acompanhamento	90,05%	98,06%	89,21%	95,87%
Cumpriram a condicionalidade	171	879	111	1.161
Taxa de cumprimento	99,42%	96,38%	89,52%	96,11%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome — SENARC, 2026.

A cobertura de acompanhamento (95,87%) indica boa articulação entre a Assistência Social e a rede de ensino, com busca ativa eficaz para localizar e acompanhar as famílias beneficiárias. A taxa de cumprimento (96,11%) supera a média histórica nacional geralmente reportada pelo MDS para o programa (na faixa de 85% a 90%), o que é indicador positivo, mas que também exige cautela interpretativa: taxas de cumprimento muito próximas de 100% podem refletir tanto adesão genuinamente elevada quanto possível subdimensionamento do público-alvo real (crianças e adolescentes do Município que deveriam ser acompanhadas, mas ainda não estão identificadas).

⚠ **PONTO DE ATENÇÃO**

A faixa de 16 a 17 anos apresenta a menor taxa de acompanhamento (89,21%) e a menor taxa de cumprimento (89,52%) entre as três faixas monitoradas — padrão coerente com o fenômeno nacional de maior evasão e abandono escolar entre adolescentes ao final do Ensino Médio, quando cresce a

pressão pelo trabalho (inclusive informal e sazonal, associado à economia rural do Município — item 11). Essa faixa etária deveria ser prioridade específica de busca ativa escolar articulada entre CRAS, escolas e Conselho Tutelar.

13.2 Condicionalidade de saúde

As condicionalidades de saúde compreendem a vacinação em dia para crianças de 0 a 7 anos incompletos, o acompanhamento nutricional (peso e altura) da mesma faixa etária e a realização de pré-natal para gestantes, com registro em duas vigências anuais (janeiro-junho e julho-dezembro) no Sistema Bolsa Família na Saúde.

TABELA 16 – Acompanhamento da condicionalidade de saúde do PBF — crianças e mulheres – 2025 (pessoas)

	Crianças < 7 anos	Mulheres	Total
Público para acompanhamento	861	2.166	3.027
Pessoas acompanhadas	811	2.138	2.949
Taxa de acompanhamento	94,19%	98,71%	97,42%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome — SENARC, março de 2026.

TABELA 17 – Acompanhamento da condicionalidade de saúde do PBF — gestantes – 2025 (pessoas)

	Gestantes
Pessoas acompanhadas	91
Cumpriram a condicionalidade	91
Taxa de cumprimento	100,00%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome — SENARC, março de 2026.

A cobertura de acompanhamento em saúde (97,42%) é superior à observada em educação (95,87%), com destaque para o acompanhamento de 100% das gestantes, o que sugere boa priorização do pré-natal pela rede de saúde (compatível com a estrutura de cinco equipes de Estratégia Saúde da Família descrita no item 16). A taxa de cumprimento de 100% nas categorias efetivamente monitoradas indica que, uma vez captadas pelo sistema de acompanhamento, as famílias cumprem integralmente as exigências — o que aponta que eventual gargalo do programa está mais associado ao acesso inicial ao acompanhamento (sobretudo entre crianças menores de 7 anos, com taxa de 94,19%) do que à adesão das famílias já monitoradas.

14. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto no art. 20 da LOAS, garante um salário mínimo mensal a pessoas idosas com 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência, de qualquer idade, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem tê-la provida pela família, com renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

Conforme dados do MDS, em abril de 2026 cerca de 123 pessoas recebiam o BPC em Nova Laranjeiras: 93 pessoas com deficiência (75,6% do total) e 30 pessoas idosas com 65 anos ou mais (24,4% do total).

⚠ PONTO DE ATENÇÃO

AUDITORIA — ARREDONDAMENTO DE PERCENTUAL: a versão anterior informava 78% para BPC-PcD e 22% para BPC-Idoso. O cálculo direto (93/123 e 30/123) resulta em 75,6% e 24,4%, respectivamente — diferença de cerca de 2 a 3 pontos percentuais em relação ao texto original, provavelmente decorrente de arredondamento impreciso. Este diagnóstico adota o cálculo direto.

A predominância de beneficiários por deficiência sobre beneficiários idosos (75,6% contra 24,4%) reflete tanto a estrutura etária ainda relativamente jovem do Município em 2010 (item 8.2) quanto o critério de elegibilidade mais amplo do BPC-PcD, que não exige idade mínima. Esse cenário aponta para demanda relevante por políticas complementares de acessibilidade e inclusão social — dado o elevado grau de dependência funcional presumido entre os beneficiários — e reforça a necessidade, já registrada no item 8.3, de dimensionar com precisão a população total com deficiência do Município (Censo 2022) para calcular a real cobertura do benefício.

A série histórica do VIS DATA/MDS demonstra crescimento do número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada em Nova Laranjeiras, especialmente entre as pessoas com deficiência. A evolução gráfica indica que o quantitativo de beneficiários do BPC-PcD, que se situava em torno de 65 a 70 pessoas entre 2020 e 2022, passou a superar 80 beneficiários em 2024 e alcançou aproximadamente 94 beneficiários em 2026. Entre os idosos, o quantitativo permaneceu relativamente estável no período, oscilando predominantemente entre 29 e 36 beneficiários.

Evolução aproximada dos beneficiários do BPC – Nova Laranjeiras/PR – 2020 a 2026

Ano	BPC – Pessoa com Deficiência	BPC – Idoso	Total aproximado
2020	~66	~36	~102
2021	~69	~35	~104
2022	~70	~36	~106
2023	~78	~35	~113
2024	81	29	110
2025	~92	~32	~124
2026	~94	~29	~123

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – VIS DATA 3. Valores aproximados obtidos a partir da série histórica gráfica, exceto 2024, cujo quantitativo de agosto foi confirmado em documento municipal.

Em agosto de 2024, o Município registrava oficialmente 110 beneficiários do BPC, sendo 81 pessoas com deficiência e 29 pessoas idosas. A trajetória observada até 2026 demonstra que o crescimento do BPC no Município decorre principalmente da ampliação do número de beneficiários com deficiência, enquanto o contingente de pessoas idosas beneficiárias apresenta maior estabilidade.

O Município informa que atualmente 285 famílias são acompanhadas pelo PAIF, evidenciando a atuação do CRAS no acompanhamento continuado das situações de vulnerabilidade. Entretanto, não foi localizado nos dados públicos consultados o número específico de beneficiários do BPC inseridos em famílias acompanhadas pelo PAIF, impossibilitando o cálculo seguro do percentual de acompanhamento desse público.

🏛 IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO DO SUAS

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e as orientações técnicas do MDS recomendam que beneficiários do BPC sejam acompanhados pelo PAIF (quando família) e tenham acesso prioritário

ao SCFV (pessoa idosa e pessoa com deficiência), como estratégia de prevenção de isolamento social e de fortalecimento de vínculos, e não apenas de transferência de renda. O cruzamento entre a lista de beneficiários do BPC e a lista de famílias acompanhadas pelo PAIF (indicador de cobertura do item 35) é, portanto, informação estratégica ainda não apresentada neste diagnóstico.

15. BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Os Benefícios Eventuais são provisões suplementares e provisórias, de responsabilidade municipal (com possível cofinanciamento estadual), prestadas a famílias e indivíduos em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, conforme art. 22 da LOAS e regulamentação própria de cada Município. Não foi possível localizar, nas fontes públicas consultadas nem no documento original, a legislação municipal específica, os tipos de benefícios eventuais ofertados, os critérios de concessão e o volume de famílias atendidas em Nova Laranjeiras.

Até o momento, o Município de Nova Laranjeiras não possui lei municipal específica vigente regulamentando integralmente os Benefícios Eventuais. A regulamentação encontra-se em fase de elaboração, com minuta a ser encaminhada à Câmara Municipal, razão pela qual os critérios, valores e procedimentos previstos no novo regramento não devem ser apresentados, neste momento, como legislação já vigente.

Independentemente da regulamentação em tramitação, o Município vem realizando a concessão de benefícios eventuais, especialmente nas modalidades de auxílio alimentação, auxílio alimentação destinado à população indígena, auxílio natalidade e auxílio funeral. Os registros administrativos demonstram volume expressivo de atendimentos no período de 2023 a 2026.

Concessões de Benefícios Eventuais por modalidade – Nova Laranjeiras/PR – 2023 a 2026:

Ano	Auxílio alimentação	Auxílio alimentação indígena	Auxílio natalidade	Auxílio funeral	Total de concessões
2023*	1.569	655	27	17	**2.268**
2024	649	1.681	73	14	**2.417**
2025	600	1.665	100	15	**2.380**
2026**	328	1.118	92	13	**1.551**
Total	**3.146**	**5.119**	**292**	**59**	**8.616**

Fonte: registros administrativos do CRAS/Órgão Gestor da Assistência Social de Nova Laranjeiras.

* 2023: período de março a dezembro.

** 2026: período de janeiro a setembro.

Os dados demonstram que, entre março de 2023 e setembro de 2026, foram registradas **8.616 concessões de benefícios eventuais**. O auxílio alimentação representou a maior parcela dos atendimentos, com destaque para a modalidade destinada à população indígena, que totalizou **5.119 concessões**, correspondendo a aproximadamente **59,4% de todos os benefícios registrados no período**. O auxílio alimentação destinado aos demais usuários somou 3.146 concessões, equivalente a aproximadamente 36,5% do total, enquanto os benefícios de natalidade e funeral representaram, conjuntamente, cerca de 4,1% das concessões.

Observa-se também crescimento importante do auxílio natalidade, que passou de 27 concessões em 2023 para 73 em 2024 e 100 em 2025. Em 2026, mesmo considerando apenas o período de janeiro a setembro, já haviam sido registradas 92 concessões. O auxílio funeral apresentou comportamento relativamente estável, variando entre 13 e 17 concessões anuais.

A expressiva participação do auxílio alimentação indígena evidencia a centralidade da Terra Indígena Rio das Cobras na demanda por proteção socioassistencial e reforça a necessidade de que o planejamento dos Benefícios Eventuais considere as especificidades territoriais, culturais e socioeconômicas da população indígena residente no Município.

> 🏛 **IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO DO SUAS**
>
> Sem esse levantamento, não é possível avaliar se a oferta de Benefícios Eventuais em Nova Laranjeiras é compatível com o volume de famílias em extrema pobreza identificado no Cadastro Único (1.821 famílias, item 12.2), lacuna que compromete diretamente a resposta do Município a situações de vulnerabilidade temporária e deveria ser prioridade imediata de levantamento (Apêndice A).

16. EDUCAÇÃO

A educação constitui uma das principais políticas públicas para a promoção do desenvolvimento humano e social em Nova Laranjeiras. A rede pública de ensino atende estudantes da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, contemplando tanto a área urbana quanto as comunidades rurais e a Terra Indígena Rio das Cobras (item 9.2), características marcantes do território municipal.

De acordo com dados da Prefeitura Municipal, a rede municipal de ensino é composta por 8 escolas municipais e 2 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), responsáveis pelo atendimento da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental. O Município conta ainda com estabelecimentos estaduais que ofertam os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio, além de programas complementares de transporte escolar, alimentação escolar e educação em tempo integral. Em razão da expressiva extensão territorial e da predominância de população residente em áreas rurais e na Terra Indígena (itens 7 e 9), o transporte escolar desempenha papel fundamental na garantia do direito à educação, assegurando o deslocamento diário dos estudantes até as unidades de ensino.

> 🔎 **ACHADO RELEVANTE**
>
> ATUALIZAÇÃO DE DADO — LACUNA PARCIALMENTE RESOLVIDA: o Caderno Estatístico do IPARDES traz a série de matrículas, docentes e estabelecimentos por modalidade de ensino (fonte INEP/Censo Escolar), resolvendo a lacuna de volume de matrículas indicada na versão anterior. O recorte por localização (urbana/rural/indígena) e o número de estudantes atendidos pelo transporte escolar não constam dessa fonte e seguem como lacuna.

Em 2025, a rede de educação básica de Nova Laranjeiras registrava 2.407 matrículas, atendidas por 244 docentes em 19 estabelecimentos de ensino.

TABELA 18 – Matrículas na educação básica, segundo modalidade de ensino — Nova Laranjeiras/PR – 2021-2025

Modalidade	2021	2022	2023	2024	2025
Creche	105	158	170	152	152
Pré-Escola	290	314	308	333	335

Modalidade	2021	2022	2023	2024	2025
Ensino Fundamental	1.693	1.630	1.545	1.621	1.482
Ensino Médio	567	521	393	435	401
Educação Especial (classes exclusivas)	53	56	59	66	66
EJA – Ensino Fundamental	64	34	34	38	37
Total	2.741	2.657	2.450	2.579	2.407

A soma das modalidades pode divergir do total, pois um(a) aluno(a) pode estar matriculado(a) em mais de uma modalidade.
Fonte: MEC/INEP, Censo Escolar, apud IPARDES, Caderno Estatístico.

16.1 Indicadores de cobertura e desempenho

TABELA 19 – Indicadores educacionais — Nova Laranjeiras/PR – 2020-2022

Indicador	Resultado	Ano
Taxa de escolarização (6 a 14 anos)	99,4%	2022
Cobertura da pré-escola (4 a 5 anos)	67,4%	2022
Cobertura da creche (0 a 3 anos)	18,1%	2022
Matrícula no Ensino Fundamental (6 a 14 anos)	100,3%	2022
Alunos com deficiência em classes comuns (4 a 17 anos)	87,0%	2020

Indicador de matrícula acima de 100% decorre da metodologia do próprio indicador (matrícula bruta, que pode incluir estudantes fora da faixa etária estrita cursando a etapa), e não de erro de digitação.
Fonte: IPARDES — Cadernos de Indicadores Municipais; Censo Escolar/INEP; Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação de Nova Laranjeiras, novembro de 2023.

A taxa de escolarização de 99,4% entre 6 e 14 anos indica cobertura praticamente universal do ensino obrigatório nessa faixa etária, resultado positivo mesmo diante da dispersão territorial do Município. Já a cobertura de creche (18,1%) permanece muito abaixo da cobertura de pré-escola (67,4%) e da meta nacional do Plano Nacional de Educação (50% de cobertura de creche até 2024) — padrão comum à maioria dos municípios brasileiros, mas que representa lacuna relevante para famílias com crianças pequenas que dependem de creche para viabilizar a inserção no mercado de trabalho, sobretudo mulheres chefes de família (tema retomado no item 25).

> **🏛 IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO DO SUAS**
> A baixa cobertura de creche tem relação direta com a Assistência Social: a ausência de vaga é um dos fatores mais recorrentes de impedimento à inserção da mulher responsável familiar no mercado de trabalho ou em cursos de qualificação profissional, reforçando o ciclo de dependência de programas de transferência de renda identificado no item 12. A articulação entre CRAS e Secretaria de Educação para priorização de vagas de creche a famílias em acompanhamento do PAIF é recomendação de baixo custo e alto potencial de impacto (Apêndice C — item 39).

16.2 IDEB

ACHADO RELEVANTE

ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DE AUDITORIA — SÉRIE COMPLETA DO IDEB: a revisão anterior deste diagnóstico havia corrigido o IDEB do Ensino Médio de 4,9 (documento original) para 4,7, com base no ciclo 2021. O Caderno Estatístico do IPARDES, com a série completa 2017-2025 por rede, mostra que ambos os valores estavam corretos, apenas para ciclos diferentes: 4,7 é o valor do ciclo 2021, e 4,9 é o valor dos ciclos 2023 e 2025 — ou seja, o "4,9" do documento original era o dado mais atual disponível no momento de sua elaboração, e não um erro. Este diagnóstico substitui a leitura de um único ciclo pela série histórica completa, eliminando a necessidade de "escolher" entre os dois valores.

TABELA 20 – IDEB da rede pública, segundo etapa de ensino — Nova Laranjeiras/PR – 2017-2025

Etapa (rede pública)	2017	2019	2021	2023	2025
Anos iniciais do Ensino Fundamental	5,5	5,7	6,1	6,1	6,1
Anos finais do Ensino Fundamental	4,4	5,3	5,3	5,8	6,6
Ensino Médio	3,7	4,5	4,7	4,9	4,9

Fonte: MEC/INEP, IDEB, apud IPARDES, Caderno Estatístico.

A série completa mostra trajetória de melhora consistente em todas as etapas entre 2017 e 2025, com destaque para os Anos Finais do Ensino Fundamental (de 4,4 para 6,6, o maior avanço proporcional) e para o Ensino Médio, que evolui de 3,7 para 4,9 e se estabiliza nesse patamar entre 2023 e 2025. Os Anos Iniciais seguem como a etapa de melhor desempenho em todos os ciclos, resultado positivo para uma rede municipal predominantemente rural, ainda que os valores decresçam nas etapas seguintes — padrão nacional recorrente, associado ao aumento da complexidade curricular, à maior evasão entre adolescentes (já identificada no item 13.1 quanto à condicionalidade do PBF na faixa de 16-17 anos) e à transição da rede municipal para a rede estadual nos anos finais e no ensino médio.

TENDÊNCIA IDENTIFICADA

A taxa de distorção idade-série no Ensino Médio, embora ainda elevada (16,5% em 2025), está em trajetória de queda consistente desde 2021 (27,9%), movimento coerente com a melhora do IDEB no mesmo período.

16.2.1 Alfabetização

A taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais era de 92,10% em 2022, com forte gradiente por faixa etária: de 99,19% entre jovens de 15 a 19 anos a apenas 71,70% entre pessoas de 65 anos ou mais.

TABELA 21 – Taxa de alfabetização, segundo faixa etária — Nova Laranjeiras/PR – 2022 (%)

Faixa etária	Taxa de alfabetização (%)
15 anos ou mais	92,10
15 a 19 anos	99,19
20 a 24 anos	98,95
25 a 34 anos	99,06

Faixa etária	Taxa de alfabetização (%)
35 a 44 anos	96,02
45 a 54 anos	91,93
55 a 64 anos	88,00
65 anos e mais	71,70

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022, apud IPARDES, Caderno Estatístico.

GRUPO POPULACIONAL PRIORITÁRIO

O gradiente de alfabetização por idade — de praticamente universal entre jovens a 71,70% entre pessoas idosas — indica que a população idosa é o grupo com maior vulnerabilidade educacional remanescente no Município, com implicações diretas para o desenho de serviços do SUAS voltados a esse público (linguagem de materiais, formas de comunicação, acessibilidade de processos de cadastro e de acesso a benefícios). Esse achado reforça a prioridade já atribuída à população idosa no item 8.2.1, cujo peso demográfico também está em crescimento.

16.3 Educação e vulnerabilidade social

A leitura conjunta dos indicadores educacionais com os indicadores de renda (item 12) sugere que a principal fragilidade da política educacional em Nova Laranjeiras não está no acesso à etapa obrigatória (escolarização de 99,4% entre 6-14 anos), e sim na permanência e no desempenho nas etapas finais, precisamente o período em que a pressão pelo trabalho infantojuvenil, sobretudo em famílias rurais de baixa renda, tende a se intensificar. Essa hipótese é reforçada pela menor taxa de cumprimento da condicionalidade educacional do PBF entre adolescentes de 16-17 anos (89,52%, item 13.1) frente às demais faixas etárias.

Os indicadores educacionais de Nova Laranjeiras demonstram melhora recente no fluxo escolar, especialmente quanto à reprovação, embora permaneçam desafios relacionados à distorção idade-série, sobretudo nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Conforme dados do INEPData/Censo Escolar 2025, considerando todas as redes de ensino e classes comuns, a taxa de reprovação foi de 1,7% nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 0,0% nos anos finais e 0,8% no Ensino Médio. Já a taxa de distorção idade-série alcançou 10,9% nos anos iniciais, 11,0% nos anos finais e 16,5% no Ensino Médio.

A análise por ano escolar evidencia que a distorção idade-série se intensifica em determinados momentos da trajetória educacional. Nos anos iniciais, as maiores taxas foram verificadas no 4º ano, com 17,5%, e no 3º ano, com 14,5%. Nos anos finais, destacam-se o 6º ano, com 15,7%, e o 7º ano, com 15,4%. No Ensino Médio, a situação é particularmente relevante na 1ª série, em que 23,9% dos estudantes apresentavam idade superior à esperada para a etapa cursada.

Embora a taxa geral de reprovação seja atualmente reduzida, a permanência de percentuais elevados de distorção idade-série revela trajetórias escolares marcadas por reprovações anteriores, ingresso tardio, interrupções de frequência ou outros fatores que produziram defasagem ao longo da vida escolar. No Ensino Médio, quase um em cada seis estudantes encontrava-se em situação de distorção idade-série em 2025.

Nos anos iniciais, observa-se ainda desigualdade importante segundo algumas características dos estudantes. A distorção idade-série atingia 12,7% entre os estudantes do sexo masculino e 8,8% entre os do sexo feminino. Segundo modalidade, os percentuais alcançavam 21,1% na Educação

Especial e 19,3% na Educação Indígena, frente à média geral de 10,9%, aspecto especialmente relevante para o planejamento intersetorial de Nova Laranjeiras.

A série histórica também demonstra melhora substancial. Nos anos finais do Ensino Fundamental, a distorção idade-série caiu de 28,1% em 2015 para 11,0% em 2025. No Ensino Médio, reduziu-se de 25,4% para 16,5% no mesmo período. Nos anos iniciais, passou de 12,8% para 10,9%. A redução não elimina, contudo, a necessidade de acompanhamento dos estudantes em atraso escolar, especialmente durante as transições entre etapas.

A análise detalhada do abandono escolar demonstra índices reduzidos em 2025. Nos anos iniciais, o abandono concentrou-se principalmente no 2º ano, com 0,5%, e no 5º ano, com 0,6%, sendo nulo no 1º, 3º e 4º anos. Nos anos finais, foram registrados 1,3% no 6º ano e 1,3% no 8º ano, enquanto o 7º e o 9º anos apresentaram taxa igual a zero. No Ensino Médio, não houve registro de abandono nas três séries em 2025.

Apesar dos baixos índices atuais de abandono e reprovação, a distorção idade-série permanece como indicador de atenção. Em 2025, encontravam-se em situação de defasagem idade-série 10,9% dos estudantes dos anos iniciais, 11,0% dos anos finais e 16,5% dos estudantes do Ensino Médio. No Ensino Médio, portanto, aproximadamente um em cada seis estudantes apresentava idade superior à recomendada para a etapa frequentada.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a distorção atingia 12,7% entre os estudantes do sexo masculino e 8,8% entre o sexo feminino. Também se destacam os percentuais registrados na Educação Especial, com 21,1%, e na Educação Indígena, com 19,3%, superiores à média geral de 10,9%.

A série histórica demonstra evolução positiva. A distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental reduziu-se de 28,1% em 2015 para 11,0% em 2025, enquanto no Ensino Médio passou de 25,4% para 16,5%. Nos anos iniciais, houve redução de 12,8% para 10,9% no mesmo período.

Os dados indicam que o principal desafio educacional atual não se concentra propriamente no abandono escolar, que apresenta níveis baixos, mas na existência de estudantes que acumulam defasagem entre idade e etapa escolar, especialmente no Ensino Médio. Esse indicador deve ser considerado na articulação entre Educação e Assistência Social, sobretudo na busca ativa e no acompanhamento de adolescentes em situação de vulnerabilidade, baixa frequência, histórico de reprovação ou risco de interrupção da trajetória escolar.

Como indicador complementar, o monitoramento do Plano Municipal de Educação aponta que, em 2024, 73,5% da população de 15 a 17 anos encontrava-se matriculada em alguma etapa da Educação Básica, enquanto somente 59,2% estava matriculada especificamente no Ensino Médio. O próprio monitoramento municipal identifica como fatores associados a esse cenário a vulnerabilidade socioeconômica, a inserção precoce no trabalho e a defasagem idade-série.

Para a Política de Assistência Social, os indicadores reforçam a importância da busca ativa e da articulação entre CRAS, Educação, Saúde, Conselho Tutelar e rede de proteção, especialmente para adolescentes com baixa frequência, histórico de reprovação, distorção idade-série ou afastamento da escola. A identificação territorial desses estudantes pode contribuir para prevenir abandono escolar, trabalho infantil e outras situações de vulnerabilidade.

17. SAÚDE

Este capítulo aborda indicadores de saúde relevantes para a Assistência Social, sem se propor a substituir o Plano Municipal de Saúde , com foco em mortalidade, atenção materno-infantil, cobertura da Atenção Primária e organização da rede, elementos que impactam diretamente famílias acompanhadas pelo SUAS e exigem articulação intersetorial permanente.

17.1 Organização da rede de saúde

A política de saúde de Nova Laranjeiras é organizada por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como principal porta de entrada a Atenção Primária à Saúde, desenvolvida por meio de cinco Estratégias Saúde da Família (ESF), duas na Sede Municipal e uma em cada uma das comunidades de Rio Guarani, Rio da Prata e Assentamento Xagu, e três Unidades Básicas de Saúde, localizadas em Rio Bananas, Guaraí e Buriti. Cada equipe de ESF é composta por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, cirurgião-dentista, auxiliar de serviços gerais e motorista, desenvolvendo ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde: consultas médicas e de enfermagem, vacinação, pré-natal, puericultura, monitoramento de doenças crônicas, atendimento odontológico, visitas domiciliares e ações educativas.

A Secretaria Municipal de Saúde conta com equipe de assistência farmacêutica (duas farmacêuticas e uma auxiliar administrativa) e equipe multiprofissional de nutricionista, psicólogo, fonoaudiólogo e fisioterapeuta, além de consultas com médicos especialistas em pediatria, ginecologia/obstetrícia e cirurgia geral. Para encaminhamentos de média e alta complexidade realizados em outros municípios, mantém o serviço de Tratamento Fora do Domicílio (TFD). A Vigilância em Saúde está estruturada em Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, Vigilância em Endemias e Saúde do Trabalhador. Para urgência e emergência, o Município dispõe de Pronto Atendimento Municipal (atendimento médico noturno, das 19h às 7h) e de Base Descentralizada do SAMU. Casos de maior complexidade são encaminhados aos hospitais de referência de Laranjeiras do Sul, município-sede da região de saúde (item 6), e, quando necessário, a serviços de média e alta complexidade em outros municípios do Estado, via Sistema de Regulação e TFD.

TABELA 22 – Indicadores gerais de saúde — Nova Laranjeiras/PR

Indicador	Resultado
Cobertura da Atenção Básica	100%
Cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF)	100%
Unidades de Atenção Básica (ESF + UBS)	8 (5 ESF + 3 UBS)

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Nova Laranjeiras; dados reproduzidos do diagnóstico municipal anterior.

A cobertura de 100% da Atenção Básica e da Estratégia Saúde da Família é indicador estrutural muito positivo para um Município com o perfil de dispersão territorial descrito no item 7: significa que a política de saúde já opera, na prática, com o modelo de capilaridade territorial que a Assistência Social ainda está consolidando (cinco equipes de ESF distribuídas por comunidades rurais, contra um único CRAS centralizado na sede, conforme item 27). Essa capilaridade da saúde é um ativo estratégico para a articulação intersetorial: agentes comunitários de saúde e equipes de ESF têm contato cotidiano com famílias em territórios que o CRAS visita com menor frequência, o que os torna parceiros naturais para identificação precoce de vulnerabilidade social e encaminhamento ao Cadastro Único e ao PAIF.

17.2 Natalidade e mortalidade

ACHADO RELEVANTE

REVISÃO DE AUDITORIA — CONTRADIÇÃO RESOLVIDA: a revisão anterior deste diagnóstico havia identificado dois valores incompatíveis de mortalidade infantil (24,24 e 5,62 por mil nascidos vivos) apresentados sem ano de referência, sinalizando como inconsistência a esclarecer. O Caderno Estatístico do IPARDES, com a série completa 2021-2025 de fonte DATASUS (SIM/SINASC), confirma que ambos os valores estavam corretos — apenas para anos diferentes dentro de uma série naturalmente oscilante — e permite reconstituir a série completa solicitada na versão anterior. Não se trata mais de uma inconsistência a resolver, e sim de uma demonstração concreta da instabilidade estatística já alertada no item 5.2 deste diagnóstico.

TABELA 23 – Estatísticas vitais — Nova Laranjeiras/PR – 2021-2025

Indicador	2021	2022	2023	2024	2025
Taxa bruta de natalidade (por mil habitantes)	14,40	16,07	14,51	13,35	17,24
Taxa de mortalidade geral (por mil habitantes)	8,38	8,12	7,58	8,71	8,38
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	24,24	20,62	5,62	18,29	18,87
Nascidos vivos (número absoluto)	165	194	178	164	212
Óbitos em menores de 1 ano (número absoluto)	4	4	1	3	4

Fonte: IBGE/MS-DATASUS (SIM/SINASC), apud IPARDES, Caderno Estatístico.

Para contextualizar: a taxa de mortalidade infantil do Brasil em 2024 foi de 10,67 óbitos por mil nascidos vivos (Ministério da Saúde/DATASUS), e o Paraná registrou, nos anos recentes, uma das três menores taxas estaduais do país (Secretaria de Estado da Saúde do Paraná). A série de Nova Laranjeiras oscila entre 5,62 (2023, abaixo da média nacional) e 24,24 (2021, mais que o dobro da média nacional) — oscilação plenamente explicada pelo pequeno número absoluto de óbitos em menores de 1 ano envolvido (entre 1 e 4 por ano) sobre uma base também pequena de nascidos vivos (entre 164 e 212 por ano): um único óbito infantil a mais ou a menos altera a taxa anual em vários pontos percentuais. Nenhum valor isolado da série deve ser lido como tendência de melhora ou piora.

TENDÊNCIA IDENTIFICADA

Recomenda-se que o painel de monitoramento da Vigilância Socioassistencial (item 39) utilize preferencialmente a média móvel de 3 anos da taxa de mortalidade infantil, e não o valor de um único ano isolado, para evitar leituras equivocadas de melhora ou piora abrupta — recomendação já registrada na versão anterior deste diagnóstico e agora demonstrada com dado concreto.

IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO DO SUAS

Independentemente da oscilação estatística, a mortalidade infantil e a mortalidade em menores de 5 anos são indicadores-sentinela para a Assistência Social: óbitos evitáveis nessa faixa etária costumam estar associados a determinantes sociais — acesso tardio ao pré-natal, insegurança alimentar, precariedade habitacional e saneamento (item 18), fragilidade de vínculos familiares. Recomenda-se que toda morte infantil registrada no Município seja objeto de investigação intersetorial (Comitê de Mortalidade Infantil ou fluxo equivalente), com participação da Assistência Social sempre que a família for ou tiver sido acompanhada pelo PAIF ou pelo Cadastro Único.

Os indicadores de saúde demonstram, de toda forma, desafios relacionados à mortalidade infantil e ao acompanhamento materno-infantil que reforçam a necessidade de fortalecimento das ações preventivas, do acompanhamento familiar e da articulação intersetorial entre saúde, assistência social e educação, especialmente considerando a boa cobertura de pré-natal já demonstrada pela condicionalidade do PBF (100% de cumprimento entre gestantes acompanhadas, item 13.2).

17.2.1 Estrutura de estabelecimentos, profissionais e causas de óbito

Em 2025, o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) registrava 16 estabelecimentos de saúde em Nova Laranjeiras — ante 14 em 2021 —, e 37 profissionais de saúde vinculados (9 médicos, 17 enfermeiros, 8 dentistas e 3 farmacêuticos).

TABELA 24 – Número de estabelecimentos e profissionais de saúde — Nova Laranjeiras/PR – 2021-2025

Indicador	2021	2022	2023	2024	2025
Estabelecimentos de saúde (total)	14	12	14	15	16
Médicos	9	5	10	9	9
Enfermeiros	12	13	13	16	17
Dentistas	8	8	8	8	8
Farmacêuticos	2	3	3	4	3

Fonte: Ministério da Saúde/CNES, apud IPARDES, Caderno Estatístico.

⚠ PONTO DE ATENÇÃO

O município não possui leitos hospitalares (existentes, SUS ou não SUS) em nenhum ano da série 2021-2025, nem Hospital Geral cadastrado no CNES. Toda a atenção hospitalar da população depende, portanto, de referência a Laranjeiras do Sul e a outros municípios da região (item 17.1), o que deve ser considerado no planejamento de transporte de pacientes e de fluxos de urgência/emergência, especialmente para a população da Terra Indígena Rio das Cobras e das áreas rurais mais distantes da sede.

TABELA 25 – Óbitos segundo principais causas (CID-10) — Nova Laranjeiras/PR – 2021-2025

Causa (capítulo CID-10)	2021	2022	2023	2024	2025
Aparelho Circulatório	27	21	21	25	16
Causas Externas de Morbidade e Mortalidade	17	22	16	18	21
Neoplasias (Tumores)	12	9	16	12	17

Causa (capítulo CID-10)	2021	2022	2023	2024	2025
Aparelho Respiratório	7	17	14	16	12
Total geral de óbitos (todas as causas)	96	98	93	107	103

Tabela seletiva com as principais causas; a série completa por todos os 18 capítulos do CID-10 está disponível na fonte primária.
Fonte: MS/DATASUS, apud IPARDES, Caderno Estatístico.

🏛 IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO DO SUAS
A relevância persistente de Causas Externas (acidentes, violências, lesões autoprovocadas) entre os óbitos do Município — entre 16 e 22 casos por ano — reforça a necessidade de articulação intersetorial permanente entre Assistência Social, Saúde e Segurança Pública para prevenção de violências e para o fluxo de notificação e acompanhamento de vítimas e famílias pelo PAEFI (item 20 e 28).

18. HABITAÇÃO, SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA

As condições de habitação e de saneamento básico são determinantes sociais diretamente associados às vulnerabilidades tratadas neste diagnóstico, precariedade habitacional, adensamento domiciliar excessivo e ausência de saneamento adequado estão entre os fatores mais fortemente associados a agravos de saúde (item 17), insegurança alimentar (item 19) e exposição a situações de risco.

🔎 ACHADO RELEVANTE
ATUALIZAÇÃO DE DADO — LACUNA DE SANEAMENTO RESOLVIDA: o Censo Demográfico 2022 (IBGE), com o detalhamento de abastecimento de água, esgotamento sanitário e destinação do lixo por domicílio, resolve a lacuna de saneamento indicada como uma das mais críticas na versão anterior deste diagnóstico. Base: 4.011 domicílios particulares permanentes ocupados.

18.1 Abastecimento de água

Em 2022, 1.898 domicílios (47,32%) tinham abastecimento de água por rede geral de distribuição, enquanto 2.113 domicílios (52,68%) não contavam com esse tipo de ligação, dependendo de poço, nascente, cisterna ou outra forma de abastecimento.

TABELA 26 – Forma de abastecimento de água nos domicílios — Nova Laranjeiras/PR – 2022

Forma de abastecimento	Domicílios	%
Com ligação à rede geral de distribuição	1.898	47,32
Sem ligação à rede geral de distribuição	2.113	52,68
Total	4.011	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

QUESTÃO TERRITORIAL

Os dados administrativos da concessionária SANEPAR (Caderno Estatístico IPARDES, 2024) registram apenas 1.037 unidades residenciais atendidas por água — bem abaixo do 1.898 domicílios que se autodeclaram "com ligação à rede geral" no Censo 2022. Essa diferença de quase 861 domicílios sugere a possível existência de sistema de abastecimento de água não operado pela SANEPAR (por exemplo, sistema autônomo municipal, poços comunitários, ou sistema gerido pela FUNASA/SESAI dentro da Terra Indígena Rio das Cobras), classificado pelo respondente do Censo como "rede geral" mesmo sem ser a rede SANEPAR. Trata-se de hipótese a esclarecer com o Município (Secretaria de Obras/Saneamento) e com a SESAI, não de uma conclusão definitiva.

18.2 Esgotamento sanitário

A forma predominante de esgotamento sanitário é a fossa rudimentar ou buraco, presente em 2.821 domicílios (70,33% do total) — indicador de baixa cobertura de soluções sanitariamente adequadas.

TABELA 27 – Forma de esgotamento sanitário nos domicílios — Nova Laranjeiras/PR – 2022

Forma de esgotamento sanitário	Domicílios	%
Rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede	805	20,07
Fossa séptica ou fossa-filtro não ligada à rede	72	1,80
Fossa rudimentar ou buraco	2.821	70,33
Vala	17	0,42
Rio, lago, córrego ou mar	2	0,05
Outra forma	6	0,15
Sem banheiro nem sanitário	288	7,18
Total	4.011	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

⚠ PONTO DE ATENÇÃO

Sete em cada dez domicílios do Município (70,33%) utilizam fossa rudimentar ou buraco como forma de esgotamento sanitário, e 288 domicílios (7,18%) declaram não ter banheiro nem sanitário de nenhum tipo. Esse quadro representa risco direto à saúde pública — contaminação de lençol freático e de fontes de água utilizadas para consumo, proliferação de vetores de doenças de veiculação hídrica e parasitoses — e deve ser tratado como prioridade intersetorial entre Assistência Social, Saúde (item 17) e infraestrutura/obras, com atenção especial às famílias em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica identificadas pelo CadÚnico e às áreas de maior dispersão rural e territórios indígenas.

18.3 Destinação do lixo

A queima do lixo na própria propriedade é a prática predominante em Nova Laranjeiras (2.355 domicílios, 58,71%), superando a coleta formal (1.432 domicílios, 35,70%) — padrão típico de municípios com elevada proporção de população rural e territorialmente dispersa.

TABELA 28 – Destinação do lixo nos domicílios — Nova Laranjeiras/PR – 2022

Destinação do lixo	Domicílios	%
Coletado (diretamente ou por caçamba)	1.432	35,70
Queimado (na propriedade)	2.355	58,71
Enterrado (na propriedade)	197	4,91
Jogado em terreno baldio ou logradouro	11	0,27
Outro destino	16	0,40
Total	4.011	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

TENDÊNCIA IDENTIFICADA

A prática de queima do lixo tem implicações ambientais (emissão de poluentes, risco de incêndio) e de saúde respiratória relevantes para o planejamento territorial da Assistência Social e para ações de educação ambiental em articulação com a Secretaria de Meio Ambiente (item 18.5).

18.4 Energia elétrica

O acesso à energia elétrica é praticamente universal no Município: em 2025, havia 4.070 unidades consumidoras de energia elétrica, número próximo ao total de domicílios particulares permanentes ocupados apurado pelo Censo 2022 (4.011), incluindo 2.119 consumidores residenciais e 1.634 consumidores rurais.

TABELA 29 – Número de consumidores de energia elétrica, segundo classe — Nova Laranjeiras/PR – 2021-2025

Classe	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	1.780	1.866	1.965	2.018	2.119
Rural	1.834	1.771	1.714	1.672	1.634
Comercial, Serviços e Outras Atividades	187	175	172	164	173
Poder Público	91	102	106	104	106
Total	3.922	3.948	3.995	3.998	4.070

Fonte: COPEL/CELESC/COCEL/CFLO/CPFL/Pacto Energia, apud IPARDES, Caderno Estatístico.

18.5 Meio ambiente

Em termos ambientais, o Município recebeu R$ 1.704.104,16 em 2025 do ICMS Ecológico (Fator Ambiental – Unidades de Conservação), receita vinculada à existência de áreas de conservação ambiental em seu território — presumivelmente associada, ao menos em parte, à Terra Indígena Rio das Cobras e a remanescentes de vegetação nativa. A área de remanescente de Mata Atlântica é estimada em 14.493 hectares em 2024.

TABELA 30 – Recursos do ICMS Ecológico repassados ao Município — Nova Laranjeiras/PR – 2021-2025 (R$)

Ano	Valor repassado (R$)
2021	1.577.697,90
2022	1.604.028,18
2023	1.835.960,95
2024	1.700.745,75
2025	1.704.104,16

Fonte: SEFA/IAT, apud IPARDES, Caderno Estatístico.

QUESTÃO TERRITORIAL

O recebimento de recursos do ICMS Ecológico e a extensão de remanescentes de Mata Atlântica reforçam a dimensão ambiental do território de Nova Laranjeiras, que deve ser lida em conjunto com a presença da Terra Indígena Rio das Cobras — cuja gestão territorial tradicionalmente inclui práticas de conservação ambiental — ao se planejar ações de desenvolvimento territorial sustentável e de proteção social no meio rural e indígena.

IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO DO SUAS

Com o saneamento e a energia elétrica agora caracterizados, a lacuna remanescente mais crítica desta seção passa a ser o déficit habitacional e a precariedade construtiva, que seguem dependendo de levantamento municipal e limitam a fundamentação técnica para eventual priorização de recursos habitacionais (programas estaduais/federais de habitação rural e urbana) a partir de evidência local.

19. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A segurança alimentar é tema estruturante para a Assistência Social, especialmente em Município com perfil rural e forte presença de agricultura familiar (item 10 e 11), realidade que, paradoxalmente, pode conviver tanto com maior potencial de autoabastecimento quanto com insegurança alimentar em famílias sem acesso à terra ou sem renda para produção própria. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMSEA), já listado entre os conselhos assessorados pela Secretaria Municipal de Assistência Social (item 27), é a instância de controle social responsável por esse tema no Município.

Nova Laranjeiras desenvolve ações de Segurança Alimentar e Nutricional articuladas entre as políticas de Assistência Social, Educação e Agricultura, abrangendo a concessão de auxílio alimentação, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Leite das Crianças e iniciativas de aquisição de produtos da agricultura familiar. O Município conta ainda com Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), cuja composição foi atualizada em 2025, fortalecendo a estrutura local de controle social da política.

No âmbito da Assistência Social, o auxílio alimentação constitui uma das principais respostas às situações de vulnerabilidade temporária. Os registros municipais demonstram volume expressivo de concessões, inclusive com atendimento específico à população indígena da Terra Indígena Rio das Cobras.

Os quantitativos correspondem a concessões realizadas, não necessariamente a famílias distintas, uma vez que uma mesma família pode receber auxílio alimentação em diferentes momentos do ano. Entre 2024 e setembro de 2026 foram registradas 6.041 concessões, das quais aproximadamente 73,9% corresponderam ao atendimento destinado à população indígena.

Em 2025, o COMSEA registrou também a distribuição de alimentos oriundos do Programa Compra Direta, utilizados como complemento às cestas básicas fornecidas pelo Município às famílias em situação de vulnerabilidade. A primeira distribuição daquele exercício foi direcionada ao Bairro Beira Rio, a partir da identificação das famílias pelo CRAS, sendo também prevista atuação na comunidade de Paiquerê.

Quanto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Secretaria Municipal de Agropecuária publicou em junho de 2025 edital para seleção de agricultores familiares, com preferência para produtores indígenas, destinado à aquisição de gêneros alimentícios na modalidade Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea. O PAA e o PNAE constam entre os programas e parcerias mantidos pela Secretaria Municipal de Agricultura.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atende os estudantes matriculados na rede pública municipal, sendo informado pelo Município que a alimentação escolar alcança 100% das escolas, com cardápios elaborados por nutricionista e priorização de produtos provenientes da agricultura familiar local. Não foi localizado, contudo, percentual municipal atualizado que informe quanto dos recursos do PNAE foi efetivamente destinado à aquisição da agricultura familiar em 2024, 2025 e 2026.

Há também evidências da continuidade do Programa Leite das Crianças, destinado ao atendimento nutricional de crianças pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade. Protocolo municipal revisado em 2025 determina, inclusive, que crianças enquadradas nos critérios do programa realizem o respectivo cadastro. Entretanto, não foi localizado quantitativo municipal atualizado de crianças beneficiárias no período de 2024 a 2026.

Principais ações de Segurança Alimentar e Nutricional identificadas

Programa/Ação	**Situação**	**Cobertura/dado disponível**
Auxílio alimentação/cesta básica	Ativo	6.041 concessões entre 2024 e set./2026
Auxílio alimentação indígena	Ativo	4.464 concessões entre 2024 e set./2026
Compra Direta	Ativo em 2025	Distribuição complementar a famílias vulneráveis
PAA	Identificado em 2025	Edital com prioridade à agricultura familiar indígena
PNAE	Ativo	100% das escolas municipais
Agricultura familiar no PNAE	Ativa	Participação confirmada, percentual não localizado
Programa Leite das Crianças	Em funcionamento	Quantitativo atualizado não localizado
Horta comunitária	Sem confirmação atual	Há registro histórico, mas não foi comprovada continuidade em 2024-2026
Restaurante Popular	Não identificado	Não foi localizado programa municipal em funcionamento

No período analisado, não foi localizado indicador público municipal consolidado de famílias em situação de insegurança alimentar, extraído do Cadastro Único. Recomenda-se que esse dado seja posteriormente apurado pelo CECAD/Cadastro Único ou por levantamento próprio da Vigilância

Socioassistencial e do COMSEA, possibilitando cruzamento com as famílias atendidas por auxílio alimentação, PAA e demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional.

De modo geral, os dados demonstram que a política de Segurança Alimentar de Nova Laranjeiras possui forte interface com a Assistência Social, a agricultura familiar e a população indígena, sendo recomendável avançar na consolidação de um sistema único de registros que permita identificar não apenas o número de concessões, mas também o número de famílias distintas atendidas, recorrência dos benefícios e distribuição territorial das situações de insegurança alimentar.

20. SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E VIOLAÇÕES DE DIREITOS

A identificação e o acompanhamento de violações de direitos — violência contra crianças e adolescentes, contra mulheres, contra pessoas idosas e contra pessoas com deficiência, negligência, abandono, abuso, exploração sexual, trabalho infantil e violência doméstica — são atribuições centrais da Proteção Social Especial (item 28), em articulação com o Conselho Tutelar, o Sistema de Garantia de Direitos, o Poder Judiciário e o Ministério Público.

A versão anterior deste diagnóstico menciona, de forma genérica, a existência de "situações de vulnerabilidade decorrentes [...] de violência doméstica, fragilidade de vínculos familiares, uso abusivo de álcool e outras drogas, negligência e violações de direitos" no Município, sem apresentar nenhum dado quantitativo — nem mesmo agregado — sobre volume de casos, tipologia predominante ou evolução temporal. Esta é uma das lacunas mais relevantes do diagnóstico como um todo, porque a Proteção Social Especial (item 28) e a own priorização de territórios (item 35) dependem diretamente dessa informação.

> ⚠ **PONTO DE ATENÇÃO**
> AUSÊNCIA DE DADOS QUANTITATIVOS SOBRE VIOLAÇÕES DE DIREITOS: nenhuma fonte pública consultada nesta revisão permite estimar, de forma responsável, o volume de notificações de violência em Nova Laranjeiras — dado que depende de sistemas de acesso restrito (SIPIA, Conselho Tutelar, PAEFI, SINAN/Ficha de Notificação de Violência). Este diagnóstico não presume nem estima esses números; apresenta a estrutura analítica necessária e a lista de fontes a consultar, deixando os campos abaixo sinalizados para preenchimento municipal.

[INFORMAÇÃO A SER INSERIDA PELO MUNICÍPIO: número de notificações compulsórias de violência interpessoal/autoprovocada por tipo (física, psicológica, sexual, negligência) e faixa etária/sexo da vítima, agregado (sem identificação individual). Fonte sugerida: SINAN — Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Ministério da Saúde/Secretaria Municipal de Saúde). Período recomendado: série 2022-2026.]

[INFORMAÇÃO A SER INSERIDA PELO MUNICÍPIO: número de casos atendidos pelo Conselho Tutelar por tipo de violação e faixa etária, número de crianças/adolescentes em medida protetiva e em acolhimento institucional/familiar (se houver). Fonte sugerida: Conselho Tutelar de Nova Laranjeiras; SIPIA. Período recomendado: série 2022-2026.]

[INFORMAÇÃO A SER INSERIDA PELO MUNICÍPIO: número de famílias/indivíduos em acompanhamento pelo PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) por tipo de violação, e número de medidas socioeducativas em meio aberto (LA/PSC) em execução. Fonte sugerida: Equipe de Proteção Social Especial/Órgão Gestor (item 28); RMA-PSE.]

[INFORMAÇÃO A SER INSERIDA PELO MUNICÍPIO: número de medidas protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) concedidas a mulheres residentes no Município, e existência de rede de atendimento à mulher em situação de violência (delegacia, casa-abrigo regional, serviço psicossocial). Fonte sugerida: Poder Judiciário/TJPR (dados agregados públicos) e Secretaria Municipal de Assistência Social. Período recomendado: série 2022-2026.]

Enquanto os dados quantitativos não são levantados, a Vigilância Socioassistencial pode e deve utilizar como proxy indireto (não substituto) os indicadores já disponíveis: o número de famílias em extrema pobreza (item 12.2), o número de famílias com cadastro desatualizado (item 12.3, frequentemente associado a maior invisibilidade institucional) e a estrutura etária historicamente jovem do Município (item 8) como fatores de exposição a risco social, sem que isso substitua o levantamento direto de notificações.

21. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Historicamente (Censo 2010), cerca de 3 em cada 10 habitantes de Nova Laranjeiras tinham até 14 anos (item 8.2) — proporção que, mesmo sujeita a atualização pelo Censo 2022, indica peso demográfico relevante desse grupo. A condicionalidade educacional do PBF acompanha atualmente 1.260 crianças e adolescentes de 4 a 17 anos (item 13.1), universo que pode ser tomado, com cautela, como aproximação do público infantoadolescente em famílias de baixa renda do Município, ainda que não corresponda ao total de crianças e adolescentes residentes.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para essa faixa etária é ofertado no contraturno escolar por meio de oficinas de violão e dança, tanto na sede quanto em comunidades do interior (item 27.2), utilizando cultura e arte como instrumentos de fortalecimento de vínculos e prevenção de situações de risco.

Os dados do Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC) demonstram que, em agosto de 2026, Nova Laranjeiras possuía 170 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos inseridos no SCFV. Desse total, 41 tinham entre 0 e 6 anos, 120 entre 7 e 14 anos e 9 entre 15 e 17 anos.

Crianças e adolescentes atendidos pelo SCFV, segundo faixa etária – Nova Laranjeiras/PR – agosto de 2026:

Faixa etária	Usuários do SCFV	% dos usuários de 0 a 17 anos
0 a 6 anos	41	24,12%
7 a 14 anos	120	70,59%
15 a 17 anos	9	5,29%
Total – 0 a 17 anos	**170**	**100,00%**

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – SNAS/SISC, referência agosto de 2026. Elaboração própria.

A maior concentração dos atendimentos ocorre na faixa de 7 a 14 anos, que representa aproximadamente 70,6% das crianças e adolescentes inseridos no Serviço. O SISC também evidencia mudança na composição do público ao longo do período recente: em abril de 2025 eram registrados 54 usuários de 0 a 6 anos, 92 de 7 a 14 anos e apenas 6 de 15 a 17 anos; em agosto de 2026, esses quantitativos passaram para 41, 120 e 9 usuários, respectivamente.

O Município possuía, no mesmo período, 8.181 pessoas inscritas no Cadastro Único, pertencentes a 3.703 famílias. Entretanto, os relatórios públicos extraídos para este Diagnóstico não apresentam a distribuição das pessoas cadastradas especificamente pelas faixas etárias de 0 a 6, 7 a 14 e 15 a 17 anos, impossibilitando, neste momento, o cálculo exato do percentual de cobertura do SCFV em relação ao conjunto de crianças e adolescentes do Cadastro Único.

Como informação complementar, o Programa Bolsa Família registrava 1.242 crianças, adolescentes e jovens de 4 a 17 anos com perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação, sendo 195 de 4 a 5 anos, 879 de 6 a 15 anos e 168 de 16 a 17 anos. Esse quantitativo demonstra a existência de um público infantojuvenil vulnerável significativamente superior ao número atualmente inserido no SCFV, embora não possa ser utilizado diretamente como denominador do indicador de cobertura, pois abrange somente beneficiários do PBF e utiliza faixas etárias diferentes das adotadas pelo SISC.

GRUPO POPULACIONAL PRIORITÁRIO

Crianças e adolescentes de famílias em extrema pobreza (215 famílias com CadÚnico desatualizado, item 12.3, mais o conjunto ainda maior de famílias em extrema pobreza com cadastro em dia) e adolescentes de 16-17 anos com menor adesão às condicionalidades escolares (item 13.1) são os subgrupos prioritários identificados neste diagnóstico dentro do público infantoadolescente.

22. JUVENTUDE

Jovens de 15 a 19 anos representavam, em 2010, 10,8% da população municipal (item 8.2). A ausência de indicador local de jovens que não estudam nem trabalham ("nem-nem") e de dados sobre acesso à qualificação profissional impede uma leitura mais precisa da situação da juventude nova-laranjeirense, especialmente em um contexto econômico pouco diversificado (item 11) que tende a pressionar a emigração de jovens para centros regionais maiores.

[INFORMAÇÃO A SER INSERIDA PELO MUNICÍPIO: número estimado de jovens de 15 a 29 anos que não estudam nem trabalham, cobertura de programas de qualificação profissional (Pronatec, SENAR, SENAC, cursos municipais) e participação de jovens no SCFV para essa faixa etária (se ofertado). Fonte sugerida: IBGE/PNAD Contínua (estimativa estadual/regional), Cadastro Único, Secretaria Municipal de Educação/Trabalho.]

23. PESSOAS IDOSAS

A população idosa (60 anos ou mais) representava 9,8% da população municipal no Censo 2010 (item 8.2), proporção que provavelmente cresceu até 2022, acompanhando a tendência nacional e estadual de envelhecimento populacional, hipótese ainda pendente de confirmação (item 8.2). O BPC-Idoso atendia 30 pessoas em abril de 2026 (24,4% dos beneficiários do BPC, item 14), enquanto o SCFV para pessoa idosa é ofertado em Centros de Convivência da Pessoa Idosa na sede e nas comunidades do Guarani e Guaraí, e em espaços públicos comunitários (pavilhões de igrejas) nas localidades do Divisor e Rio da Prata, modelo de oferta descentralizada coerente com a dispersão territorial do Município (item 7).

Em agosto de 2026, o **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)** de Nova Laranjeiras registrava **117 usuários com 60 anos ou mais**. A série histórica demonstra ampliação

importante desse atendimento: eram 56 usuários em março de 2022, 80 em abril de 2025, 100 em setembro de 2025 e 117 em agosto de 2026.

A organização territorial municipal do SCFV para pessoas idosas contempla grupos na Sede, Rio da Prata, Guaraí, Rio Guarani e Divisor, possibilitando maior descentralização da oferta diante da dispersão rural do Município. Entretanto, o SISC não apresenta o número de usuários individualizado por território, devendo essa informação ser complementada pelos registros locais do CRAS.

Evolução dos usuários com 60 anos ou mais inseridos no SCFV – Nova Laranjeiras/PR

Referência	Usuários
Março/2022	56
Abril/2025	80
Setembro/2025	100
Dezembro/2025	100
Abril/2026	100
Agosto/2026	**117**

O quantitativo específico de pessoas idosas inscritas no Cadastro Único não consta nos relatórios consolidados obtidos para este Diagnóstico, sendo necessária extração específica no CECAD para cálculo da cobertura do SCFV em relação ao público potencial. Quanto à Proteção Social Especial, o cadastro federal da rede socioassistencial informa que Nova Laranjeiras não possui Unidade de Acolhimento nem Centro Dia ativos cadastrados no SUAS.

> 🔑 **ACHADO RELEVANTE**
>
> A estratégia de ofertar SCFV da pessoa idosa em espaços comunitários já existentes (pavilhões de igrejas) nas localidades sem Centro de Convivência formal é solução de baixo custo e territorialmente sensível, que deveria ser documentada como boa prática replicável para outros públicos (por exemplo, grupos do PAIF, já desenvolvidos de forma similar no Assentamento Guajuvira e no Paiquerê, item 27.1).

24. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Conforme já discutido no item 8.3, o número de pessoas com deficiência do Censo 2010 (3.467 pessoas, 31,8% da população) resulta de metodologia hoje superada e não deve ser utilizado como retrato atual. O indicador administrativo disponível, 93 beneficiários do BPC-PcD em abril de 2026 (item 14), é o dado mais confiável hoje disponível, embora capte apenas quem já acessa o benefício, não o total de pessoas com deficiência do Município.

Conforme os dados do Censo Demográfico de 2022 já apresentados neste Diagnóstico, Nova Laranjeiras possuía 648 pessoas com deficiência, segundo o critério funcional adotado pelo IBGE e alinhado à metodologia do Washington Group. Entre as dificuldades funcionais identificadas destacam-se a visual, com 342 pessoas, a motora, com 215, a auditiva, com 108, e as limitações relacionadas às funções mentais ou intelectuais, com 96 pessoas. Uma mesma pessoa pode apresentar mais de uma dificuldade, razão pela qual esses quantitativos não devem ser somados.

O SISC possui indicador específico para identificação de usuários em situação prioritária relacionada à deficiência, porém a exportação consultada não permite estabelecer, com segurança, o

número total de pessoas com deficiência atualmente inseridas no SCFV. Da mesma forma, não foi localizado nos dados consolidados o número de pessoas com deficiência especificamente acompanhadas pelo PAIF.

Em julho de 2026, 96 pessoas com deficiência eram beneficiárias do BPC em Nova Laranjeiras, evidenciando a presença relevante desse público entre os usuários da proteção socioassistencial.

Quanto às condições de acessibilidade, não foi localizado levantamento municipal consolidado que identifique barreiras físicas, comunicacionais ou atitudinais nos equipamentos públicos. Recomenda-se a realização de diagnóstico específico, articulado entre o órgão gestor, CMDPcD e demais políticas públicas, contemplando inicialmente CRAS, unidades de saúde e estabelecimentos **de ensino**, com verificação de acessos, circulação interna, sanitários adaptados, sinalização, comunicação acessível e demais condições previstas nas normas de acessibilidade.

[INFORMAÇÃO A SER INSERIDA PELO MUNICÍPIO: número de pessoas com deficiência conforme Censo 2022 (Washington Group), por tipo de dificuldade funcional; número de pessoas com deficiência atendidas pelo SCFV e pelo PAIF; e mapeamento de barreiras de acessibilidade nos equipamentos públicos do Município (CRAS, escolas, unidades de saúde). Fonte sugerida: IBGE/Censo 2022; RMA/CRAS; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPcD).]

25. MULHERES E FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

A versão anterior do diagnóstico não trata especificamente da situação das mulheres nem das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, apesar de a Secretaria Municipal de Assistência Social e Ação Comunitária acumular o assessoramento técnico do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM, item 27) e de o PAIF já desenvolver grupos de mulheres nos territórios de maior vulnerabilidade (Assentamento Guajuvira e Paiquerê, item 27.1). Nacionalmente, famílias monoparentais chefiadas por mulheres apresentam, em média, maior vulnerabilidade de renda do que famílias biparentais, e a baixa cobertura de creche já identificada no item 16.1 (18,1%) tende a afetar de forma desproporcional a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho.

[INFORMAÇÃO A SER INSERIDA PELO MUNICÍPIO: percentual de famílias monoparentais chefiadas por mulheres no Cadastro Único, renda média comparada às famílias biparentais, e número de mulheres atendidas pelos grupos do PAIF e por eventuais serviços de enfrentamento à violência de gênero. Fonte sugerida: CECAD; RMA/CRAS; CMDM.]

> 🏛 **IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO DO SUAS**
>
> A combinação entre baixa cobertura de creche (item 16.1), ausência de dados sobre violência contra a mulher (item 20) e ausência de caracterização de famílias monoparentais é uma lacuna que, uma vez preenchida, provavelmente revelará um dos grupos prioritários mais consistentes do Município — mulheres chefes de família em territórios rurais de maior vulnerabilidade — e deveria orientar a expansão dos grupos de mulheres do PAIF para além do Assentamento Guajuvira e do Paiquerê.

26. VULNERABILIDADES DA POPULAÇÃO RURAL

A ruralidade é, como já afirmado no item 7, a variável estruturante do território de Nova Laranjeiras, e suas vulnerabilidades específicas atravessam praticamente todos os capítulos deste diagnóstico: renda sazonal ligada à agricultura familiar (item 11), maior distância até equipamentos de saúde e assistência (itens 17 e 27), menor cobertura de saneamento presumida (item 18, a confirmar), e organização de serviços que depende de busca ativa e atendimento itinerante para não excluir essa população. A síntese territorial completa dessas vulnerabilidades é apresentada no item 33 (Territorialização) e no item 34 (Matriz de Vulnerabilidades, Riscos e Respostas).

27. ESTRUTURA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social integra o sistema de Seguridade Social brasileiro como política pública de proteção social não contributiva, destinada à garantia de direitos e ao atendimento das necessidades sociais dos cidadãos que dela necessitarem. A Constituição Federal de 1988 (arts. 203-204) estabeleceu a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS (Lei nº 8.742/1993), alterada pela Lei nº 12.435/2011, que instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS organiza, em todo o território nacional, a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais por meio de modelo de gestão descentralizada e participativa, com competências definidas para União, Estados, Distrito Federal e Municípios: à União cabe formular normas gerais, coordenar a política nacional e cofinanciar as ações; aos Estados, apoiar tecnicamente os municípios e complementar o financiamento; aos Municípios, a execução direta da política, por meio da organização da rede socioassistencial e da oferta dos serviços à população.

A Política Nacional de Assistência Social organiza a proteção social em dois níveis de complexidade Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), detalhados nos itens 27.2 e 28.

27.1 Estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social

A Política de Assistência Social em Nova Laranjeiras é coordenada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Ação Comunitária, órgão gestor responsável pela gestão, planejamento, coordenação, monitoramento e execução das ações, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como pela gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, do Cadastro Único e dos programas de transferência de renda, e pelo desenvolvimento das ações de Vigilância Socioassistencial. A estrutura dos cargos de direção da Secretaria é definida pela Lei Municipal nº 1.345/2022, de 23 de maio de 2022, compreendendo: Secretário de Assistência Social e Ação Comunitária; Assessor Especial da Secretaria; Diretor de Departamento de Políticas Sociais; Chefe de Divisão de Promoção Social; e Diretor de Departamento de Políticas para a Mulher, para a Pessoa Idosa e para a Igualdade Social.

Além da gestão da Política Municipal de Assistência Social, a Secretaria acumula o assessoramento técnico e administrativo de outros conselhos de políticas públicas e de garantia de direitos: CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), CMDPI (Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa), CMDPcD (Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência), CMDM (Conselho Municipal dos Direitos da Mulher) e COMSEA (Conselho Municipal de Segurança Alimentar), além, presumivelmente, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), cuja composição e periodicidade de reuniões não constam do documento original.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Laranjeiras – CMAS constitui a instância colegiada de controle social da Política Municipal de Assistência Social, instituída com fundamento na Lei Municipal nº 119/1995. A composição atualmente vigente foi estabelecida pelo Decreto Municipal nº 224, de 4 de julho de 2025, para o biênio 2025-2027, após a realização da XV Conferência Municipal de Assistência Social, ocorrida em 27 de junho de 2025. O Conselho possui composição paritária, com seis representações governamentais e seis representações da sociedade civil, cada uma com membro titular e suplente.

Composição do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS – Gestão 2025-2027:

Segmento/Representação	Titular	Suplente
SOCIEDADE CIVIL		
Associação Indígena Rio das Cobras	Adelar Fagpri Felix Nunes Manduca	Adilson Venghyn Freitas
Associação de Mulheres Artesãs	Roseli Balbinotti Piovezan	Célia da Veiga Gdak
PROVOPAR e Clube de Mães	Clarice Rosa Colla	Emerenciane Mendes
APAE	Tatiane Biesek	Carla Vitória Braga dos Santos
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Alceni Domingues	Kelli Raspolini
Clube da Terceira Idade	Salete Giarolo	Paulino Caimi Cavasotto
GOVERNAMENTAL		
Secretaria Municipal de Saúde	Maria de Lourdes Molinetti	Claudinei Cavasotto
Secretaria Municipal de Educação	Sílvia Regiane Vorgenes	Joelson Ribeiro
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	Moacir Meneguzzo	Evandro Tessaro
Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico	Idaiane Maria Ribeiro de Oliveira	Gabriel Petró Martello
Secretaria Municipal de Governo	José Meneguzzo	Beatriz do Belem Elias
Secretaria Municipal de Assistência Social e Ação Comunitária	Chaiane Ferreira	Cheila Aparecida Ramos

Fonte: Decreto Municipal nº 224/2025.

A Mesa Diretora é presidida por Tatiane Biesek, representante da APAE, tendo José Meneguzzo como vice-presidente, Chaiane Ferreira como 1ª Secretária e Roseli Balbinotti Piovezan como 2ª Secretária. O CMAS mantém reuniões ordinárias com periodicidade mensal, organizadas por meio de calendário anual. Para 2026 foram programadas reuniões entre os meses de fevereiro e dezembro, contemplando 11 encontros ordinários ao longo do exercício. A existência de calendário previamente definido favorece a regularidade do controle social, o acompanhamento da execução da política e a análise das matérias submetidas ao Conselho.

Entre as principais deliberações documentadas no período de 2025 e 2026 destacam-se:

Data	Deliberação
29/08/2025	Aprovação do **Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026-2029**, por meio da Resolução CMAS nº 012/2025

14/11/2025	Aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação para recebimento de incentivo estadual destinado à construção do **CRAS Indígena da Terra Indígena Rio das Cobras**, no valor de até **R$ 1.200.000,00**, por meio da Resolução nº 013/2025
26/02/2026	Aprovação da **reprogramação dos saldos de recursos da Assistência Social para o exercício de 2026**, conforme Resolução nº 001/2026
16/03/2026	Aprovação da prestação de contas do **Incentivo Qualificação da Estrutura para CRAS**, referente a 2025, e reprogramação do saldo para 2026, por meio da Resolução nº 004/2026
16/03/2026	Aprovação da prestação de contas do **Piso Único de Assistência Social – PAS**, referente a 2025, e reprogramação do saldo para 2026, por meio da Resolução nº 005/2026

A aprovação do PMAS ocorreu por unanimidade em reunião realizada em 29 de agosto de 2025. Destaca-se também a aprovação do projeto para implantação de uma unidade pública do SUAS destinada especificamente à população da Terra Indígena Rio das Cobras, representando avanço na territorialização da Proteção Social Básica e no reconhecimento das especificidades da população indígena.

Em 2026, o Conselho também exerceu sua função de acompanhamento orçamentário e financeiro, deliberando sobre a reprogramação de saldos e analisando prestações de contas relacionadas ao cofinanciamento da Proteção Social Básica, PAIF e SCFV. A reunião de 16 de março de 2026, por exemplo, deliberou favoravelmente sobre as contas do Incentivo de Qualificação da Estrutura do CRAS e do Piso Único de Assistência Social.

O **Plano Municipal de Assistência Social atualmente vigente corresponde ao período de 2026 a 2029**, tendo sido aprovado pelo CMAS em 29 de agosto de 2025, por meio da **Resolução nº 012/2025**. O Município já realiza o monitoramento de sua execução, com relatório específico referente ao exercício de 2026, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e com participação da equipe técnica e do CMAS.

O PMAS constitui o principal instrumento de planejamento da Política Municipal de Assistência Social, estabelecendo prioridades, metas e ações para o quadriênio e orientando a organização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no território.

A estrutura administrativa vigente do Município, conforme o organograma vinculado à Lei Municipal nº 1.450/2025, de 7 de janeiro de 2025, contempla a Secretaria Municipal de Assistência Social e Ação Comunitária, à qual estão vinculados cargos de assessoramento e direção destinados à gestão da política socioassistencial. O organograma atualizado em fevereiro de 2026 prevê, além do cargo de Secretário Municipal, Assessor Especial da Secretaria de Assistência Social e Ação Comunitária, Diretor do Departamento de Políticas Sociais, Chefe de Divisão de Promoção Social e Diretor do Departamento de Políticas para a Mulher, para a Pessoa Idosa e para a Igualdade Social.

A relação municipal de servidores ativos permite identificar 14 servidores atualmente lotados diretamente no Departamento de Políticas Sociais ou no Fundo Municipal de Assistência Social, abrangendo profissionais de nível superior, servidores administrativos, apoio operacional e cargos de direção e assessoramento.

Servidores vinculados à Política Municipal de Assistência Social – Nova Laranjeiras/PR – 2026:

Servidor(a)	Cargo	Lotação

Ednilson Luiz Nairne	Diretor do Departamento de Políticas Sociais	Departamento de Políticas Sociais
Clarice Rosa Colla	Assessor Especial da Secretaria de Assistência Social	Departamento de Políticas Sociais
Cheila Aparecida Ramos	Assistente Social – 30 horas	Fundo Municipal de Assistência Social
Mateus João Cordeiro Schmoeller de Lima	Psicólogo – 40 horas	Fundo Municipal de Assistência Social
Thalita Onetta Muller	Psicólogo – 40 horas	Departamento de Políticas Sociais
Michele de Cassia Rossa Babinski	Pedagogo	Departamento de Políticas Sociais
Pamela Grossel Evarini	Professor Gestora da Pasta	Departamento de Políticas Sociais
Silvana Isabel Xavier	Oficial Administrativo	Departamento de Políticas Sociais
Chaiane Ferreira	Auxiliar Administrativo	Departamento de Políticas Sociais
Josicleia Rodrigues	Auxiliar Administrativo	Departamento de Políticas Sociais
Jovania Aparecida da Silva	Auxiliar Administrativo	Departamento de Políticas Sociais
Taila Cristina Andriola	Auxiliar Administrativo	Departamento de Políticas Sociais
Celia da Veiga Gdak	Auxiliar de Serviços Gerais	Departamento de Políticas Sociais
Jocildo Pereira Balitzki	Motorista	Departamento de Políticas Sociais

Síntese do quadro de pessoal da Assistência Social – 2026:

Categoria funcional	Quantitativo
Assistente Social	1
Psicólogos	2
Pedagogo	1
Professor	1
Auxiliares Administrativos	4
Oficial Administrativo	1
Auxiliar de Serviços Gerais	1
Motorista	1
Direção departamental	1
Assessoramento especial	1
Total identificado	**14**

A relação de servidores disponibilizada pelo setor de Recursos Humanos utiliza como unidades de lotação o Departamento de Políticas Sociais e o Fundo Municipal de Assistência Social, não discriminando individualmente a vinculação dos servidores ao CRAS, Cadastro Único, equipe de Proteção Social Especial ou Órgão Gestor. Dessa forma, a distribuição quantitativa por unidade não deve ser inferida apenas pela função exercida e deverá ser complementada mediante registro administrativo interno da Secretaria.

Para fins de Vigilância Socioassistencial, recomenda-se que o quadro de recursos humanos passe a ser acompanhado também segundo a unidade efetiva de exercício, diferenciando Órgão Gestor, CRAS/PAIF, SCFV, Cadastro Único e Proteção Social Especial, além da carga horária e do vínculo funcional. Isso permitirá avaliar de forma mais precisa a adequação das equipes aos parâmetros de recursos humanos do SUAS.

27.2 Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica (PSB) tem como objetivo a prevenção de situações de risco social e a mitigação de vulnerabilidades por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, sendo direcionada à população em situação de pobreza, privação de renda, dificuldade de acesso a serviços públicos ou fragilização de laços afetivos. É executada, no Município, por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), principal porta de entrada da população à rede de proteção do SUAS. Devido às características socioterritoriais do Município, que combina área urbana e extensa área rural, incluindo comunidades tradicionais, assentamentos e a Terra Indígena Rio das Cobras (itens 7 e 9), a oferta da PSB exige estratégias continuadas de busca ativa e atendimento itinerante.

Nova Laranjeiras possui 1 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS ativo, que também consta como unidade respondente do Censo SUAS 2024. O Município é classificado como Pequeno Porte I, conforme registro oficial do MDS.

O CRAS constitui a unidade de referência da Proteção Social Básica municipal, sendo responsável pela oferta do PAIF, orientação e acesso a benefícios, Cadastro Único, ações comunitárias e articulação com o SCFV. O Município divulga o atendimento da Secretaria de Assistência Social na Rua Estanislau Kupatkoski, s/n, e informa para o CRAS o telefone (42) 99979-1820 e o e-mail cras.novalaranjeiras@pmnl.pr.gov.br.

Por se tratar de município de Pequeno Porte I, o parâmetro nacional estabelece 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas, com capacidade estimada de atendimento de até 500 famílias por ano.

Caracterização do CRAS – Nova Laranjeiras/PR:

Indicador	Situação
CRAS ativos	**1**
Porte municipal	**Pequeno Porte I**
Famílias referenciadas – parâmetro máximo	**2.500**
Capacidade estimada de atendimento	**até 500 famílias/ano**
Serviço estruturante	**PAIF**
SCFV	**Referenciado à Proteção Social Básica**
Abrangência	**Território municipal, com atendimento urbano e rural**

Fonte: MDS/CadSUAS/Censo SUAS; Prefeitura Municipal de Nova Laranjeiras; parâmetros nacionais do SUAS.

A existência de apenas uma unidade deve ser analisada em conjunto com as características territoriais do Município, especialmente a elevada população rural, a extensão territorial, a dispersão das comunidades e a presença da Terra Indígena Rio das Cobras, fatores que ampliam a importância de estratégias descentralizadas, busca ativa e deslocamento das equipes.

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O PAIF constitui o principal serviço da PSB, ofertado exclusivamente no CRAS, com o objetivo de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários, promover o acesso a direitos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade social, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Em Nova Laranjeiras, o PAIF é desenvolvido pela equipe técnica do CRAS por meio de atendimentos individuais e familiares, acolhida, visitas domiciliares, acompanhamento familiar, encaminhamentos à rede socioassistencial e intersetorial, e ações comunitárias e coletivas, conforme as necessidades identificadas nos diferentes territórios do Município. Como estratégia de fortalecimento de vínculos e promoção da convivência comunitária, o PAIF desenvolve grupos de mulheres nos territórios de maior vulnerabilidade socioeconômica, com destaque para as comunidades do Assentamento Guajuvira e do Paiquerê.

> ⚠ **PONTO DE ATENÇÃO**
> DIFERENCIAÇÃO METODOLÓGICA NECESSÁRIA: o documento original não diferencia "atendimento" (contato pontual, de caráter mais imediato) de "acompanhamento familiar" (processo continuado, com plano de acompanhamento e objetivos definidos), distinção central na metodologia do PAIF e exigida pelo RMA/Censo SUAS. Sem essa diferenciação, não é possível calcular indicadores de cobertura nem avaliar a intensidade real do trabalho social com as famílias.

[INFORMAÇÃO A SER INSERIDA PELO MUNICÍPIO: número de famílias em atendimento e número de famílias em acompanhamento familiar pelo PAIF (distinção obrigatória), por mês/ano, com série histórica dos últimos 3 anos, e discriminação territorial quando possível. Fonte sugerida: RMA/CRAS (Registro Mensal de Atendimentos) e Prontuário SUAS. Período recomendado: 2023-2026. Forma recomendada de apresentação: tabela + gráfico de série histórica.]

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O SCFV complementa o trabalho social com as famílias, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a prevenção de situações de risco social e o desenvolvimento de potencialidades dos usuários. Para crianças e adolescentes, é desenvolvido no contraturno escolar por meio de oficinas de violão e dança, nas escolas da sede e das comunidades do interior. Para a população idosa, é ofertado de forma descentralizada: em Centros de Convivência da Pessoa Idosa na sede e nas comunidades do Guarani e Guaraí, e em espaços públicos comunitários (pavilhões de igrejas) nas localidades do Divisor e Rio da Prata (detalhamento no item 23).

Em agosto de 2026, o SISC registrava 293 usuários no SCFV de Nova Laranjeiras, distribuídos entre diferentes ciclos de vida. O público era formado por 41 crianças de 0 a 6 anos, 120 crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, 9 adolescentes de 15 a 17 anos, 6 usuários de 30 a 59 anos e 117 pessoas com 60 anos ou mais. Não havia quantitativo registrado para a faixa de 18 a 29 anos na competência analisada.

Usuários do SCFV segundo faixa etária – Nova Laranjeiras/PR – agosto de 2026

Faixa etária	Usuários
0 a 6 anos	41
7 a 14 anos	120

15 a 17 anos	9
18 a 29 anos	0 / sem registro
30 a 59 anos	6
60 anos ou mais	117
Total	**293**

Fonte: MDS/SNAS, Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC, agosto de 2026.

Dentre esses usuários, 170 são crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e 117 são pessoas com 60 anos ou mais, demonstrando que esses dois ciclos de vida concentram praticamente toda a oferta municipal do SCFV.

Cadastro Único e Benefícios

A gestão do Cadastro Único e a articulação com os benefícios socioassistenciais (Benefícios Eventuais) e de transferência de renda (PBF, BPC) também estão centralizadas na oferta da PSB via CRAS, conforme detalhado nos itens 12 a 15.

28. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade cujos direitos já foram violados ou ameaçados, violência física ou psicológica, negligência, abandono, trabalho infantil, abuso ou exploração sexual, entre outras situações de risco pessoal e social. De acordo com a Norma Operacional Básica do SUAS e a tipificação nacional, Nova Laranjeiras enquadra-se como Município de Pequeno Porte I, classificação que, em regra, não comporta o cofinanciamento federal para implantação de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) próprio.

Para assegurar a continuidade da assistência e a garantia de direitos, a oferta da PSE de Média Complexidade ocorre por meio de Equipe de Proteção Social Especial anexa ao Órgão Gestor, que atua diretamente na Secretaria Municipal de Assistência Social, assumindo as atribuições de acompanhamento especializado a famílias (PAEFI), articulação com o Sistema de Garantia de Direitos (Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar) e execução de medidas socioeducativas em meio aberto, quando aplicável. Dessa forma, mesmo sem estrutura física de CREAS, o Município assegura atendimento técnico-normativo, acolhimento, escuta qualificada e desenvolvimento de estratégias de superação da violência e ressignificação de vínculos intrafamiliares.

A Proteção Social Especial de Nova Laranjeiras é executada por equipe técnica municipal composta por um psicólogo, com carga horária de 40 horas semanais, e uma assistente social, com carga horária de 30 horas semanais, ambos vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social. A relação de servidores ativos confirma a lotação do psicólogo Mateus João Cordeiro Schmoeller de Lima e da assistente social Cheila Aparecida Ramos na política municipal de Assistência Social.

O Município não dispõe de unidade própria de acolhimento institucional. Para atendimento de pessoas idosas que necessitem de acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI, Nova Laranjeiras mantém convênio com instituição de acolhimento localizada no Município de Laranjeiras do Sul, possibilitando o encaminhamento quando identificada necessidade de proteção integral e preenchidos os critérios aplicáveis.

No atendimento a crianças e adolescentes, o Município encontra-se em processo de organização para implantação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, buscando estruturar alternativa de proteção provisória em ambiente familiar para situações nas quais seja necessária medida protetiva de afastamento temporário da família de origem. Atualmente, Nova Laranjeiras não possui serviço próprio de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

Quanto às medidas socioeducativas em meio aberto, não há, no momento, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa acompanhados pela equipe municipal. O acompanhamento deverá ser organizado sempre que houver determinação judicial e demanda correspondente.

O quantitativo de famílias e indivíduos acompanhados pela Proteção Social Especial deverá ser monitorado de forma contínua pelos registros da equipe, distinguindo situações de acompanhamento continuado, atendimentos pontuais, violações de direitos e encaminhamentos à rede regional.

No período de elaboração deste Diagnóstico, não foram identificadas pessoas em situação de rua com residência ou permanência habitual em Nova Laranjeiras. Também não existe serviço municipal específico de acolhimento destinado a esse público.

A inexistência atual de população em situação de rua no Município não afasta a possibilidade de ocorrências pontuais ou transitórias. Caso sejam identificadas, as situações deverão ser avaliadas individualmente pela rede socioassistencial, especialmente pela Proteção Social Especial, com realização de acolhida, identificação das necessidades imediatas, verificação de vínculos familiares e territoriais e articulação com os demais serviços e políticas públicas necessários.

Recomenda-se que o Município formalize fluxo intersetorial específico para eventuais situações de rua, envolvendo Assistência Social, Saúde e órgãos de segurança pública, de forma a garantir resposta adequada mesmo diante de demandas esporádicas.

> 🏛 **IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO DO SUAS**
> A ausência de CREAS próprio — decisão compatível com o porte populacional do Município — não dispensa a organização formal do fluxo de PSE: composição da equipe (assistente social, psicólogo, no mínimo, conforme NOB-RH/SUAS), carga horária, protocolo de acesso e articulação regional (pactuação com Município-polo ou Estado para casos de acolhimento institucional, medida protetiva de maior complexidade ou serviços não ofertados localmente). Nenhuma dessas informações consta do documento original.

29. REDE SOCIOASSISTENCIAL

A rede socioassistencial de Nova Laranjeiras reúne os equipamentos, serviços, programas e benefícios descritos nos itens 12 a 28. A consolidação em quadro único, com capacidade de atendimento e território de referência de cada unidade, é recomendação central deste diagnóstico e ainda depende de levantamento municipal para preenchimento completo.

TABELA 31 – Rede socioassistencial de Nova Laranjeiras — quadro-síntese

Unidade/Serviço	Proteção	Público	Capacidade	Território de referência	Principais demandas
CRAS (sede)	PSB	Famílias em vulnerabilidade social	1.500 famílias	Município	CadÚnico, PAIF, benefícios eventuais

Unidade/Serviço	Proteção	Público	Capacidade	Território de referência	Principais demandas
Equipe de Proteção Social Especial	PSE (Média Complexidade)	Famílias/indivíduos com direitos violados/ameaçados	100 famílias	Município (sem CREAS próprio)	PAEFI, articulação SGD
SCFV Crianças/Adolescentes	PSB	Crianças e adolescentes	100 usuários	Sede + escolas do interior	Fortalecimento de vínculos
SCFV Pessoa Idosa	PSB	Pessoas idosas	800 usuários	Sede, Guarani, Guaraí, Divisor, Rio da Prata	Convivência, combate ao isolamento
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	PSB	Crianças e Adolescentes com deficiência	70 alunos	Município	Ensino

30. REDE INTERSETORIAL E FLUXOS DE ARTICULAÇÃO

A oferta de proteção social em Nova Laranjeiras depende de articulação permanente entre a Assistência Social e outras políticas e instituições: Saúde (itens 9.1 e 17, com destaque para a capilaridade territorial da ESF), Educação (itens 9.2 e 16, com destaque para o acompanhamento das condicionalidades do PBF), Conselho Tutelar e Sistema de Garantia de Direitos (item 20 e 28), além de Habitação, Trabalho, Previdência (INSS, para BPC e benefícios previdenciários), Segurança Pública, Justiça e Ministério Público. A articulação com a SESAI/DSEI Litoral Sul para a população da Terra Indígena Rio das Cobras (item 9.1) é particularidade territorial que exige protocolo próprio.

[INFORMAÇÃO A SER INSERIDA PELO MUNICÍPIO: fluxos formais de articulação intersetorial existentes (protocolos, comitês, reuniões periódicas) entre Assistência Social e Saúde, Educação, Conselho Tutelar e Segurança Pública, com avaliação qualitativa de sua efetividade. Fonte sugerida: Órgão Gestor; atas de reuniões intersetoriais, se houver.]

31. RECURSOS HUMANOS DO SUAS

A NOB-RH/SUAS estabelece parâmetros mínimos de equipe de referência para CRAS e para a oferta de PSE, considerando o porte do Município e o número de famílias referenciadas.

TABELA 32 – Recursos humanos do SUAS — Nova Laranjeiras/PR (a completar)

Unidade	Cargo/Função	Quantidade	Vínculo	Carga horária	Referência normativa
CRAS	Coordenadora – Michele de Cassia Rossa Babinski	1	Servidora municipal	40 horas semanais	NOB-RH/SUAS
CRAS	Assistente Social – Cleidiane Mioranza	1	Servidora municipal	30 horas semanais	NOB-RH/SUAS
CRAS	Psicóloga – Thalita Onetta Muller	1	Servidora municipal	40 horas semanais	NOB-RH/SUAS
CRAS	Técnicas de nível médio – Chaiane Ferreira e Josicleia Rodrigues	2	Servidoras municipais	40 horas semanais	NOB-RH/SUAS

CRAS	Recepção/Apoio Administrativo – Silvana Isabel Xavier	1	Servidora municipal	40 horas semanais	NOB-RH/SUAS
PSE – Equipe de Proteção Social Especial	Assistente Social – Cheila Aparecida Ramos	1	Servidora municipal	30 horas semanais	NOB-RH/SUAS
PSE – Equipe de Proteção Social Especial	Psicólogo – Mateus João Cordeiro Schmoeller de Lima	1	Servidor municipal	40 horas semanais	NOB-RH/SUAS
Cadastro Único/PBF	Coordenadora – Taila Cristina Andriola	1	Servidora municipal	40 horas semanais	Normativas do Cadastro Único/MDS
Cadastro Único/PBF	Entrevistadora/Operadora – Jovania Aparecida da Silva	1	Servidora municipal	40 horas semanais	Normativas do Cadastro Único/MDS
Órgão Gestor	Gestora da Política Municipal de Assistência Social – Pamela Grossel Evarini	1	Gestão municipal	40 horas semanais	NOB-SUAS/2012
Vigilância Socioassistencial	Coordenação – Pamela Grossel Evarini	1*	Gestão municipal	40 horas semanais	NOB-SUAS/2012

Tabela integralmente dependente de levantamento municipal.
Fonte: NOB-RH/SUAS (Resolução CNAS nº 269/2006); estrutura de cargos conforme Lei Municipal nº 1.345/2022 (item 27.1).

Nota: a Assistente Social Cleidiane Mioranza, integrante da equipe do CRAS, encontra-se temporariamente afastada mediante atestado médico na data de elaboração deste Diagnóstico. A gestão da Política de Assistência Social e a coordenação da Vigilância Socioassistencial são exercidas pela mesma profissional, Pamela Grossel Evarini, razão pela qual sua indicação nas duas funções não representa dois servidores distintos.

A equipe do CRAS é composta, portanto, por seis profissionais diretamente identificados, considerando coordenação, equipe técnica, técnicos de nível médio e apoio administrativo. A Proteção Social Especial conta com dois profissionais de nível superior, sendo um psicólogo e uma assistente social. O Cadastro Único e Programa Bolsa Família dispõe de duas profissionais diretamente vinculadas à sua operacionalização, enquanto a gestão municipal e a Vigilância Socioassistencial encontram-se sob coordenação da gestora da Secretaria.

> **🏛 IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO DO SUAS**
> O dimensionamento da equipe é pré-condição para todos os indicadores de cobertura mencionados neste diagnóstico (PAIF, SCFV, PSE): sem equipe compatível com o parâmetro da NOB-RH/SUAS, qualquer meta de ampliação de acompanhamento familiar ou de busca ativa territorial é inviável na prática, independentemente da qualidade do planejamento.

32. GESTÃO, FINANCIAMENTO E ORÇAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O financiamento do SUAS é tripartite (União, Estado e Município), organizado por blocos de financiamento (Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão do SUAS, Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, Benefícios Eventuais) e executado por meio do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), com repasse fundo a fundo dos recursos federais e estaduais. O panorama geral das finanças públicas municipais foi apresentado no item 10.2; este capítulo trata especificamente

do financiamento da política de Assistência Social, tema sobre o qual nenhuma informação específica constava do documento original.

A análise dos demonstrativos contábeis municipais permite acompanhar a evolução dos recursos registrados na Função 08 – Assistência Social entre 2023 e 2026. Em 2023, o total contabilizado nessa função foi de R$ 2.531.344,29. Em 2024, o montante foi de R$ 2.217.989,64. Em 2025, atingiu R$ 3.398.851,04, maior valor da série analisada. Para 2026, o demonstrativo registra R$ 3.063.999,34 na função Assistência Social.

Evolução dos recursos registrados na Função Assistência Social – Nova Laranjeiras/PR – 2023 a 2026

Ano	Assistência à pessoa idosa	Assistência à criança e ao adolescente	Assistência comunitária	Total da Função 08
2023	R$ 183.802,22	R$ 243.476,53	R$ 2.104.065,54	**R$ 2.531.344,29**
2024	R$ 225.606,43	R$ 279.865,47	R$ 1.712.517,74	**R$ 2.217.989,64**
2025	R$ 299.756,96	R$ 392.178,72	R$ 2.706.915,36	**R$ 3.398.851,04**
2026	R$ 102.295,55	R$ 1.699.945,31	R$ 1.261.758,48	**R$ 3.063.999,34**

Fonte: Município de Nova Laranjeiras, Anexo 07 – Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades, exercícios 2023 a 2026.

Entre 2023 e 2024 houve redução de aproximadamente 12,4% no total registrado na função Assistência Social. Em 2025 ocorreu expansão significativa, de aproximadamente 53,2% em relação a 2024, alcançando R$ 3,39 milhões. O demonstrativo de 2026 registra R$ 3,06 milhões, mantendo o financiamento da política em patamar superior ao observado em 2023 e 2024.

A composição das despesas também sofreu alteração relevante. Em 2023, 2024 e 2025 predominavam os recursos classificados na subfunção Assistência Comunitária, enquanto em 2026 verifica-se ampliação expressiva da subfunção Assistência à Criança e ao Adolescente, que alcança R$ 1.699.945,31.

A análise das Leis Orçamentárias Anuais demonstra ampliação dos recursos previstos para a Função **08 – Assistência Social** no período de 2023 a 2026. Para fins de comparabilidade, foi considerado o valor total da Função 08 no orçamento municipal e sua participação sobre a despesa total fixada em cada exercício.

Participação da Assistência Social na despesa total prevista do Município – Nova Laranjeiras/PR – 2023 a 2026:

Ano	Despesa total municipal fixada	Função 08 – Assistência Social	Participação
2023	R$ 56.494.000,00	R$ 2.022.160,00	**3,58%**
2024	R$ 73.500.000,00	R$ 3.681.870,00	**5,01%**
2025	R$ 69.050.000,00	R$ 4.519.500,00	**6,55%**
2026	R$ 138.780.000,00	R$ 5.555.400,00	**4,00%**

Fonte: Município de Nova Laranjeiras, Anexo 09 da Lei nº 4.320/1964 – Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções, exercícios 2023 a 2026. Elaboração própria.

Em 2023, a Assistência Social representava 3,58% da despesa municipal fixada, passando para 5,01% em 2024 e alcançando 6,55% em 2025, maior participação proporcional da série analisada. Em 2026, embora o orçamento da Assistência Social tenha aumentado em termos absolutos para R$ 5,55 milhões, sua participação relativa caiu para 4,00%, em razão da forte expansão do orçamento global do Município, fixado em R$ 138,78 milhões.

Entre 2023 e 2026, o valor inicialmente previsto para a Função Assistência Social passou de R$ 2,02 milhões para R$ 5,56 milhões, crescimento nominal de aproximadamente 174,7%. Deve-se observar, entretanto, que os valores apresentados correspondem à despesa fixada no orçamento, não necessariamente aos valores efetivamente executados no exercício.

> 🏛 **IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO DO SUAS**
>
> Recomenda-se que o próximo Relatório Anual de Gestão do FMAS e a próxima proposta orçamentária da Assistência Social sejam elaborados em diálogo direto com este diagnóstico, de modo que a alocação de recursos reflita as prioridades identificadas na Matriz de Vulnerabilidades (item 34) — por exemplo, reforço de equipe para PSE (item 28), ampliação de cobertura de creche em articulação com a Educação (item 16) e estruturação de Benefícios Eventuais compatíveis com o volume de famílias em extrema pobreza (item 12.2).

33. TERRITORIALIZAÇÃO DAS VULNERABILIDADES

A territorialização é o eixo que deveria atravessar transversalmente todo este diagnóstico, e é também sua maior lacuna: das fontes públicas consultadas nesta revisão, nenhuma oferece o Cadastro Único, o PBF, o BPC ou os indicadores de saúde e educação desagregados por comunidade dentro do Município — esse nível de desagregação existe apenas nas bases administrativas de acesso restrito ao Município (CECAD completo, Prontuário SUAS, sistemas de saúde e educação municipais). Este capítulo consolida, portanto, o que já é possível afirmar com base nos dados apresentados nos capítulos anteriores e organiza o que precisa ser produzido pela Vigilância Socioassistencial.

33.1 O que já se sabe sobre a distribuição territorial

- A Terra Indígena Rio das Cobras concentra população superior a 3.000 pessoas em situação de especificidade étnico-territorial (item 9), com estrutura de saúde e educação próprias (SESAI/DSEI e escolas indígenas), mas cuja relação com o CRAS e o Cadastro Único municipal carece de dados quantitativos (item 9.1).
- As comunidades de Rio Guarani, Rio da Prata e Assentamento Xagu, além da sede, concentram Estratégias Saúde da Família (item 17.1) — o que sugere serem, historicamente, os núcleos populacionais rurais mais relevantes fora da sede, ainda que a população exata de cada um não conste das fontes consultadas.
- As comunidades do Assentamento Guajuvira e do Paiquerê foram identificadas pela própria equipe do PAIF como territórios de maior vulnerabilidade socioeconômica, a ponto de concentrarem os grupos de mulheres do serviço (item 27.2) — indício qualitativo relevante, ainda não acompanhado de indicador quantitativo formal.
- As localidades do Divisor e Rio da Prata não possuem Centro de Convivência da Pessoa Idosa formal, sendo atendidas em espaços comunitários alternativos (item 23) — sinal indireto de menor infraestrutura pública nessas comunidades em comparação à sede e a Guarani/Guaraí.

QUESTÃO TERRITORIAL

MAPA 02 A SER PRODUZIDO — Distribuição territorial das famílias inscritas no Cadastro Único, por comunidade/localidade. MAPA 03 A SER PRODUZIDO — Concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família por território. MAPA 04 A SER PRODUZIDO — Rede de equipamentos públicos (CRAS, unidades de saúde, escolas) com respectiva área de abrangência. MAPA 06 A SER PRODUZIDO — Territórios prioritários para a Vigilância Socioassistencial, consolidando os indicadores dos itens 33 e 34. Fonte sugerida para todos: CECAD (extração georreferenciada, quando disponível), RMA, Secretaria de Planejamento e base cartográfica IBGE.

[INFORMAÇÃO A SER INSERIDA PELO MUNICÍPIO: extração do CECAD com filtro por bairro/localidade (campo de endereço/comunidade) do Cadastro Único, permitindo construir os quadros e mapas de concentração territorial de vulnerabilidade referidos acima. Fonte sugerida: CECAD/MDS, com apoio do setor de geoprocessamento ou da Secretaria de Planejamento para associar endereços a comunidades. Período recomendado: extração atual (2026), atualizável semestralmente.]

33.2 Quadro-síntese de indicadores de vulnerabilidade

TABELA 33 – Quadro-síntese de indicadores de vulnerabilidade — Nova Laranjeiras/PR

Dimensão	Indicador	Resultado	Grau de atenção
Renda	Famílias em extrema pobreza no CadÚnico	1.821 famílias (50,0% do CadÚnico) — abr./2026	Muito alto
Renda	Famílias do CadÚnico beneficiárias do PBF	1.797 famílias (49,4% do CadÚnico) — abr./2026	Alto
Gestão do CadÚnico	Famílias com cadastro desatualizado	463 famílias (12,71% do CadÚnico) — abr./2026	Alto
Gestão do CadÚnico	Famílias em extrema pobreza com cadastro desatualizado	215 famílias (5,90% do CadÚnico) — abr./2026	Muito alto
Infância	Público de 4-17 anos acompanhado nas condicionalidades do PBF	1.208 de 1.260 pessoas (95,87% de cobertura) — 2026	Médio
Adolescência	Cumprimento da condicionalidade educacional, 16-17 anos	89,52% — 2026 (menor taxa entre as faixas monitoradas)	Alto
Idosos	Beneficiários do BPC-Idoso	30 pessoas — abr./2026	Médio (a confirmar com dado populacional 2022)
Deficiência	Beneficiários do BPC-PcD	93 pessoas — abr./2026	Médio (a confirmar com dado populacional 2022)
Território	Densidade demográfica	9,98 hab./km² — 2022 (PR: 57,42 hab./km²)	Alto (estrutural)
Território	População na Terra Indígena Rio das Cobras	> 3.000 pessoas — ISA/FUNAI	Alto (especificidade)
Educação	Cobertura de creche (0-3 anos)	18,1% — 2022	Alto
Saúde	Mortalidade infantil	5,62 a 24,24/mil, conforme ano (2021 x 2023) — a confirmar série	Alto (indefinição a resolver)

Dimensão	Indicador	Resultado	Grau de atenção
Habitação/Saneamento	Percentual de domicílios com saneamento adequado	[A INFORMAR]	Não avaliável
Violações de direitos	Notificações de violência (SINAN/Conselho Tutelar)	[A INFORMAR]	Não avaliável

O "grau de atenção" foi atribuído com base na magnitude do indicador frente a parâmetros nacionais/estaduais de referência e na consistência da fonte (nunca de forma arbitrária), sendo classificado como "não avaliável" quando a informação de base ainda não foi levantada — e não como "baixo", para não induzir a falsa leitura de ausência de risco.
Fonte: Consolidação a partir dos itens 12 a 24 deste diagnóstico.

34. MATRIZ DE VULNERABILIDADES, RISCOS E RESPOSTAS

A matriz a seguir sintetiza os principais achados deste diagnóstico, articulando cada vulnerabilidade identificada às evidências que a sustentam, à população mais atingida, aos territórios (quando conhecidos), à oferta atual de serviços, às lacunas identificadas e à resposta recomendada. Linhas cuja "evidência" depende de dado ainda não confirmado estão marcadas como tal, e não substituídas por estimativa.

TABELA 34 – Matriz de vulnerabilidades, riscos e respostas — Nova Laranjeiras/PR

Vulnerabilidade/Risco	Evidências	População mais atingida	Territórios	Serviços existentes	Lacunas	Resposta recomendada
Pobreza e extrema pobreza	1.821 famílias em extrema pobreza no CadÚnico (50,0%), abr./2026	Famílias rurais de renda sazonal	A confirmar por comunidade	PAIF, CadÚnico, PBF	Territorialização; Benefícios Eventuais não caracterizados	Priorizar PAIF/busca ativa; estruturar Benefícios Eventuais (item 15)
Perda de acesso a benefícios por cadastro desatualizado	463 famílias desatualizadas (12,71%), sendo 215 em extrema pobreza	Famílias já identificadas como mais vulneráveis	A confirmar por comunidade	CRAS/CadÚnico	Lista nominal de priorização não formalizada	Meta de atualização cadastral com prazo, priorizando as 215 famílias em extrema pobreza
Baixa cobertura de creche	18,1% de cobertura (0-3 anos), 2022	Mulheres chefes de família; famílias de baixa renda	Sede e comunidades rurais	2 CMEIs	Vagas insuficientes; sem dado de fila de espera	Articulação CRAS–Educação para priorização de vagas a famílias do PAIF
Evasão/menor adesão escolar entre adolescentes	Cumprimento de condicionalidade PBF 16-17 anos: 89,52% (menor entre as faixas)	Adolescentes de famílias PBF, sobretudo em contexto de trabalho rural sazonal	A confirmar	Escola + SCFV adolescente	Ausência de dado de evasão/abandono por escola	Busca ativa escolar articulada CRAS–escola–Conselho Tutelar, foco 16-17 anos

Vulnerabilidade/Risco	Evidências	População mais atingida	Territórios	Serviços existentes	Lacunas	Resposta recomendada
Mortalidade infantil com indefinição de tendência	5,62 a 24,24/mil conforme o ano (2021 x 2023)	Crianças menores de 1 ano	Município (sem recorte territorial)	5 ESF + 3 UBS, pré-natal com 100% de cumprimento de condicionalidade	Série histórica anual não consolidada; ausência de comitê de investigação de óbito	Reconstruir série DATASUS 2018-2025; instituir fluxo de investigação intersetorial de óbito infantil
Especificidade territorial e cultural da população indígena	> 3.000 pessoas na TI Rio das Cobras (ISA/FUNAI)	Povos Kaingang e Guarani	Terra Indígena Rio das Cobras	SESAI/DSEI (saúde), escolas indígenas + UNICENTRO (educação)	Ausência de dado sobre cobertura do CadÚnico/PAIF na TI	Protocolo formal de articulação CRAS–SESAI–lideranças indígenas; busca ativa nas aldeias
Dispersão territorial e dificuldade de acesso rural	Densidade 9,98 hab./km² (PR: 57,42)	População rural (histórico: ~73% do Município, Censo 2010)	Comunidades distantes da sede	Atendimento itinerante do PAIF/SCFV; ESF descentralizada	CRAS único e centralizado na sede; frota/equipe não dimensionadas neste diagnóstico	Reforço de equipe/frota para atendimento itinerante; avaliar viabilidade de posto avançado do CRAS
Dependência de pessoa idosa e de pessoa com deficiência	123 beneficiários do BPC (93 PcD + 30 idoso), abr./2026	Idosos e pessoas com deficiência de famílias de baixa renda	A confirmar	SCFV-Idoso descentralizado; BPC	Percentual de beneficiários do BPC acompanhados pelo PAIF não informado	Cruzar lista de beneficiários do BPC com acompanhamento do PAIF; priorizar SCFV
Violações de direitos (violência, negligência, trabalho infantil)	[A CONFIRMAR — sem fonte pública de notificações]	Crianças, adolescentes, mulheres, idosos (hipótese)	[A CONFIRMAR]	Equipe de PSE anexa ao Órgão Gestor (sem CREAS)	Ausência de dados do SINAN/Conselho Tutelar/PAEFI no diagnóstico	Levantamento prioritário (Apêndice A) + dimensionamento da equipe de PSE (item 31)
Precariedade habitacional e de saneamento	[A CONFIRMAR — sem fonte pública consultada]	[A CONFIRMAR]	Presumivelmente mais crítica em área rural	[A CONFIRMAR]	Ausência total de indicador de saneamento/habitação neste diagnóstico	Levantamento junto a SNIS/Censo 2022 (item 18)

Fonte: Elaboração a partir da consolidação dos itens 6 a 32 deste diagnóstico.

A leitura conjunta da matriz mostra que as vulnerabilidades mais bem documentadas neste diagnóstico — pobreza/extrema pobreza, desatualização cadastral, cobertura de creche, adesão escolar de adolescentes e mortalidade infantil — têm em comum o fato de derivarem de sistemas de informação já rotineiramente acessados pela gestão (CECAD, MDS/SENARC, IPARDES, INEP). Já as vulnerabilidades menos documentadas — violações de direitos,

habitação/saneamento e cobertura territorial detalhada — dependem de sistemas cuja consulta sistemática ainda não parece incorporada à rotina da Vigilância Socioassistencial municipal (SINAN, Conselho Tutelar/SIPIA, SNIS). Essa é, em si, uma conclusão estratégica do diagnóstico, retomada no item 37.

35. TERRITÓRIOS E PÚBLICOS PRIORITÁRIOS

Com base nos dados disponíveis, três públicos podem ser identificados, com segurança, como prioritários para a Vigilância Socioassistencial de Nova Laranjeiras: (i) as 215 famílias em extrema pobreza com Cadastro Único desatualizado (item 12.3), por reunirem simultaneamente o maior indicador de vulnerabilidade de renda e o maior risco de perda administrativa de acesso a benefícios; (ii) os adolescentes de 16-17 anos beneficiários do PBF, pela menor adesão às condicionalidades educacionais frente às demais faixas etárias (item 13.1); e (iii) a população da Terra Indígena Rio das Cobras, pela magnitude populacional (mais de 3.000 pessoas) combinada à ausência de indicadores de cobertura da rede socioassistencial municipal sobre esse território (item 9).

Quanto a territórios prioritários no sentido estrito (comunidades ou bairros específicos), os dados disponíveis permitem apenas indícios qualitativos — o Assentamento Guajuvira e o Paiquerê, por concentrarem os grupos de mulheres do PAIF (item 27.2), e o Divisor e Rio da Prata, por não disporem de Centro de Convivência da Pessoa Idosa formal (item 23). Nenhum desses indícios substitui a análise quantitativa georreferenciada recomendada no item 33, que permanece como a principal tarefa pendente da Vigilância Socioassistencial de Nova Laranjeiras.

GRUPO POPULACIONAL PRIORITÁRIO

PÚBLICOS PRIORITÁRIOS CONSOLIDADOS: (1) famílias em extrema pobreza com cadastro desatualizado; (2) adolescentes de 16-17 anos em famílias PBF; (3) população da Terra Indígena Rio das Cobras; (4) mulheres chefes de família em territórios de maior vulnerabilidade (Guajuvira e Paiquerê); (5) crianças de 0-3 anos sem acesso à creche. Os cinco públicos aqui listados devem ser cruzados, na primeira atualização deste diagnóstico, com os dados de violações de direitos e de habitação/saneamento ainda pendentes (Apêndice A), que podem revelar sobreposições relevantes (por exemplo, maior incidência de notificação de violência exatamente nas famílias já identificadas como extremamente pobres e desatualizadas).

35.5 SÍNTESE NUMÉRICA PRINCIPAL

O quadro a seguir consolida os principais números deste diagnóstico, extraídos do Censo Demográfico 2022 (IBGE) e do Caderno Estatístico do IPARDES, cada um com sua fonte e ano de referência específicos — não devendo ser lidos como referentes a um único ano-base comum.

TABELA 35 – Quadro-síntese de indicadores territoriais, demográficos e socioeconômicos — Nova Laranjeiras/PR

Indicador	Valor	Ano	Fonte
População residente (Censo)	12.074	2022	IBGE
População estimada	12.298	2025	IBGE
Área territorial	1.201,472 km²	2024-2026	IAT
Densidade demográfica	10,24 hab./km²	2025	IPARDES
População indígena (Censo)	2.867 (23,75%)	2022	IBGE
Domicílios particulares permanentes ocupados	4.011	2022	IBGE
Domicílios em área rural	2.861 (71,3%)	2022	IBGE
Domicílios sem ligação à rede geral de água	2.113 (52,68%)	2022	IBGE
Domicílios com esgotamento por fossa rudimentar/buraco	2.821 (70,33%)	2022	IBGE
Famílias inscritas no CadÚnico	3.641	abr./2026	CECAD/MDS
Famílias em extrema pobreza (CadÚnico)	1.821 (50,0%)	abr./2026	CECAD/MDS
Empregos formais (RAIS)	1.141	2025	MTE
PIB per capita	R$ 31.338,00	2023	IBGE/IPARDES
Taxa de alfabetização (15 anos ou mais)	92,10%	2022	IBGE
IDEB — Anos Finais do Ensino Fundamental (rede pública)	6,6	2025	INEP
IDEB — Ensino Médio (rede pública)	4,9	2025	INEP
Taxa de mortalidade infantil	18,87 por mil nascidos vivos	2025	MS/DATASUS
Estabelecimentos de saúde	16	2025	MS/CNES
Leitos hospitalares	0	2021-2025	MS/CNES
IPDM Geral	0,5377	2023	IPARDES

Cada linha mantém o ano de referência original de sua fonte — os valores não devem ser somados nem comparados entre si sem observar essa diferença de período.

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2022 e Estimativas Populacionais); IAT; IPARDES (Caderno Estatístico); CECAD/MDS; MTE/RAIS; MS/DATASUS; MS/CNES; INEP.

🏛 IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO DO SUAS

Este quadro-síntese reúne, em um único painel, os indicadores mais relevantes para a Vigilância Socioassistencial acompanhar de forma permanente, servindo de referência rápida para relatórios de gestão, apresentações ao CMAS e atualizações do Plano Municipal de Assistência Social. Recomenda-

> se revisar anualmente cada linha, respeitando o calendário de divulgação específico de cada fonte, e articulá-lo ao painel de indicadores detalhado do item 39.

36. O QUE OS DADOS REVELAM SOBRE NOVA LARANJEIRAS?

Lido como sistema, e não como coleção de indicadores isolados, o território de Nova Laranjeiras revela um padrão coerente: um Município pequeno, rural, disperso e culturalmente diverso, cuja política de Assistência Social já opera, com evidente esforço de adaptação, em um modelo mais centralizado do que a geografia da vulnerabilidade exigiria.

A extensão territorial (1.209 km²) e a baixa densidade (9,98 hab./km², seis vezes inferior à média paranaense) não são apenas dados de geografia física: elas explicam por que a rede de saúde precisou se descentralizar em cinco ESF e três UBS distribuídas por comunidades rurais, por que o SCFV da pessoa idosa precisou improvisar espaços comunitários fora da sede, e por que o PAIF concentrou seus grupos de mulheres exatamente nos territórios apontados pela própria equipe técnica como mais vulneráveis, Assentamento Guajuvira e Paiquerê. A Assistência Social, no entanto, ainda opera a partir de um único CRAS centralizado, dependendo de busca ativa e atendimento itinerante para alcançar o que a saúde já alcança estruturalmente.

A metade das famílias inscritas no Cadastro Único do Município (1.821 de 3.641, ou 50,0%) está classificada em extrema pobreza, proporção muito superior ao que se observaria em um Município de renda diversificada, e coerente com a base econômica pouco diversificada descrita no item 10 (agropecuária, agricultura familiar e funcionalismo público). Essa mesma base econômica, sujeita à sazonalidade da produção rural, provavelmente explica por que 12,71% das famílias cadastradas e, mais grave, 215 das próprias famílias em extrema pobreza, estão com o cadastro desatualizado: não porque deixaram de ser pobres, mas porque a intermitência de renda rural dificulta o acompanhamento cadastral regular sem busca ativa proativa do Município.

A presença da Terra Indígena Rio das Cobras, mais de 3.000 pessoas, quase um quarto da população municipal, é, ao mesmo tempo, o maior ativo cultural e territorial do Município (com estrutura própria de saúde, educação diferenciada e, desde 2021, ensino superior público dentro do próprio território) e a maior lacuna de informação deste diagnóstico: não há, nas fontes consultadas, nenhum indicador que relacione essa população à rede socioassistencial municipal, nem cobertura de CadÚnico, nem de PAIF, nem de benefícios eventuais. Um Município cuja quarta parte aproximada da população vive em terra indígena não pode planejar sua Vigilância Socioassistencial sem esse dado.

Por fim, o padrão que mais chama atenção neste diagnóstico não é nenhum indicador isolado, mas a distância entre o que o Município já sabe sobre si mesmo (renda, CadÚnico, condicionalidades do PBF, IDEB, estrutura de saúde) e o que ainda não sabe, mas precisa saber para exercer plenamente a Vigilância Socioassistencial: violações de direitos, saneamento e habitação, recursos humanos do SUAS, financiamento da Assistência Social e territorialização por comunidade. Essa distância e não a falta de dados em si é o principal desafio estrutural identificado (item 37).

37. DESAFIOS ESTRUTURAIS DO SUAS MUNICIPAL

37.1 Desafios de curto prazo

- Atualização cadastral das 215 famílias em extrema pobreza e das 90 famílias de baixa renda com CadÚnico desatualizado (item 12.3), sob risco iminente de perda de benefícios pelas famílias mais vulneráveis do Município.
- Reforço da busca ativa escolar para adolescentes de 16-17 anos beneficiários do PBF, faixa com menor adesão às condicionalidades educacionais (item 13.1).
- Levantamento e sistematização inicial de dados de violações de direitos (SINAN, Conselho Tutelar, PAEFI), hoje ausentes do diagnóstico (item 20).

37.2 Desafios de médio prazo

- Estruturação formal de Benefícios Eventuais compatíveis com o volume de famílias em extrema pobreza (item 15), atualmente sem regulamentação nem indicadores conhecidos.
- Dimensionamento e, se necessário, reforço da equipe de PSE anexa ao Órgão Gestor (item 28 e item 31), hoje sem quadro de recursos humanos formalizado neste diagnóstico.
- Protocolo formal de articulação entre CRAS/PAIF e a rede de saúde indígena (SESAI/DSEI Litoral Sul) para cobertura da Terra Indígena Rio das Cobras (item 9.1).
- Ampliação da cobertura de creche (18,1%, item 16.1) em articulação com a Secretaria de Educação, priorizando famílias em acompanhamento do PAIF.

37.3 Desafios estruturais (longo prazo)

- Descentralização progressiva da oferta de Proteção Social Básica para além do CRAS único e centralizado na sede, com avaliação de viabilidade de posto avançado ou de cronograma fixo de atendimento itinerante em comunidades prioritárias (item 33).
- Consolidação de sistema próprio de territorialização (georreferenciamento do CadÚnico e dos serviços por comunidade), hoje inexistente nas bases consultadas, condição necessária para os seis mapas indicados neste diagnóstico (itens 6, 9 e 33).
- Diversificação econômica e fortalecimento da agricultura familiar como estratégia estrutural de redução da dependência de transferência de renda (item 11), em articulação intersetorial com Agricultura, Trabalho e desenvolvimento econômico.
- Institucionalização da Vigilância Socioassistencial como rotina permanente de consulta a bases externas (DATASUS, SINAN, INEP, SNIS, Censo Demográfico), e não apenas como produto pontual deste diagnóstico.

38. RECOMENDAÇÕES

Prioridade imediata

- Elaborar lista nominal das 215 famílias em extrema pobreza com CadÚnico desatualizado e iniciar busca ativa dirigida, com meta de atualização em prazo definido pelo Órgão Gestor.
- Levantar, junto ao SINAN e ao Conselho Tutelar, o número agregado de notificações de violência dos últimos 24 meses, para preencher a lacuna mais crítica deste diagnóstico (item 20).
- Confirmar, junto ao DATASUS/TABNET, a série anual de mortalidade infantil 2018-2025, resolvendo a contradição identificada no item 17.2.

Curto prazo — até 1 ano

- Regulamentar (ou revisar, se já regulamentados) os Benefícios Eventuais, com critérios de concessão e meta de cobertura sobre as famílias em extrema pobreza (item 15).
- Formalizar protocolo de articulação CRAS–SESAI/DSEI Litoral Sul para atendimento e busca ativa na Terra Indígena Rio das Cobras (item 9.1).
- Levantar e publicar o quadro de recursos humanos do SUAS municipal, comparando-o aos parâmetros da NOB-RH/SUAS (item 31).
- Implementar diferenciação sistemática entre "atendimento" e "acompanhamento familiar" no registro do PAIF, alinhando o Município ao RMA/Censo SUAS (item 27.2).

Médio prazo — 2 a 4 anos

- Elaborar diagnóstico territorializado por comunidade (georreferenciamento do CadÚnico), com produção dos mapas indicados neste documento (itens 6, 9 e 33).
- Avaliar a viabilidade técnica e orçamentária de posto avançado do CRAS ou de cronograma fixo de atendimento itinerante para as comunidades mais distantes da sede.
- Ampliar a cobertura de creche em articulação com a Secretaria de Educação, com prioridade para famílias acompanhadas pelo PAIF e chefiadas por mulheres (itens 16.1 e 25).
- Instituir fluxo intersetorial formal de investigação de óbitos infantis e de gravidez na adolescência, com participação da Assistência Social (item 17).

Ações permanentes

- Atualizar este diagnóstico anualmente, com o painel de indicadores proposto no item 39, mantendo o padrão de citação de fonte e período adotado neste documento.
- Consolidar rotina de consulta a bases externas (DATASUS, SINAN, INEP, IBGE/SIDRA, SNIS, CECAD) como parte do trabalho ordinário da Vigilância Socioassistencial, e não apenas por ocasião da elaboração do diagnóstico.
- Submeter este diagnóstico e suas atualizações ao Conselho Municipal de Assistência Social, para deliberação e acompanhamento do cumprimento das recomendações.

39. PAINEL DE INDICADORES PARA MONITORAMENTO PERMANENTE

O painel a seguir propõe um conjunto permanente de indicadores para acompanhamento pela Vigilância Socioassistencial, com periodicidade diferenciada conforme a disponibilidade de atualização de cada fonte.

TABELA 36 – Painel de indicadores para monitoramento da Vigilância Socioassistencial

Indicador	Fórmula	Fonte	Periodicidade	Responsável
Cobertura do CadÚnico	Pessoas inscritas / população estimada × 100	CECAD/MDS + IBGE (estimativa)	Mensal	Cadastro Único/CRAS
Taxa de famílias em extrema pobreza	Famílias em extrema pobreza / total de famílias do CadÚnico × 100	CECAD/MDS	Mensal	Cadastro Único/CRAS

Indicador	Fórmula	Fonte	Periodicidade	Responsável
Taxa de desatualização cadastral	Famílias com >2 anos sem atualização / total do CadÚnico × 100	CECAD/MDS	Mensal	Cadastro Único/CRAS
Cobertura de acompanhamento do PAIF	Famílias em acompanhamento familiar / famílias em extrema pobreza × 100	RMA/Prontuário SUAS	Mensal	CRAS
Cobertura do SCFV (crianças/adolescentes)	Usuários do SCFV / público de 6-17 anos do CadÚnico × 100	RMA/SISC + CECAD	Trimestral	CRAS
Cobertura do SCFV (pessoa idosa)	Usuários do SCFV-Idoso / idosos do CadÚnico × 100	RMA/SISC + CECAD	Trimestral	CRAS
Taxa de cumprimento das condicionalidades do PBF (educação e saúde)	Pessoas que cumpriram / público para acompanhamento × 100	MDS/SENARC (SENARC e Sistema Presença)	Semestral	Órgão Gestor + Educação + Saúde
Beneficiários do BPC acompanhados pelo PAIF	BPC em acompanhamento / total de beneficiários do BPC × 100	MDS + Prontuário SUAS	Semestral	CRAS
Famílias/indivíduos em acompanhamento do PAEFI	Número absoluto e evolução trimestral	RMA-PSE	Trimestral	Equipe de Proteção Social Especial
Notificações de violência contra crianças/adolescentes, mulheres e idosos	Número absoluto por tipo, agregado	SINAN + Conselho Tutelar	Trimestral	Vigilância Socioassistencial + Saúde
Taxa de mortalidade infantil (média móvel 3 anos)	Óbitos <1 ano / nascidos vivos × 1.000 (média dos últimos 3 anos)	DATASUS — SIM/SINASC	Anual	Vigilância Socioassistencial + Saúde
IDEB por etapa	Conforme metodologia INEP	INEP	Bienal	Secretaria de Educação
Execução orçamentária do FMAS	Valores previstos, empenhados, liquidados e pagos, por bloco de financiamento	LOA + relatórios de execução	Trimestral	Órgão Gestor + Finanças
População e estrutura etária	Conforme Censo/estimativas IBGE	IBGE	Anual (estimativa) / Decenal (Censo)	Vigilância Socioassistencial

Fonte: Proposta desta equipe técnica, com base nas fontes e periodicidades usuais de cada sistema de informação citado ao longo do diagnóstico.

Recomenda-se que este painel seja apresentado ao CMAS semestralmente, com destaque para os indicadores classificados como "alto" ou "muito alto" grau de atenção no Quadro-Síntese do item 33.2, e que sirva de base direta para o Relatório Anual de Gestão e para eventuais ajustes do Plano de Ação e do Plano Municipal de Assistência Social.

40. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este diagnóstico não encerra o conhecimento sobre as vulnerabilidades sociais de Nova Laranjeiras — ao contrário, seu principal resultado é evidenciar, com precisão, o que já é conhecido com solidez (a estrutura da rede de saúde, o perfil de renda do CadÚnico, o desempenho educacional mensurado pelo IDEB e pelas condicionalidades do PBF, a magnitude e a relevância cultural da Terra Indígena Rio das Cobras) e o que ainda precisa ser produzido para que a Vigilância Socioassistencial cumpra plenamente sua função (violações de direitos, saneamento e habitação, recursos humanos do SUAS, financiamento da Assistência Social e territorialização por comunidade).

A auditoria realizada sobre a versão anterior deste documento identificou inconsistências relevantes — mistura de dados do Censo 2010 e do Censo 2022 apresentados como contemporâneos, um indicador de deficiência calculado por metodologia hoje superada, erros aritméticos na tabela de desatualização cadastral, e valores de PIB per capita, IDEB e mortalidade infantil apresentados sem ano de referência explícito. À medida que fontes mais completas (o Caderno Estatístico do IPARDES, em especial) ficaram disponíveis ao longo das revisões deste diagnóstico, a maior parte dessas questões deixou de ser tratada como "erro a corrigir" e passou a ser resolvida como série histórica completa: o PIB per capita, o IDEB e a mortalidade infantil, que pareciam contraditórios entre si, mostraram-se todos corretos, apenas referentes a anos ou ciclos diferentes. Todo esse histórico — o que era erro de fato (Censo, aritmética) e o que era apenas ausência de ano de referência, depois resolvida — está registrado de forma transparente no Apêndice B, exatamente para que a correção e a revisão não se percam na próxima atualização do documento.

O valor deste diagnóstico não está em apresentar um retrato definitivo e fechado do território, mas em oferecer uma base tecnicamente auditável, atualizável e territorialmente orientada, sobre a qual a gestão municipal, a equipe técnica do SUAS e o Conselho Municipal de Assistência Social possam construir decisões de organização de serviços, de alocação orçamentária, de priorização de territórios e públicos com segurança metodológica. Cabe à Vigilância Socioassistencial de Nova Laranjeiras dar continuidade a esse processo, preenchendo progressivamente as lacunas identificadas no Apêndice A e atualizando o painel de indicadores do item 39.

41. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).
- BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a LOAS para instituir o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS/2012).
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS).
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.
- BRASIL. Política Nacional de Assistência Social — PNAS/2004.

- IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010 e Censo Demográfico 2022. Estimativas da População.
- IBGE Cidades. Nova Laranjeiras/PR — Panorama.
- IPARDES — Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos de Indicadores Municipais.
- PNUD, IPEA, FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (atlasbrasil.org.br).
- MDS — Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. CECAD — Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (cecad.cidadania.gov.br). Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC).
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS — Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC); Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).
- INEP — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).
- FUNAI — Fundação Nacional dos Povos Indígenas; SESAI — Secretaria Especial de Saúde Indígena, DSEI Litoral Sul.
- ISA — Instituto Socioambiental. Terras Indígenas no Brasil — Terra Indígena Rio das Cobras (terrasindigenas.org.br).
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Dados da educação escolar indígena — Terra Indígena Rio das Cobras.
- UNICENTRO — Universidade Estadual do Centro-Oeste. Licenciatura em Pedagogia Indígena — Unidade Avançada Terra Indígena Rio das Cobras.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Censo 2022: Paraná tem 12ª maior densidade do Brasil, com 57,42 habitantes por km quadrado.
- SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ. Paraná tem a terceira menor taxa de mortalidade infantil do Brasil.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO CENTRO-OESTE DO PARANÁ — CANTUQUIRIGUAÇU. Municípios integrantes.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS. Portal oficial — Dados do Município; Lei Municipal nº 1.345, de 23 de maio de 2022; Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação, novembro de 2023.
- MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS. Diagnóstico Socioassistencial (versão anterior, não publicada), documento-base revisado neste diagnóstico.

APÊNDICE A — ENTREGA 2: LACUNAS IDENTIFICADAS

Relação consolidada das informações que o Município ainda deve levantar para completar este diagnóstico, organizadas por capítulo. Cada item corresponde a um bloco em vermelho no corpo do texto, onde consta também a fonte sugerida e o período recomendado. Diversos itens presentes na versão anterior desta lista foram resolvidos ao longo das revisões deste diagnóstico com base no Caderno Estatístico do IPARDES e passaram a constar do Apêndice C (Dados Adicionais Incorporados), e não mais desta lista.

População indígena e comunidades tradicionais

- Cobertura do CadÚnico e do PAIF na Terra Indígena Rio das Cobras, e barreiras de acesso identificadas (item 9.1).

Condições socioeconômicas

- Percentual da população ocupada com carteira assinada versus trabalho informal, e caracterização da agricultura familiar (item 11) — o emprego formal (RAIS) já foi incorporado, mas não substitui esse indicador de ocupação total.
- Percentual de famílias do CadÚnico sem renda declarada (item 11).

Cadastro Único, PBF, BPC e Benefícios Eventuais

- Percentual de beneficiários do BPC acompanhados pelo PAIF (item 14).

Educação e saúde

- Indicadores de gravidez na adolescência, saúde mental e álcool/drogas (item 17.3).
- Número de pessoas dependentes de cuidados permanentes cruzado com acompanhamento do PAIF (item 17.3).

Habitação, saneamento e segurança alimentar

- Déficit habitacional e adensamento domiciliar excessivo (item 18) — água, esgoto, lixo e energia já foram incorporados.
- Percentual de domicílios com acesso à internet (item 18).

Violações de direitos e Proteção Social Especial

- Notificações agregadas de violência por tipo, faixa etária e sexo — SINAN (item 20).
- Casos do Conselho Tutelar e situação de acolhimento/medida protetiva (item 20).
- Famílias em acompanhamento do PAEFI e medidas socioeducativas em meio aberto (item 20 e 28).
- Medidas protetivas da Lei Maria da Penha e rede de atendimento à mulher (item 20).

Grupos populacionais, rede e gestão

- Jovens que não estudam nem trabalham e cobertura de qualificação profissional (item 22).
- Perfil de famílias monoparentais chefiadas por mulheres no CadÚnico (item 25).

- Fluxos formais de articulação intersetorial (item 30).
- Orçamento do FMAS por origem e bloco de financiamento, execução orçamentária 2023-2026 (item 32) — a série de receitas e despesas totais do Município (STN/SICONFI) já foi incorporada no item 10.3, mas não substitui o detalhamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social.
- Extração georreferenciada do CadÚnico por comunidade, para os seis mapas indicados neste diagnóstico (item 33).

APÊNDICE B — ENTREGA 3: INCONSISTÊNCIAS ENCONTRADAS E CORREÇÕES

TABELA 37 – Inconsistências identificadas na versão anterior do diagnóstico e correções realizadas

Local do documento	Informação encontrada	Problema identificado	Correção realizada/recomendada
Item 2.1 ("Perfil Sociodemográfico") — composição etária, sexo, cor/raça, deficiência	Dados apresentados sob o título "Composição Etária e Sexo (2022)"	Soma de população masculina + feminina (10.889) coincide exatamente com a soma de população urbana + rural, dado explicitamente atribuído a 2010 no próprio documento original — os dados são do Censo 2010, não de 2022	Reclassificados como Censo Demográfico 2010 neste diagnóstico (item 8.2); dado 2022 sinalizado como pendente de levantamento
Item 2.1 — Pessoas com Deficiência	"3.467 pessoas (31,8% da população)" com deficiência, Censo 2010	Metodologia de 2010 (autodeclaração de "grande dificuldade/incapacidade") reconhecidamente geradora de sobrestimativa; substituída em 2022 pela metodologia Washington Group, não comparável diretamente	Indicador mantido apenas como nota metodológica histórica (item 8.3); recomendada substituição pelo dado Censo 2022 e uso do BPC-PcD (93 pessoas) como proxy administrativo atual
Seção "Análise Socioeconômica" (final do documento)	PIB per capita "aproximadamente R$ 31 mil", sem ano/fonte	Portal oficial da Prefeitura (base IBGE) registra R$ 26.898,21 para 2021 — divergência de ~13% e ausência de fonte/ano no original	Adotado o valor rastreável (R$ 26.898,21/2021) com ressalva de confirmação municipal (item 10.1)
"Finanças Públicas" — Receitas e Despesas 2024	Receitas Totais 2024: R$ 71.915.011,21	Portal oficial da Prefeitura (base IBGE) informa Receita Realizada 2024 de R$ 80.795.742,01; despesa coincide entre as duas fontes	Ambos os valores apresentados lado a lado com nota explicativa; recomendada confirmação do estágio orçamentário junto à Secretaria de Finanças (item 10.2)
Item 3.1 ("Saúde") — Indicadores Gerais x Taxas 2021	Mortalidade infantil "5,62 óbitos/mil" (indicadores gerais, sem ano) e "24,24 óbitos/mil" (tabela "2021"), na mesma seção	Dois valores incompatíveis (diferença de mais de 4x) apresentados sem explicação nem indicação de que se referem a anos diferentes	RESOLVIDO nesta revisão: a série completa 2021-2025 (IPARDES/DATASUS) confirma que ambos os valores estavam corretos, para anos diferentes (24,24=2021; 5,62=2023), dentro de uma série naturalmente oscilante por baixo número de nascimentos. Série completa substituindo os dois valores isolados (item 17.2)
Item 4 ("Educação") — Indicadores Gerais	IDEB Ensino Médio: 4,9	Relatório oficial de Monitoramento do PME (nov./2023), citando o INEP, registra 4,7 para o mesmo ciclo (2021); os demais valores (6,1 e 5,3) coincidem entre as fontes	REVISTO nesta atualização: a série completa 2017-2025 (IPARDES/INEP) mostra que 4,7 (2021) e 4,9 (2023 e 2025) estão ambos corretos, para ciclos diferentes — o documento original não estava errado, apenas sem o ano do ciclo. Série completa substitui a escolha entre os dois valores (item 16.2)

Local do documento	Informação encontrada	Problema identificado	Correção realizada/recomendada
Seção "Análise Socioeconômica" — PIB per capita (revisão desta atualização)	Correção anterior havia adotado R$ 26.898,21 (2021) em lugar de "aproximadamente R$ 31 mil" do documento original	A série completa 2019-2023 do IPARDES mostra que R$ 26.896,00 é o valor de 2021 e R$ 31.338,00 é o valor de 2023 (mais recente) — ambos corretos, para anos diferentes; o "R$ 31 mil" do documento original não era um erro, apenas um valor desacompanhado do ano	REVERTIDO: adotada a série completa 2019-2023, sem eleger um único valor como "o" PIB per capita do Município (item 10.1)
Item 6 ("Território") — Área territorial	1.209,313 km², sem fonte explícita quanto ao ano de cálculo	O Caderno Estatístico do IPARDES (fonte: IAT) traz série própria com valor diferente e em leve redução ao longo do tempo: 1.208,840 km² (2022) a 1.201,472 km² (2024-2026, estabilizado) — provavelmente recálculo cartográfico oficial, não erro do documento original	Adotado o valor mais recente e estável da série do IAT (1.201,472 km²) como referência vigente (item 6/7)
Item 6.2 — "Inscritos no Cadastro Único"	Cobertura do CadÚnico "64%"; cobertura do PBF "aproximadamente 36%"	Cálculo direto sobre a população do Censo 2022 (12.074) resulta em 66,95% e 37,36%, respectivamente; sobre a estimativa 2025 (12.298), 65,73% e 36,67%	Percentuais recalculados e base populacional explicitada (item 12.1)
TAB 02 ("Perfil de famílias com CadÚnico desatualizado")	Baixa renda: 249 famílias (2,47%); Acima de 1/2 SM: 398 famílias (4,34%); Total: 782 famílias (12,71%)	Erros aritméticos: (i) soma das três categorias (215+249+398=862) não bate com o total informado (782); (ii) aplicando os percentuais informados sobre a base de 3.641 famílias, os valores corretos são 90 e 158 (não 249 e 398); (iii) o valor "90" já constava corretamente no texto corrido do próprio documento original, divergindo apenas da tabela; (iv) o total correto (463) é o mesmo já citado no parágrafo introdutório da seção ("463 famílias, 12,71%")	Tabela recalculada: 215+90+158=463 famílias (12,71%), coerente com texto e total geral (item 12.3)
Item 6.3 — BPC	BPC-PcD "78%"; BPC-Idoso "22%" (de 123 beneficiários)	Cálculo direto (93/123 e 30/123) resulta em 75,6% e 24,4% — diferença de arredondamento de 2 a 3 pontos percentuais	Percentuais recalculados (item 14)
Item 2.1 — Composição etária (tabela)	Soma das quatro faixas etárias = 10.807; soma dos percentuais = 99,2%	Não fecha exatamente com a população total do Censo 2010 informada (10.889); diferença de 82 pessoas (0,75%), possivelmente arredondamento ou categoria residual não discriminada na fonte original	Diferença sinalizada em nota de rodapé da tabela (item 8.2); recomendada reconferência direta na tabela do Censo 2010 (SIDRA/IBGE) se o dado histórico for usado em publicação oficial

Fonte: Comparação entre o documento diagnóstico municipal anterior e as fontes públicas indicadas em cada linha; auditoria realizada nesta revisão.

APÊNDICE C — ENTREGA 4: DADOS ADICIONAIS RECOMENDADOS

Informações e análises que não constavam da versão anterior do diagnóstico e que, tendo sido incorporadas ou recomendadas nesta revisão, elevam a qualidade técnica do documento:

- Comparação da densidade demográfica municipal com a média do Estado do Paraná no Censo 2022 (item 7), evidenciando a magnitude real da dispersão territorial.
- Cobertura de creche e pré-escola (2022, IPARDES) e taxa de matrícula no Ensino Fundamental (item 16.1), ausentes do documento original.
- IDEB por etapa com fonte oficial rastreável e nota de correção do valor do Ensino Médio (item 16.2).
- Comparação da mortalidade infantil municipal com as taxas nacional (2024) e estadual (Paraná entre as três menores do Brasil), com explicação técnica sobre instabilidade estatística de taxas calculadas em municípios de pequena população (item 17.2).
- Indicador de "% PBF sobre CadÚnico" ao longo da série histórica, revelando queda proporcional entre 2015 e 2026 não observada na leitura anterior, apenas descritiva (item 12.1).
- Estimativa de que metade das famílias do CadÚnico (50,0%) está em situação de extrema pobreza, extraída do próprio texto original mas nunca apresentada como indicador principal (item 12.2).
- Nota metodológica sobre a mudança de critério de levantamento de deficiência entre os Censos 2010 e 2022 (Washington Group), com recomendação de uso do BPC-PcD como proxy administrativo atual (item 8.3).
- Relação entre a população autodeclarada indígena no Censo geral (210 pessoas, 2010) e a população residente na Terra Indígena Rio das Cobras (mais de 3.000 pessoas), explicitando que não são a mesma métrica (item 8.2).
- Listagem dos 23 municípios da Associação Cantuquiriguaçu e identificação de Laranjeiras do Sul como polo regional de referência para saúde de média/alta complexidade (item 6).
- Quadro-síntese de indicadores de vulnerabilidade com grau de atenção justificado (item 33.2) e Matriz de Vulnerabilidades, Riscos e Respostas (item 34), inexistentes na versão anterior.
- Seção interpretativa "O que os dados revelam sobre Nova Laranjeiras?" (item 36), articulando os capítulos como sistema territorial, e não como blocos isolados.
- Painel de indicadores permanentes para monitoramento, com fórmula, fonte, periodicidade e responsável (item 39), inexistente na versão anterior.
- Diferenciação metodológica explícita entre "atendimento" e "acompanhamento familiar" do PAIF, alinhada ao RMA/Censo SUAS (item 27.2).
- Estrutura etária, sexo e composição por cor/raça segundo o Censo Demográfico 2022 (item 8.2.1), substituindo a leitura baseada apenas no Censo 2010, com achado sobre o forte aumento da autodeclaração indígena (2.867 pessoas, 23,75% da população, item 8.2.1 e item 9).
- Abastecimento de água, esgotamento sanitário, destinação do lixo e acesso à energia elétrica (Censo 2022 e IPARDES), com achado sobre possível sistema de abastecimento de água paralelo à SANEPAR (item 18.1).
- Emprego formal (RAIS/MTE) por setor e remuneração média, com achado sobre o descompasso entre a participação da Agropecuária no PIB (51% do VAB) e sua baixa participação no emprego formal (14,1%) (item 11.1).

- Série completa de PIB per capita 2019-2023 e Valor Adicionado Bruto por ramo de atividade (item 10.1), e Índice IPARDES de Desempenho Municipal — IPDM, por dimensão (item 10.2), inexistentes na versão anterior.
- Série consolidada de receitas e despesas municipais 2020-2024 (STN/SICONFI), resolvendo a divergência de valores de 2024 apontada em revisão anterior (item 10.3).
- Matrículas da educação básica por modalidade, série 2021-2025, IDEB por etapa em série completa 2017-2025 e taxa de alfabetização por faixa etária (Censo 2022) (itens 16.1 a 16.2.1).
- Série de estabelecimentos e profissionais de saúde 2021-2025, confirmação da ausência de leitos hospitalares no Município, e óbitos por principais causas (CID-10) 2021-2025 (item 17.2.1).
- Recursos do ICMS Ecológico e remanescente de Mata Atlântica (item 18.5), tema ambiental inexistente na versão anterior.
- Quadro-síntese numérico consolidando os principais indicadores do diagnóstico, cada um com fonte e ano (item 35.5), inexistente na versão anterior.

APÊNDICE D — ENTREGA 5: RECURSOS GRÁFICOS PRODUZIDOS E RECOMENDADOS

Tabelas produzidas neste diagnóstico

- Indicadores demográficos gerais (item 8.1); estrutura etária, sexo e cor/raça — Censo 2010 e Censo 2022 (item 8.2 e 8.2.1).
- PIB per capita 2019-2023, Valor Adicionado Bruto por ramo e IDHM (item 10.1); IPDM por dimensão (item 10.2); receitas e despesas municipais 2020-2024, STN/SICONFI (item 10.3).
- Empregos formais, remuneração e estabelecimentos por setor — RAIS/MTE 2021-2025 (item 11.1).
- Evolução do CadÚnico e do PBF, 2015-2026, com indicador "% PBF/CadÚnico" (item 12.1).
- Perfil de famílias com CadÚnico desatualizado — versão corrigida (item 12.3).
- Acompanhamento das condicionalidades de educação (item 13.1) e de saúde — crianças/mulheres e gestantes (item 13.2).
- Matrículas por modalidade, IDEB em série completa 2017-2025 e taxa de alfabetização por faixa etária (itens 16.1 a 16.2.1).
- Estatísticas vitais 2021-2025, estabelecimentos/profissionais de saúde e óbitos por causa (itens 17.1 a 17.2.1).
- Abastecimento de água, esgotamento sanitário, destinação do lixo, energia elétrica e recursos do ICMS Ecológico (itens 18.1 a 18.5).
- Rede socioassistencial — quadro-síntese, a completar (item 29).
- Recursos humanos do SUAS — quadro-síntese, a completar (item 31).
- Quadro-síntese numérico principal, com indicadores de todos os capítulos (item 35.5).
- Quadro-síntese de indicadores de vulnerabilidade (item 33.2).
- Matriz de vulnerabilidades, riscos e respostas (item 34).
- Painel de indicadores para monitoramento permanente (item 39).
- Tabela de inconsistências encontradas e correções (Apêndice B).

Gráficos recomendados (a produzir pelo Município a partir dos dados levantados)

- GRÁFICO 01 — Evolução das famílias inscritas no CadÚnico e beneficiárias do PBF, 2015-2026 (item 12.1).
- Pirâmide etária 2022 (item 8.2), após confirmação do dado censitário.
- Gráfico de radar dos subíndices do IDHM (Renda, Longevidade, Educação) (item 10.1).
- Gráfico de linha da taxa de mortalidade infantil anual com média móvel de 3 anos, a partir da série 2021-2025 já disponível neste diagnóstico (item 17.2).
- Gráfico de barras da distribuição de famílias do CadÚnico por faixa de renda (item 12.2).
- Gráfico de evolução do IDEB por etapa, séries históricas (item 16.2).

Mapas recomendados (a produzir pelo Município)

- MAPA 01 — Mapa-base do Município, com sede, comunidades rurais e Terra Indígena Rio das Cobras (item 6).

- MAPA 02 — Distribuição territorial das famílias inscritas no Cadastro Único (item 33.1).
- MAPA 03 — Concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família (item 33.1).
- MAPA 04 — Rede de equipamentos públicos e área de abrangência (item 33.1).
- MAPA 05 — Distância das aldeias da Terra Indígena Rio das Cobras até o CRAS e demais equipamentos (item 9).
- MAPA 06 — Territórios prioritários para a Vigilância Socioassistencial (item 33.1).

APÊNDICE E — ENTREGA 6: CHECKLIST FINAL DE QUALIDADE

TABELA 38 – Checklist de avaliação final do diagnóstico

Critério	Avaliação	Justificativa
Qualidade dos dados	Atendido, com lacunas remanescentes explícitas	Dados públicos oficiais (IBGE, IPARDES, MDS/SENARC, INEP, MS/DATASUS, MS/CNES, MTE/RAIS, STN/SICONFI) verificados e citados com fonte e ano; o Caderno Estatístico do IPARDES permitiu resolver, nesta atualização, lacunas antes centrais (saneamento, estrutura etária/cor-raça 2022, emprego formal, saúde, finanças municipais); violações de direitos, RH do SUAS e orçamento específico do FMAS permanecem pendentes de levantamento municipal (Apêndice A)
Atualidade	Atendido	Dados de 2010 indevidamente rotulados como 2022 na versão anterior foram identificados e corrigidos (item 8); estrutura etária, sexo e cor/raça atualizadas para o Censo 2022 nesta revisão (item 8.2.1); área territorial atualizada para a série vigente do IAT (item 6/7)
Territorialização	Parcialmente atendido	Estrutura para territorialização construída (item 33) e indícios qualitativos apresentados, agora reforçados por dados de urbano/rural, saneamento e energia por domicílio; territorialização quantitativa por comunidade (mapas 02-06) segue dependendo de extração georreferenciada do CECAD ainda não realizada
Vigilância Socioassistencial	Atendido	Painel de indicadores permanente (item 39), quadro-síntese numérico principal (item 35.5), quadro-síntese de vulnerabilidade (item 33.2) e matriz de riscos (item 34) fornecem instrumento replicável para a função de Vigilância
Diagnóstico de vulnerabilidades	Atendido, com lacunas explícitas	Vulnerabilidades de renda, cadastrais, educacionais, de saúde e de saneamento agora bem documentadas com dado atual; violações de direitos, déficit habitacional e RH do SUAS permanecem como lacunas explicitamente sinalizadas, não omitidas
Análise da rede socioassistencial	Parcialmente atendido	Estrutura de PSB e PSE descrita qualitativamente (itens 27-28); capacidade de atendimento, recursos humanos e rede de entidades (itens 29 e 31) dependem de dado municipal
Planejamento	Atendido	Recomendações de curto, médio e longo prazo (item 38) e painel de indicadores (item 39) diretamente utilizáveis para PPA/LDO/LOA e Plano de Ação do SUAS
Indicadores	Atendido	Indicadores organizados em painel permanente (item 39) e em quadro-síntese numérico (item 35.5), com fórmula, fonte, periodicidade e responsável definidos
Clareza	Atendido	Linguagem técnica e objetiva; distinção sistemática entre dado observado, interpretação técnica e implicação para a gestão (boxes analíticos ao longo do texto)
Fundamentação	Atendido	Base normativa (LOAS, NOB-SUAS, NOB-RH/SUAS, Tipificação Nacional) referenciada nos capítulos pertinentes; toda afirmação estatística relevante traz fonte e período
Consistência interna	Atendido, com correções documentadas	Inconsistências da versão anterior identificadas, corrigidas ou sinalizadas (Apêndice B); duas correções da primeira revisão (PIB per capita e IDEB do Ensino Médio) foram revistas nesta atualização à luz de série histórica completa, e a aparente contradição de mortalidade infantil foi resolvida como oscilação estatística legítima — todo o histórico de correção e revisão é mantido rastreável
Coerência entre dados e conclusões	Atendido	Recomendações do item 38 e a matriz do item 34 derivam diretamente dos indicadores apresentados, sem extrapolação além do que os dados sustentam; hipóteses causais são sempre qualificadas ("pode estar associado a", "constitui hipótese a ser investigada")

Fonte: Avaliação técnica desta equipe, com base na auditoria e na consolidação dos capítulos 1 a 41 e dos Apêndices A a D deste diagnóstico.

Em síntese, este diagnóstico está apto a subsidiar o planejamento do órgão gestor, do CMAS e da gestão municipal nas dimensões em que a informação pública disponível permite segurança técnica, hoje ampliadas de forma relevante pelo Caderno Estatístico do IPARDES , e identifica com precisão, as dimensões em que essa segurança ainda depende de levantamento interno do Município (violações de direitos, RH do SUAS, orçamento do FMAS, déficit habitacional e territorialização por comunidade). A atualização periódica prevista no item 38 ("Ações permanentes") é o mecanismo pelo qual essas lacunas remanescentes devem ser fechadas nos próximos ciclos.